

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**AQUISIÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE  
SUJEITOS NULOS EM CONTEXTOS DE  
OBVIAÇÃO REFERENCIAL**

Filomena Maria Afonso Gamas

Dissertação orientada pelas Professoras Doutoradas Inês Duarte e Ana Lúcia Santos, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

2016



Investigação realizada no âmbito do projeto CLAP – Completivas na Aquisição do Português do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (FCT - PTDC/CLELIN/120897/2010)





## **Agradecimentos**

O estudo que aqui se apresenta é fruto de 3 anos de investigação que não teria sido possível realizar sem o apoio de várias pessoas que me acompanharam ao longo deste trabalho e o tornaram menos solitário. Cabe agora agradecer o apoio de cada um.

Às minhas orientadoras, a Professora Doutora Inês Duarte e a Professora Doutora Ana Lúcia Santos, agradeço a confiança que depositaram em mim. A ambas agradeço a rigorosa e exigente orientação que me permitiu crescer como estudante. Agradeço todas as críticas, todos os comentários e sugestões que foram fundamentais para que este trabalho se tornasse uma realidade. Agradeço pela motivação e por todo o conhecimento transmitido. Foram, verdadeiramente, inspiradoras.

Ao CLUL e ao grupo Anagrama agradeço a possibilidade de acesso a outros trabalhos que são inspiradores e motivadores. É um privilégio e um orgulho enorme fazer parte deste grupo.

Às minhas colegas de gabinete agradeço pela motivação e força que foram importantes durante este percurso. Agradeço pelos bons momentos que partilhamos e, também, pela troca de ideias.

À Alice, à Celina e à Nádia, companheiras inseparáveis deste percurso, agradeço pela amizade. Obrigada pelos bons momentos, pelas gargalhadas, pela confiança e pela força. São amigas que levo para a vida. Às três obrigada pela motivação quando parecia que ia desmoralizar e por me fazerem acreditar em mim.

À Aida Cardoso agradeço pela ajuda na minha tarefa experimental. A ela devo a “voz” das minhas histórias.

Agradeço a todos os colégios e instituições que ofereceram o seu espaço e tempo para me receberem durante a aplicação do teste.

Aos meus amigos agradeço a paciência. Obrigada por compreenderem as minhas ausências e se preocuparem comigo.

Ao Fabrice Martins, meu companheiro de vida. Obrigada por me fazeres feliz.

Aos meus pais agradeço o amor incondicional. À minha mãe agradeço por todos os valores que me transmitiu e por sempre me apoiar. Sem dúvida, é a minha melhor amiga. Ao meu pai, que iria ficar tão orgulhoso com este trabalho, agradeço tudo o que fez por mim e por todo o amor que me deu. Aos meus pais devo tudo o que sou.



Em memória do meu pai

## Índice

Lista de tabelas	3
Lista de gráficos	4
Lista de figuras	5
Abreviaturas	6
Resumo	7
Abstract	11
<u>Capítulo 1 – Introdução</u>	15
1.1. Estrutura da dissertação	17
<u>Capítulo 2 – A obviação referencial</u>	19
2.1. Abordagens da obviação referencial	23
2.1.1. Dependência temporal e extensão do domínio de ligação da oração complemento	23
2.1.2. Competição entre modos	26
2.1.3. Semântica lexical dos verbos e modo	32
2.2. Controlo finito	36
2.3. Controlo implícito	40
<u>Capítulo 3 – Alguns aspetos conhecidos da aquisição de obviação e de controlo</u>	45
3.1. Interpretação de sujeitos nulos em orações finitas de conjuntivo por crianças em idade pré-escolar e escolar	49
3.1.1. Obviação e Princípio B da Teoria da Ligação	49
3.1.2. Propriedades lexicais e semânticas dos verbos	50
3.1.3. Antecedente mais próximo	52
3.1.4. Aquisição da distribuição do modo conjuntivo em orações completivas	57
3.2. Aquisição de controlo em orações não finitas	58
3.3. Perguntas de investigação	65
<u>Capítulo 4 – Metodologia</u>	69
4.1. A tarefa experimental	69
4.1.1. Os sujeitos	69
4.1.2. A recolha de dados	70
4.1.3. As condições	70



4.1.4. Itens de teste	75
4.2. Tratamento dos dados e análise estatística	78
<u>Capítulo 5 – Resultados</u>	79
5.1. Verbo Dizer	79
5.1.1. Resultados gerais	79
5.1.2 Dizer – declarativo de ordem	81
5.1.2.1 Condição a1) Controlo de objeto indireto com OI explícito	81
5.1.2.2 Condição a2) Controlo de objeto indireto com OI implícito	82
5.1.2.3 Condição a5) Obviação referencial com OI explícito	83
5.1.2.4 Condição a6) Obviação referencial com OI implícito	84
5.1.2.5 Análise estatística	86
5.1.3. Dizer – declarativo	87
5.1.3.1 Condição a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	87
5.1.3.2. Condição a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	88
5.2. Verbo Querer	90
5.2.1. Resultados gerais	90
5.2.2. Condição b1) Controlo de sujeito	90
5.2.3. Condição b2) Obviação referencial	92
5.3. Dizer vs. Querer	93
<u>Capítulo 6 – Discussão</u>	95
<u>Capítulo 7 – Conclusão</u>	101
Bibliografia	103
<u>Anexos</u>	107
Anexo I: Folha de respostas	109
Anexo II: Matriz da tarefa experimental	111

## Lista de Tabelas

### *Capítulo 4 - Metodologia:*

Tabela 1	Distribuição dos sujeitos	70
Tabela 2	Condições de teste	71
Tabela 3	Composição da tarefa experimental	77
Tabela 4	Resumo das respostas corretas de cada condição	78

### *Capítulo 5 – Resultados*

Tabela 5	Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo <i>dizer</i>	79
Tabela 6	Condição a1) Controlo de objeto indireto com OI explícito	81
Tabela 7	Condição a2) Controlo de objeto indireto com OI implícito	82
Tabela 8	Condição a5) Obviação referencial com OI explícito	84
Tabela 9	Condição a6) Obviação referencial com OI implícito	85
Tabela 10	Condição a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	87
Tabela 11	Condição a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	88
Tabela 12	Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo <i>querer</i>	90
Tabela 13	Condição b1) Controlo de sujeito	91
Tabela 14	Condição b2) Obviação referencial	92
Tabela 15	Dizer vs. Querer	93

## Lista de Gráficos

### *Capítulo 5 - Resultados:*

Gráfico 1	Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo <i>dizer</i>	80
Gráfico 2	Condição a1) Controlo de objeto indireto com OI explícito	82
Gráfico 3	Condição a2) Controlo de objeto indireto com OI implícito	83
Gráfico 4	Condição a5) Obviação referencial com OI explícito	84
Gráfico 5	Condição a6) Obviação referencial com OI implícito	85
Gráfico 6	Comparação dos resultados da condição a2) com a condição a6)	86
Gráfico 7	Condição a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	87
Gráfico 8	Condição a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	88
Gráfico 9	Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo <i>querer</i>	90
Gráfico 10	Condição b1) Controlo de sujeito	91
Gráfico 11	Condição b2) Obviação referencial	92
Gráfico 12	Dizer vs. Querer	93

## **Lista de Figuras**

### *Capítulo 4 - Metodologia:*

Figura 1	Cenário para o item 5, condição a1	72
Figura 2	Cenário para o item 11, condição a2	72
Figura 3	Cenário para o item 29, condição b1	72
Figura 4	Cenário para o item 15, condição a3	73
Figura 5	Cenário para o item 17, condição a4	73
Figura 6	Cenário para o item 21, condição a5	74
Figura 7	Cenário para o item 25, condição a6	75
Figura 8	Cenário para o item 33, condição b2	75

## Abreviaturas

CF	Controlo Finito
CI	Controlo Implícito
CO	Controlo Obrigatório
GLMM	<i>Generalized Linear Mixed Model</i>
GU	Gramática Universal
MDP	<i>Minimal Distance Principle</i>
OI	Objeto Indireto
PE	Português Europeu
PSN	Parâmetro do Sujeito Nulo
TL	Teoria da Ligação

## Resumo

A presente dissertação tem como objetivo investigar a aquisição, por falantes monolíngues de Português Europeu, da compreensão de sujeitos nulos em orações completivas selecionadas pelos verbos *querer* e *dizer*. Deste modo, pretende-se aceder à interpretação de um sujeito nulo em orações completivas de conjuntivo por crianças em idade pré-escolar (3 – 5 anos) e escolar (6 – 8 anos), verificando se as crianças respeitam a obviação referencial obrigatória no caso de complementos de conjuntivo e ainda se interpretam os contextos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* como contextos de controlo obrigatório.

Observou-se que os verbos *querer* e *dizer* poderão desencadear contextos de obviação diferentes. O verbo *querer* representa um caso de obviação referencial canónica, pois nestes contextos, o sujeito nulo encaixado é obrigatoriamente disjunto do sujeito da oração matriz. O verbo *dizer* parece desencadear um tipo de obviação diferente, pois ao haver a obrigatoriedade de correferência entre o sujeito nulo da oração complemento e o objeto indireto da oração matriz, verifica-se uma semelhança de comportamento com os contextos de controlo obrigatório em orações não finitas. Deste modo, este tipo de estruturas com o verbo *dizer* poderão aproximar-se de controlo finito, do tipo dos já descritos por Landau (2004).

A obviação referencial é um fenómeno para o qual se tem procurado encontrar uma explicação e, por isso, várias hipóteses têm surgido ao longo do tempo. Por exemplo, para Picalló (1985), o domínio de ligação do pronome encaixado, no caso de um complemento de conjuntivo, é toda a frase e, por essa razão, há obrigatoriedade de referência disjunta nestes contextos, caso contrário, verificar-se-ia uma violação do Princípio B. Já Farkas (1992) e Horstein & San Martín (2000) afirmam que a obviação referencial surge de uma competição entre os modos infinitivo e conjuntivo. Finalmente, Kempchinsky (2009) sugere que complementos no modo conjuntivo lexicalmente selecionado comportam um operador *quasi-imperative* e o papel que o operador desempenha irá culminar na obviação referencial.

Devido à complexidade do tema em questão, a sua aquisição é caracterizada na literatura como um fenómeno de aquisição tardia. Esta hipótese é assumida por Padilla (1990) e Goodluck et al. (2001) para o espanhol, por exemplo, e, até certo ponto, por Avrutin & Wexler (2000) para o russo. No caso do Português Europeu não há muitos estudos que investiguem a aquisição da obviação referencial como tema central, no

entanto, Ambulate (2008) e Silva (2015) mostram que as crianças portuguesas entre os 3 e os 6 anos exibem bastantes dificuldades na interpretação de um sujeito nulo de completivas no modo conjuntivo. Com efeito, as crianças testadas pelas autoras preferem uma leitura de correferência entre o sujeito da oração matriz e o sujeito da oração complemento.

Assim, foi desenhada uma tarefa de compreensão baseada em McDaniel & Cairns (1990), uma tarefa de juízo de referência que foi aplicada a 90 crianças entre os 3 e os 8 anos e também a 30 adultos. A tarefa experimental é constituída por 8 condições de teste. Testa-se a interpretação de sujeitos nulos encaixados em complementos selecionados pelo verbo *dizer*, sendo que se consideram casos de sujeitos nulos encaixados com *dizer – declarativo* (modo indicativo) e *dizer – declarativo de ordem* (modo conjuntivo e infinitivo). Testa-se ainda a interpretação de sujeitos nulos encaixados em complementos no modo infinitivo e no modo conjuntivo selecionados pelo verbo *querer*. As condições com *dizer – declarativo* testam a possibilidade de leituras de correferência preferencial entre sujeito matriz e sujeito encaixado e as condições com *dizer – declarativo de ordem* testam contextos de controlo obrigatório e de obviação não canónica. Em ambos os casos são testados contextos com objeto indireto explícito e implícito. Finalmente, com o verbo *querer* são testados contextos de controlo de sujeito (complementos infinitivos) e contextos de obviação referencial canónica (complementos finitos, de conjuntivo).

Os resultados obtidos permitem concluir que as crianças, em estruturas de controlo no modo infinitivo, apresentam melhores resultados em estruturas de controlo de sujeito (*querer*), nas quais igualam os adultos desde os estádios iniciais, do que em estruturas de controlo de objeto indireto (*dizer – declarativo de ordem*).

Verificou-se ainda que, em estruturas com objeto indireto explícito, quer no modo infinitivo, quer no modo conjuntivo, os resultados obtidos pelas crianças aproximam-se dos resultados obtidos pelos adultos. Foi notória a influência da introdução de um antecedente lexicalmente realizado, que facilita a leitura que as crianças fazem de um sujeito nulo encaixado. Pelo contrário, a omissão do argumento interno da oração matriz levanta bastantes dificuldades às crianças no caso de complementos em ambos os modos, levando-as a um desempenho muito diferente do desempenho dos adultos.

Em complementos no modo indicativo (*dizer – declarativo*), em contextos com objeto indireto explícito, a introdução de um antecedente

linguístico lexicalmente realizado parece confundir as crianças, levando-as a alguma indecisão, mais notória no grupo de crianças mais novas, na escolha do potencial antecedente do sujeito nulo encaixado. Nestes casos, verifica-se que algumas crianças optam pela correferência do sujeito nulo com o objeto indireto. Em contextos de objeto indireto implícito, as crianças igualam o desempenho dos adultos, preferindo a correferência do sujeito encaixado com o sujeito matriz. Estes dados corroboram os dados já obtidos por alguns autores, por exemplo por Silva (2015).

Finalmente, os resultados revelaram que a obviação referencial não se encontra adquirida até aos 8 anos, pelo que se revela um fenómeno de aquisição bastante tardia. Verificou-se que em complementos de conjuntivo, tanto em contextos com *querer*, como em contextos com *dizer – declarativo de ordem* com objeto indireto implícito, as crianças tendem a escolher o sujeito matriz como sendo correferente com o sujeito da oração complemento, pelo que as crianças não distinguem os dois tipos de obviação propostos nesta dissertação.

**Palavras-chave:** obviação referencial, controlo finito, sujeitos nulos, aquisição, sintaxe, compreensão.





## Abstract

This study intends to investigate the acquisition of null subjects by monolingual European Portuguese children. The main goal is to assess the interpretation of a null subject in subjunctive complements selected by the verbs *querer* (want) and *dizer* (tell) by children between 3 and 8 years. Thus, this investigation will show if children respect obviation and if they interpret subjunctive contexts selected by *dizer* (tell) as obligatory control contexts.

It is possible that the verbs *querer* (want) and *dizer* (tell) trigger different contexts of obviation. *Querer* (want) represents a case of canonic obviation since in these contexts, a disjoint reference between the null embedded subject and the matrix subject is mandatory, but no further restrictions exist on the interpretation of the embedded subject. *Dizer* (tell), on the other hand, seems to trigger a different type of obviation. The disjoint reference between subjects is also true in these contexts but it is only true because there is a mandatory coreference between the null embedded subject and the indirect object in the matrix clause. This means that the relation between the embedded subject and its potential antecedent is similar to that in obligatory control contexts in non-finite complements. Consequently, obviation contexts with *dizer* (tell) might be to a certain extent similar to contexts of finite control as observed by Landau (2004) for Hebrew and the Balkan languages.

Through the years many hypothesis have been posed in an attempt to explain obviation effects. Picallo (1985), for example, claims that in subjunctive contexts the binding domain of an embedded pronoun is the whole sentence; consequently obviation occurs, otherwise there would be a violation of Principle B. Farkas (1992) and Horstein & San Martin (2000) assume that obviation is a consequence of mood competition (infinitive vs. subjunctive). Finally, Kempchinsky (2009) argues that lexically selected subjunctive complements carry a *quasi-imperative* operator that will culminate in obviation.

In acquisition, obviation poses children some problems and is known as being a late acquisition. This is shown by Padilla (1990) and Goodluck et al. (2001) for Spanish and, to a certain extent, by Avrutin & Wexler (2000) for Russian. Regarding European Portuguese, not many studies concerning obviation have been made, however Ambulate (2008) and Silva (2015) show that children between 3 and 6 years old have great difficulties interpreting a null embedded subject in a subjunctive complement. The children tested by

both authors preferred the coreference between the null embedded subject and the matrix subject.

Thus, a comprehension task (Reference Judgment Task) based on McDaniel & Cairns (1990) was created and applied to 90 children aged between 3 and 8 years old and also 30 adults. The experimental task comprises 8 test conditions. We assess the interpretation of a null embedded subject in complements selected by the verb *dizer* (tell), including *dizer - declarative* and *dizer - directive*. In addition, we test the interpretation of a null embedded subject in subjunctive and infinitive complements selected by the verb *querer* (want). The conditions with *dizer - declarative* test the preferential coreference between the matrix and the embedded subject and conditions with *dizer - directive* test non-finite obligatory control and non canonic obviation. In both cases, contexts with an explicit and an implicit indirect object are tested. Finally, with the verb *querer* (want) contexts of subject control (non-finite complements) and canonic obviation (finite subjunctive complements) are tested.

The results show that children perform differently in subject control contexts, where they equal the results of adults, and in indirect object control (directive *dizer*).

It was clear that in explicit indirect object control structures, in infinitive and subjunctive mood, children's results improved considerably, getting close to the adults' results. The introduction of a lexical antecedent improves children's interpretation of the embedded null subject. On the other hand, an implicit object raises difficulties in both moods, making children decrease their performance and showing non-target like results.

In indicative complements, in explicit indirect object contexts, the introduction of a lexical antecedent also raises difficulties to children. The results show that some of the younger children are influenced by the presence of the indirect object, choosing it as the antecedent of the null embedded subject. In implicit indirect object contexts, children equal the adults' results, showing preference for the coreference between the matrix and the null embedded subject.

Finally, the results reveal that obviation is not acquired at 8 years old, confirming previous results suggesting that this is a phenomenon of late acquisition. Moreover, in subjunctive complements, contexts with the verb *querer* (want) and *dizer - declarativo de ordem* (directive *dizer*) are treated equally, i.e. children tend to prefer the coreference between the matrix and

the null embedded subject, which means that children do not distinguish canonic and non canonic obviation.

**Key-words:** Obviation, finite control, null subjects, acquisition, syntax, comprehension.



## 1. Introdução

Inserida na área da aquisição de língua materna, esta dissertação pretende estudar a aquisição da compreensão de sujeitos nulos em orações completivas no modo conjuntivo selecionadas pelos verbos *dizer* e *querer*, procurando, deste modo, contribuir com novos dados para a investigação da aquisição do Português Europeu (doravante designado PE) por falantes monolíngues.

Numa língua com as características do PE, o sujeito nulo em complementos no modo indicativo é preferencialmente correferente com o sujeito na oração matriz (1). Pelo contrário, quando o modo conjuntivo é selecionado, o sujeito nulo encaixado de uma oração complemento é, normalmente, disjunto do sujeito da oração matriz, desencadeando um fenómeno que a literatura denomina de obviação referencial (2).

(1) A Joana<sub>i</sub> disse à Maria<sub>j</sub> que *pro*<sub>i</sub> ia comer o gelado.

(2) O João<sub>i</sub> quer que *pro*<sub>\*i/j</sub> coma o gelado.

Deste modo, no exemplo (2), *pro* não pode ser correferente com o DP *o João*. Para que a leitura do pronome nulo seja gramatical, *pro* deverá ser correferente com outra entidade que não o sujeito da oração matriz.

A obviação referencial tem suscitado muito interesse, pelo que são vários os autores que procuram encontrar uma explicação, sintática ou semântica, para o fenómeno representado em (2). Por exemplo, Picallo (1985) invoca o Princípio B da Teoria da Ligação. Para a autora, o domínio de ligação do pronome encaixado, no caso de um complemento de conjuntivo, é toda a frase e, por essa razão, há obrigatoriedade de referência disjunta nestes contextos, caso contrário, verificar-se-ia uma violação do Princípio B. Para Horstein & San Martin (2000), a obviação referencial surge de uma competição entre os modos infinitivo e conjuntivo no processo de avaliação guiado pela economia das derivações. Já Kempchinsky (2009) sugere que complementos no modo conjuntivo lexicalmente selecionado têm um operador *quasi-imperative* que comporta a interpretação *anyone other than the matrix subject*, pelo que o papel que o operador *quasi-imperative* desempenha irá culminar na obviação referencial.

No que respeita à aquisição, a obviação referencial é caracterizada na literatura como um fenómeno de aquisição tardia. Muitos estudos efetuados para outras línguas assumem esta hipótese, por exemplo, Padilla (1990) e Goodluck et al. (2001). Para o PE foram efetuados poucos estudos que investiguem a aquisição deste fenómeno. Testes realizados por Silva (2015) e

Ambulate (2008) mostram que, entre os 3 e os 6 anos, as crianças portuguesas exibem grandes dificuldades na interpretação de um sujeito nulo em contextos de conjuntivo, preferindo uma leitura agramatical (correspondente à correferência entre o sujeito encaixado e o sujeito matriz).

No entanto, nos estudos mencionados para o PE, a obviação referencial não é o objeto de estudo, pelo que é notória a necessidade de novos projetos que possam contribuir com novos dados para a investigação da aquisição da obviação referencial nesta língua, como é o caso da presente dissertação. Estudos anteriores também não consideram um aspeto importante relacionado com os verbos visados neste trabalho e que de seguida se descreve.

Se se observar o comportamento dos verbos visados neste estudo em contextos de conjuntivo, parece ser possível defender que *querer* e *dizer* desencadeiam tipos de obviação referencial diferentes. Veja-se os seguintes exemplos:

(3) O João<sub>i</sub> quer que *pro*<sub>j/\*i</sub> coma o gelado.

(4) A Joana<sub>i</sub> disse à Maria<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> comesse o gelado.

O exemplo (3) corresponde ao conceito de obviação referencial descrito, em geral, na literatura, isto é, o sujeito matriz e o sujeito encaixado são disjuntos. No caso de (4) também se verifica a disjunção entre sujeitos, mas repare-se que com o verbo *dizer* há uma obrigatoriedade de correferência do sujeito nulo encaixado com o objeto indireto (OI). A mesma obrigatoriedade é encontrada em complementos não finitos (5), sendo que estes contextos são considerados casos de controlo obrigatório (CO).

(5) A Joana<sub>i</sub> disse à Maria<sub>j</sub> para *PRO*<sub>j/\*i/\*k</sub> comer o gelado.

A interpretação da categoria vazia em (4) e (5) é a mesma. Em ambas as estruturas verifica-se a obrigatoriedade de correferência com o OI, pelo que, em (4), se poderá estar perante um caso de obviação diferente do caso representado em (3). Poder-se-á, desta forma, considerar-se (4) também um caso de controlo obrigatório, pois o sujeito nulo neste exemplo parece obedecer às mesmas restrições interpretativas que (5) apresenta. Nesse sentido, (4) poderá representar um contexto de controlo finito (CF).

Devido à complexidade do tema e às questões que a obviação referencial levanta, é essencial prosseguir com estudos que possam fornecer pistas para a compreensão dos fatores envolvidos neste fenómeno, quer na gramática adulta, quer na aquisição e, principalmente, no PE. Na

investigação da aquisição de orações completivas de conjuntivo, importa saber como é que as crianças adquirem este fenómeno e quando é que este estabiliza na sua gramática.

Nesta dissertação, pretende-se verificar se as crianças a adquirir PE respeitam a obviação referencial e se interpretam os contextos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* como contextos de CO, bem como se distinguem contextos de conjuntivo com o verbo *querer* e *dizer*.

Desta forma, formularam-se as seguintes perguntas de investigação:

- (I) Quando é adquirida a obviação referencial em PE?
- (II) As crianças em idade pré-escolar e escolar distinguem os dois tipos de obviação referidos acima?
- (III) As crianças mantêm uma interpretação de controlo de objeto indireto, com o verbo *dizer*, quando o controlador está implícito?
- (IV) A aquisição da obviação exibe efeitos de desenvolvimento?

Com o intuito de obter pistas que pudessem contribuir para a resposta às perguntas acima listadas, desenhou-se uma tarefa de juízo de referência baseada em McDaniel & Cairns (1990), na qual participaram 90 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 8 anos. Nesta tarefa constam contextos de infinitivo (controlo de sujeito e controlo de objeto indireto), contextos de indicativo (correferência preferencial entre sujeito matriz e encaixado) e contextos de conjuntivo (obviação referencial). Assim, as crianças viram um vídeo com uma história e foram estimuladas a ajudar um fantoche a compreender a mesma, respondendo a uma pergunta final. Para além das crianças, participaram ainda nesta tarefa 30 adultos que constituíram o grupo de controlo.

### 1.1. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se organizada em 7 capítulos.

À introdução segue-se o capítulo 2, no qual se expõe o enquadramento teórico que constitui a base desta investigação. No ponto 2.1. faz-se uma exposição das teorias explicativas da obviação referencial consideradas pertinentes para este estudo, no ponto 2.2. aborda-se a questão do controlo finito e o ponto 2.3. foca a problemática do controlo implícito.

O capítulo 3 procura expor diferentes investigações sobre a aquisição de sujeitos nulos. A primeira parte (ponto 3.1.) foca a interpretação de sujeitos nulos em orações finitas e a segunda (ponto 3.2.) aborda a aquisição



de sujeitos nulos em orações não finitas. No ponto 3.3. apresentam-se as perguntas de investigação.

No quarto capítulo descreve-se a metodologia adotada neste estudo. Desta forma, apresentam-se os sujeitos e a elaboração da tarefa experimental de compreensão de sujeitos nulos encaixados, assim como, o tratamento dos dados e a análise estatística dos mesmos.

Os resultados obtidos após a aplicação da metodologia são descritos no capítulo 5 e, no capítulo 6, discutem-se os dados, considerando-se a teoria exposta anteriormente e as perguntas de investigação.

Finalmente, o capítulo 7 destaca as conclusões que decorrem do presente estudo e levanta algumas questões pertinentes para futura investigação.

## 2. A Obviação Referencial

Nas línguas românicas tem sido observado um contraste entre orações subordinadas completivas de modo indicativo e de modo conjuntivo no que diz respeito à interpretação de um sujeito nulo encaixado.

No modo indicativo, os sujeitos nulos encaixados são, preferencialmente, interpretados como sendo correferentes com o sujeito matriz. Veja-se (1).

(1) A Maria<sub>i</sub> disse à Susana<sub>j</sub> que *pro*<sub>i/\*j</sub> ia comprar um livro.

Há, no entanto, a possibilidade de ocorrência de um pronome realizado na mesma posição, mas a correferência preferencial deixa de se verificar. Neste caso, fora de qualquer contexto situacional ou discursivo, o pronome irá correferir com outra entidade que não o sujeito da oração matriz<sup>1</sup> (2).

(2) A Maria<sub>i</sub> disse à Susana<sub>j</sub> que ela<sub>j/k</sub> ia comprar um livro.

Os complementos no modo conjuntivo apresentam um comportamento diferente. Nestes complementos, em estruturas com verbos de controlo de sujeito, o sujeito nulo da oração encaixada é, normalmente, disjunto do sujeito da oração matriz (3).

(3) A Maria<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>\*i/j</sub> soubesse a verdade.

Na única interpretação gramatical do exemplo (3), o sujeito nulo da oração encaixada é referencialmente disjunto do DP *A Maria*. (3) representa um caso clássico de obviação referencial (doravante designado de obviação canónica), um fenómeno que tem suscitado muito interesse e para o qual muitos investigadores têm tentado encontrar uma explicação, quer sintática, quer semântica.

Verifica-se ainda que, devido à estrutura lexical-funcional de alguns verbos, os verbos de controlo de objeto, é possível obter um tipo de obviação, aparentemente, diferente do ilustrado em (3). Veja-se (4).

(4) A Maria<sub>i</sub> disse à Joana<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> abrisse a janela.

---

<sup>1</sup> Neste aspeto, o Português Brasileiro (PB) difere do PE. De acordo com Duarte (2000), o PB tem vindo a perder a obrigatoriedade da omissão de sujeitos em alguns domínios sintáticos devido ao empobrecimento do paradigma flexional dos verbos e há uma preferência pelo pronome realizado, que, contrariamente ao que se verifica no PE, será correferente com o sujeito da oração matriz. Sobre análises alternativas deste aspeto do PB, ver Figueiredo Silva (1996), Modesto (2000), entre outros.

O sujeito nulo da oração encaixada de (4), devido à estrutura lexical-funcional do verbo *dizer*, não é correferente com o sujeito da oração matriz mas sim com o objeto indireto (OI) da mesma. Embora este seja um caso de obviação referencial, na medida em que o sujeito nulo encaixado e o sujeito matriz são disjuntos, parece ter um carácter diferente da obviação referencial canónica exemplificada em (3), pois há uma obrigatoriedade de correferência com um argumento na oração matriz.

Uma vez que, neste contexto, a interpretação do sujeito nulo encaixado se assemelha à interpretação de um sujeito nulo em contextos de controlo obrigatório (CO), como nas orações de modo infinitivo, poder-se-á considerar que (4) é um caso de controlo finito (CF) como em Landau (2004). Para melhor se compreender este aspeto, veja-se a interpretação de sujeitos nulos em orações como (5).

(5) A Maria<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> para PRO<sub>j/\*i/\*k</sub> comprar um livro.

Por terem uma natureza diferente, a identificação de categorias vazias em contextos finitos e não finitos obedece a diferentes restrições. Enquanto a identificação de *pro* está sujeita ao Princípio B da Teoria da Ligação (TL) (6), a identificação de *PRO* está sujeita a restrições relacionadas com a teoria do controlo.

(6) Princípio B

A pronominal is free in its governing category

Chomsky (1981: 188)

Assim, a selecção do constituinte que fixa a referência de *PRO* (o controlador) dependerá de propriedades semânticas dos verbos superiores, ou seja, *PRO* é controlado por um dos argumentos do verbo na oração matriz, o qual, dependendo da natureza do verbo, poderá ser o sujeito ou o objeto (direto ou indireto). Veja-se o exemplo (7).

(7) A Joana<sub>i</sub> quer PRO<sub>i</sub> ir ao cinema.

Neste exemplo, *PRO* é controlado pelo sujeito da oração matriz. Agora considere-se o exemplo (8):

(8) A mãe<sub>i</sub> autorizou o filho<sub>j</sub> a PRO<sub>j/\*i/\*k</sub> ir ao concerto.

Em (8), o sujeito nulo da oração encaixada é controlado pelo objeto da oração matriz.

Nestes dois exemplos, o controlador de *PRO* é o constituinte mais próximo que c-comanda o sujeito nulo, como prediz o *Minimal Distance Principle* (MDP) de Rosenbaum (1967) que estipula que o controlador de uma categoria vazia será o antecedente mais próximo que a c-comanda.

No que diz respeito a orações completivas no modo infinitivo selecionadas pelos verbos *querer* e *dizer*, os verbos visados nesta dissertação, encontramos-nos perante contextos de CO, nos quais o verbo *querer* exibe controlo de sujeito (9) e o verbo *dizer* exibe controlo de objeto indireto (10).

(9) A Maria<sub>i</sub> quer PRO<sub>i/\*j</sub> comprar um livro.

(10) A Maria<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> para PRO<sub>j/\*i/\*k</sub> comprar um livro.

É comparando contextos de CO que é possível considerar que (4) - A Maria<sub>i</sub> disse à Joana<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> abrisse a janela - e (10) apresentam um comportamento muito similar. Repare-se que, embora em (4) a oração encaixada seja finita e apresente o modo conjuntivo e em (10) seja não finita, a interpretação do sujeito nulo encaixado é igual nos dois exemplos, por se verificar uma obrigatoriedade de correferência com o OI na oração matriz.

Um outro aspeto a considerar nas estruturas de controlo de objeto é a possibilidade de omissão de um dos argumentos internos do verbo *dizer* (11).

(11) A Maria disse [-]<sub>j</sub> para PRO comprar um livro.

O exemplo (11) representa um contexto em que o argumento interno do verbo *dizer* se encontra implícito, isto é, está subentendido.

No geral, a literatura caracteriza os argumentos implícitos como papéis temáticos não projetados, ou seja, os argumentos implícitos não estão presentes na sintaxe. Landau (2010) discorda desta opinião e defende que os argumentos implícitos, tal como os explícitos, estão representados sintaticamente. Desta forma, em (11), o controlador de *PRO* será uma categoria vazia na posição de objeto indireto e manter-se-á o controlo de objeto indireto (12).

(12) A Maria<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> para PRO<sub>j/\*i/\*k</sub> comprar um livro.

Do mesmo modo, para este autor, numa oração encaixada no modo conjuntivo, o pronome nulo encaixado é correferente com a categoria vazia na posição de objeto indireto.

(13) A Maria<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> comprasse um livro.

Em ambos os casos mantém-se a dependência obrigatória entre o sujeito nulo encaixado e o objeto indireto subentendido.

A semelhança de restrições na interpretação do sujeito nulo em orações completivas no modo conjuntivo selecionadas pelo verbo *dizer* e orações completivas no modo infinitivo selecionadas pelo mesmo verbo pode levar a considerar as primeiras como um caso de controlo finito.

Desta forma, a existência destes dois tipos, aparentes, de obviação motivou o presente estudo, cujo tema é a aquisição das restrições/princípios que regulam a obviação referencial canónica e o controlo finito em complementos de verbos como *dizer* (doravante designado de obviação referencial não canónica).

Com o intuito de melhor se compreender este fenómeno, as secções seguintes irão apresentar as principais hipóteses que procuram explicar a obviação referencial (secção 2.1.). Por haver semelhança com contextos de controlo obrigatório, a secção 2.2. será dedicada ao controlo finito, uma vez que a presente dissertação se centra na aquisição de sujeitos nulos em complementos no modo conjuntivo e, finalmente, a secção 2.3. abordará a problemática do controlo implícito.

## 2.1. Abordagens da obviação referencial

De acordo com o exposto anteriormente, é possível considerar que o PE exhibe, aparentemente, dois contextos de obviação distintos. Neste sentido, considera-se que o verbo *querer* representa um caso de obviação no seu sentido canónico e que o verbo *dizer* representa um caso de obviação referencial não canónico que poderá ser considerado um caso de obviação com controlo finito.

A obviação referencial canónica não é, no entanto, uma característica de todos os verbos que seleccionam o modo conjuntivo. Se se considerar verbos como *duvidar* e *lamentar*, por exemplo, a correferência com o sujeito matriz é possível (14) e (15).

(14) A Maria<sub>i</sub> duvida que [-]<sub>i/j</sub> acabe o trabalho a tempo.

(15) A Maria<sub>i</sub> lamenta que [-]<sub>i/j</sub> esteja atrasada para o trabalho.

São estas particularidades, bem como o desafio de se encontrar uma explicação para elas, que fazem do conjuntivo um modo bastante estudado. Centrando-se apenas no efeito obviativo, esta secção apresentará as abordagens mais pertinentes para as questões levantadas nesta investigação.

### 2.1.1. Dependência temporal e extensão do domínio de ligação da oração complemento.

A Teoria da Ligação (TL) (16) estipula um conjunto de princípios que limitam a interpretação de anáforas, pronominais e expressões-R num determinado domínio sintático.

#### (16) Binding Theory

- A) An anaphor is bound in its governing category
- B) A pronominal is free in its governing category
- C) An R-expression is free

Chomsky (1981: 188)

As abordagens clássicas da obviação referencial nas línguas românicas partem do Princípio B da TL para explicar este fenómeno, como é o caso de Picallo (1985) e Raposo (1985). Assim, Picallo (1985) faz notar que o facto de um complemento no modo indicativo permitir correferência e a

impossibilidade de correferência num complemento no modo conjuntivo, são propriedades que estão estritamente relacionadas. Considere-se (17) e (18).

(17) O menino<sub>i</sub> disse que *pro*<sub>i</sub> ia comer o gelado.

(18) \*O menino<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>i</sub> comesse o gelado.

Em (17) *pro* é livre de correferir com o sujeito matriz e em (18) não. Veja-se, agora, (19) e (20):

(19) O menino<sub>i</sub> disse [que *pro*<sub>i</sub> ia comer o gelado.]

(20) [\*O menino<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>i</sub> comesse o gelado.]

O contraste apontado pela autora resultaria de, em (17), o domínio de ligação de *pro* ser a oração encaixada, como indicado em (19). No exemplo (18), o domínio de ligação seria toda a frase, como representado em (20). Neste caso, a impossibilidade de correferência dos sujeitos residiria no facto de *pro* estar ligado na sua categoria regente, resultando na violação do Princípio B.

Assim, de acordo com esta análise, haveria domínios de ligação diferentes para orações no modo indicativo (oração encaixada) e para orações no modo conjuntivo (oração matriz).

Picallo (1985) argumenta, então, que no modo conjuntivo, o tempo (*tense*) não é fixado autonomamente. A especificação temporal do modo conjuntivo forma-se anaforicamente, uma vez que a sua interpretação depende do tempo especificado num outro local. Pelo contrário, o modo indicativo tem uma especificação temporal autónoma. Devido a estas propriedades, o modo conjuntivo entra numa relação de ligação com formas que têm tempo autónomo, como é o caso do modo indicativo, e formam uma única cadeia temporal (*tense-chain*).

Desta forma, em (18) o domínio de ligação de *pro* seria a oração completa e, conseqüentemente, o sujeito nulo encaixado tem de ter uma leitura obviativa relativamente ao sujeito matriz.

Pelo contrário, numa oração no modo indicativo, a oração matriz e a oração complemento constituem duas cadeias temporais diferentes, uma vez que a especificação temporal das formas do modo indicativo se faz autonomamente. Assim sendo, a oração matriz e a oração encaixada são domínios de ligação diferentes, pelo que é possível a correferência do sujeito nulo na oração encaixada com o sujeito na oração matriz. É o que sucede no exemplo (17).

Assim, segundo a proposta de Picallo (1985), os domínios de ligação para os sujeitos nulos encaixados de complementos selecionados pelos verbos *querer* e *dizer*, os verbos visados nesta dissertação, seriam os seguintes:

(21) [O João<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>j</sub> comesse o gelado.]

(22) [O João<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sub>i</sub>/\*<sub>k</sub> comesse o gelado.]

Repare-se que a proposta da autora dá conta do comportamento do verbo *querer* (21). Se se considerar toda a frase como sendo um único domínio, então a obviação estaria explicada. No entanto, com o verbo *dizer* (22), o sujeito nulo estaria ligado no seu domínio pelo constituinte “o Pedro”, o que violaria o Princípio B. Kempchinsky (2009) aponta este aspeto de alguns predicados diretivos como um problema para a proposta de Picallo. No entanto, esta última argumenta que, devido à posição que a oração subordinada ocupa na estrutura-S, o domínio de ligação de *pro* não inclui o objeto matriz.

Baseando-se no *Case Resistance Principle*<sup>2</sup> de Stowell (1981), Picallo (1985) afirma que argumentos frásicos não podem estar numa posição casualmente marcada. Assim, têm de ser adjungidos a VP, deixando na sua posição um vestígio ao qual irá ser atribuído Caso. O domínio de ligação não irá incluir o objeto matriz (23).

(23) [En pere<sub>i</sub> [VP<sub>i</sub>[VP va convencer en Jordi<sub>j</sub> t<sub>s</sub>][que *pro*<sub>j</sub> anés a Nova York.<sub>s</sub>]]]

Costantini (2005: 109)

Em (23), o sujeito matriz *en pere* e o sujeito nulo da oração encaixada pertencem ao mesmo domínio de ligação. Já o DP *en Jordi* não. Note-se que o sujeito nulo encaixado e o objeto *en Jordi* se encontram em domínios de ligação diferentes. Consequentemente, para que não ocorra violação do Princípio B, *pro* não pode correferir com o DP *en pere* (sujeito).

Na mesma linha de Picallo (1985), para Raposo (1985), as propriedades temporais determinadas pela classe semântica do verbo matriz explicam o contraste que se verifica entre orações no modo indicativo e orações no modo conjuntivo, no que respeita à interpretação de um sujeito nulo encaixado. A correferência é possível com verbos declarativos (*dizer*) e com verbos epistémicos, que selecionam o modo indicativo, porque o tempo da oração complemento é autónomo em relação ao tempo na oração matriz. A

<sup>2</sup> Case cannot be assigned to a category bearing a Case signing feature. Stowell (1981:143)



referência disjunta é obrigatória em complementos de conjuntivo selecionados por verbos volitivos (*querer*) e por verbos declarativos de ordem (*dizer*) devido às propriedades temporais do modo conjuntivo.

Assim, segundo Raposo (1985), o conjuntivo é um tempo anafórico cujos complementos são [- Tense]. Como [-T] é anafórico, necessitará de uma ligação a um elemento [+T] numa posição mais alta. Por esta razão, o domínio de ligação de [-T] tem de ser estendido à oração mais alta. Desta extensão decorre, como para Picallo (1985), o fenómeno da obviação.

As teorias expostas parecem, no entanto, não explicar a natureza da obviação referencial. O aspeto apontado por Kempchinsky (2009) relativamente aos predicados diretivos e exemplificado em (22) é crucial para este estudo. Repare-se que a explicação sugerida por Picallo (1985) não parece solucionar o problema que ocorre com *dizer*, uma vez que na sua análise a correferência entre um argumento objeto da oração matriz e o sujeito nulo da oração complemento apenas é acidental.

Para além disso, Costantini (2005) refere que as teorias acima apresentadas não dão conta de todos os dados. Note-se que não oferecem uma explicação para os casos em que sujeitos de complementos no modo conjuntivo não apresentam uma leitura obviativa. Recordem-se (14) e (15) no início deste ponto. Se a obviação decorresse da violação do Princípio B e de propriedades do conjuntivo seria esperado que ocorresse em todas as orações no modo conjuntivo, nomeadamente nas selecionadas por predicados factivos, o que, no PE, não se verifica.

Finalmente, também não explicam a diferença entre obviação canónica e obviação não canónica, como sugerido neste estudo.

### 2.1.2. *Competição de modos*

São muitos os autores que defendem que a obviação referencial não é um problema relacionado com o uso de pronomes ou com a interpretação dos mesmos. Para autores como Farkas (1992), Costantini (2011) e Hornstein & San Martin (2001), por exemplo, a obviação é o resultado de uma competição entre o modo infinitivo e o modo conjuntivo.

Farkas (1992) defende que a obviação nas línguas românicas deve ser considerada como o resultado de uma competição entre o modo conjuntivo e o modo infinitivo. Para a autora, a agramaticalidade da seleção do antecedente de um pronome nulo numa oração no modo conjuntivo não

decorre de uma seleção do antecedente no domínio errado, mas sim do facto de ser usado um complemento conjuntivo e não um complemento infinitivo.

De acordo com Farkas (1992), um tipo de complemento bloqueia outro tipo e o facto de alguns complementos conjuntivos e infinitivos terem as mesmas características semânticas, não só os distancia das orações no modo indicativo como leva a autora a afirmar que as orações no modo conjuntivo serão obviativas em contextos nos quais o infinitivo também é possível (24).

(24) ...subjunctive clauses will be obviative only in contexts in which infinitive is also possible.

Farkas (1992: 95)

Para reforçar esta ideia, a autora refere o Húngaro, uma vez que nesta língua, quando um complemento não pode ocorrer no modo infinitivo, o conjuntivo não é obviativo argumentando que a existência e a interpretação de um item lexical podem ser afetadas pela existência e interpretação de outro.

A autora aponta, ainda, a existência de duas características essenciais nas línguas. A primeira é a dependência do sujeito e a segunda é a dependência do mundo.

Por dependência do sujeito, Farkas (1992) entende a existência de predicados que requerem que o sujeito nulo do complemento seja referencialmente dependente de um argumento na oração matriz. Verbos aspetuais e diretivos são exemplos de verbos que requerem dependência de sujeito. Os complementos no modo infinitivo também requerem a mesma dependência.

Quanto à dependência do mundo, importa referir que a autora considera que um elemento fundamental para a interpretação de frases é o mundo (*w*) e que uma oração é verdadeira sse a situação expressa na frase estiver contida em *w*. O mundo no qual um complemento é interpretado irá depender do significado lexical do predicado matriz que é o elemento que o “introduz”. O mundo introduzido é o novo mundo (*new world*) e o mundo no qual a oração matriz é avaliada é o mundo base (*base world*).

O modo conjuntivo é o modo usado para marcar a dependência do mundo, exceto quando o modo infinitivo bloqueia essa possibilidade.

Assim, línguas que exibem efeito de obviação são línguas que distinguem complementos dependentes de sujeito, nos quais um sujeito

encaixado irá herdar a sua referência de um argumento na oração matriz, de complementos mundo-dependentes. Esta competitividade não se verifica em casos em que os seus complementos cumpram os requisitos semânticos para serem dependentes de sujeitos e dependentes do mundo, ou seja, o sujeito do complemento é dependente do mundo e referencialmente dependente de um argumento da oração matriz (25).

(25) In certain world-dependent complements, the form used to mark subject dependency blocks the form used in world-dependent complements.

Farkas (1992:102)

Repare-se, então, que de acordo com (25), o verbo *querer* requer um complemento no modo infinitivo para marcar uma dependência de sujeito e um complemento no modo conjuntivo para marcar dependência do mundo. Um complemento selecionado pelo verbo *dizer* não exhibe esta competitividade, uma vez que o sujeito nulo encaixado é referencialmente dependente de um argumento matriz tanto em complementos no modo infinitivo, como no modo conjuntivo.

A autora aponta, ainda, que a obviação referencial não se verifica quando um complemento se encontra na voz passiva, quando contém um modal ou quando o verbo matriz é não agentivo. O fator comum nestes contextos é o facto de o sujeito do complemento não se encontrar numa relação de responsabilidade (RESP) com a situação na qual é participante. A autora conclui, portanto, que um fator determinante da obviação referencial é o grau de responsabilidade que o sujeito do complemento tem com a situação expressa no complemento, i.e., tem de ser ele quem inicia a situação em que é participante. O efeito obviativo será mais sólido se o argumento controlador e o argumento controlado estiverem numa relação de responsabilidade.

Esta conclusão retoma uma proposta discutida em Farkas (1988) na qual a autora afirma que a escolha do controlador em complementos no modo infinitivo recai sobre o argumento matriz que detém a relação de responsabilidade, quando o argumento controlado detém também esta relação. Este aspeto reforça a correlação entre o uso de estruturas dependentes do sujeito e a relação de responsabilidade, que é o elo de ligação entre controlo e obviação.

Farkas (1992) sugere, ainda, a existência de um caso canónico de controlo no qual o sujeito encaixado é referencialmente dependente do sujeito matriz. A definição de caso canónico de controlo terá, para a autora,

uma componente semântica relacionada com a função semântica do controlador e do argumento controlado e uma componente sintática relacionada com a função gramatical do controlador.

O efeito de bloqueio, no caso de complementos no modo conjuntivo, será maior nos casos canónicos de controlo, de que é exemplo o verbo *querer*. Quando o controlador não é o sujeito matriz há tendência para a obviação não ocorrer ou enfraquecer, o que será o caso de *dizer*-declarativo de ordem.

Deste modo, numa língua que tenha uma forma para marcar dependência de sujeito usar-se-á um complemento no modo infinitivo, caso contrário será usado um complemento no modo conjuntivo (26).

(26) In world-dependent complements that conform to the canonical control case, the form used to mark Su dependency blocks the form used for world dependency.

Farkas (1992: 104)

Com *querer*, sendo o verbo um caso canónico de controlo (controlo de sujeito), usar-se-á um complemento no modo infinitivo para marcar uma dependência de sujeito. Invariavelmente, usar-se-á complementos no modo conjuntivo para marcar uma dependência do mundo.

(27) O João<sub>i</sub> quer  $PRO_{i/*j}$  comer o gelado.

(28) O João<sub>i</sub> queria que  $pro_{j/*i}$  comesse o gelado.

Um verbo como *dizer*, segundo a autora, não sendo um caso canónico de controlo, não exhibe esta propriedade. A leitura do sujeito nulo da oração complemento mantém-se igual em ambos os modos (29) e (30).

(29) O João<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> para  $PRO_{j/*i/*k}$  comer o gelado.

(30) O João<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> que  $[-]_{j/*i/*k}$  comesse o gelado.

Costantini (2011) é outro dos autores que caracteriza a obviação como competição de modos. Considerou orações não argumentais e concluiu que nem todas exibem efeitos de obviação e que as que exibem têm as mesmas propriedades das orações argumentais.

A possibilidade de a obviação ser da mesma natureza tanto em orações argumentais como orações não argumentais, isto é, de a obviação obedecer às mesmas restrições nos dois contextos, leva o autor a testar duas teorias da obviação nas línguas românicas. A primeira incide sobre a natureza anafórica (dependência temporal) do modo conjuntivo, o que sugere que a obviação ocorre mesmo na ausência de um competidor

infinitivo. A segunda assume que, se a obviação for devida a princípios pragmáticos que resultam em competição entre conjuntivo e infinitivo, só contextos que também podem ocorrer no modo infinitivo exibem efeitos de obviação nas orações com conjuntivo.

Costantini (2011) observou, então, que as orações que exibem efeito de obviação veem o efeito obviativo ser eliminado quando um modal ou um verbo auxiliar é introduzido na frase. Deste modo, a obviação nas orações não argumentais parece ter as mesmas propriedades que nas orações argumentais, uma vez que, nestas orações, o efeito obviativo não ocorre quando se verifica a introdução de um modal ou verbo auxiliar, facto já descrito antes por vários autores.

Verifica, ainda, que a dependência temporal ocorre tanto nas orações que exibem efeitos de obviação como nas outras, o que leva o autor a concluir que a dependência temporal não é um fator decisivo para a ocorrência de obviação.

Por outro lado, as orações que exibem efeitos de obviação têm uma contrapartida infinitiva e todas as orações que têm uma contrapartida infinitiva exibem efeitos de obviação. Consequentemente, esta correlação entre infinitivo e obviação, uma vez que a hipótese de dependência temporal foi eliminada, leva o autor a concluir que a obviação é o resultado de uma competição entre o modo infinitivo e o modo conjuntivo (31).

(31) This appears to support the theories of obviation that resort to mood competition.

Costantini (2011: 59)

Recorde-se que a correlação entre infinitivo e obviação apontada por Costantini (2011) é o fator comum a Farkas (1992). O facto de a obviação não ocorrer quando a contrapartida infinitiva não é possível, levou Farkas (1992) a argumentar a favor de uma teoria baseada na competição de modos. Desta forma, o autor conclui em conformidade com Farkas (1992) e contra Picallo e Raposo (1985).

Na perspetiva de Hornstein & San Martin (2001), a obviação é vista como um caso de anti-controlo e explicada através da teoria de controlo como movimento de Hornstein (1999, 2001), segundo a qual *PRO* não existe.

A Teoria de Controlo como Movimento de Hornstein (1999, 2001) tem como objetivo principal provar que a categoria vazia na posição de sujeito dos complementos infinitivos não é *PRO* mas sim uma cópia deixada por

Movimento-A e, portanto, que a relação de controlo é mediada por movimento (Hornstein (1999, 2001) adotou a Teoria do Movimento como Cópia de Chomsky (1995)). Para Hornstein (1999, 2001), o DP sujeito da matriz é basicamente gerado na posição de sujeito da oração não finita e movido para a posição de sujeito da oração matriz, no caso de uma estrutura de controlo de sujeito. O movimento cria uma cadeia com duas posições tematicamente marcadas (32). De acordo com esta proposta, os papéis temáticos são traços (nos verbos) e um DP recebe o seu papel temático ao verificar o traço do verbo de uma oração infinitiva.

- (32) a. John hopes to leave.  
b. John hopes [~~John~~ to leave]

Adaptado de Hornstein (1999: 79)

Como se pode verificar em (32b), o DP *John* terá sido gerado na posição de sujeito da oração encaixada, onde terá verificado o traço<sup>3</sup> correspondente ao papel temático do verbo *leave*. Como esta não é uma posição casualmente marcada, o DP move-se para a posição casualmente marcada de sujeito da oração matriz, onde também verifica o papel temático correspondente ao argumento externo do verbo *hope*. Sempre que o DP verifica um traço temático de um verbo, herda esse traço. Por esta razão, o DP *John* tem dois papéis temáticos: os relativos a quem espera (*hope*) e a quem parte (*leave*). A cópia deixada pelo DP é a cauda da cadeia e o DP na posição de sujeito matriz é a cabeça da mesma cadeia.

Tendo por base a hipótese sobre controlo acima explicitada, San Martin (2000) e Hornstein & San Martin (2001) entendem a obviação como uma competição entre modo infinitivo e modo conjuntivo, pois observam que, no basco, todos os verbos que exibem efeitos de obviação permitem estruturas de controlo.

Os autores verificam que o basco exhibe efeitos de obviação em complementos no modo conjuntivo de verbos volitivos. No entanto, os efeitos obviativos também ocorrem em orações de infinitivo selecionadas pelo mesmo tipo de verbos, casos que os autores consideram como um exemplo de “infinitivo flexionado”.

Deste modo, num contexto de sujeito nulo encaixado (*pro*), nestes complementos de “infinitivo flexionado”, a posição de sujeito encaixado tem Caso marcado pela flexão na oração encaixada, tal como os sujeitos nulos

---

<sup>3</sup> Na perspetiva de Hornstein (1999; 2001), os papéis temáticos são tidos como traços temáticos nos verbos.

encaixados de um complemento no modo conjuntivo. Pelo contrário, os sujeitos nulos de orações de infinitivo sem Caso marcado comportam-se como estruturas de controlo obrigatório (CO), dado que a posição de sujeito nulo encaixado resulta do movimento deste para a posição de sujeito da matriz. Por conseguinte, não havendo, para os autores, na numeração marcas morfológicas, estruturas de CO e estruturas de obviação irão competir entre si no processo de avaliação das derivações guiado por princípios de economia.

Para Hornstein & San Martin (2001), a obviação resulta da violação de *Move First* numa estrutura onde o movimento é possível. Isto é, ao tentar estabelecer uma relação anafórica sem movimento, a violação de *Move First* evita-se pela inserção de um pronome na derivação, com o custo de que este seja obviativo.

Desta forma, as estruturas de obviação distinguir-se-iam das de controlo, pelo facto de o sujeito encaixado ser *pro* e não uma cópia não soletrada. Num complemento no modo conjuntivo, tal como nos complementos de “infinitivo flexionado” no basco, o movimento do sujeito nulo encaixado para a posição de sujeito matriz não existe e *pro* é inserido na derivação com o custo de ser obviativo. Por esta razão a obviação é denominada de anti-controlo (33) e (34).

(33) O João quer [~~João~~ dançar.]

(34) O João<sub>i</sub> queria [que *pro*<sub>j</sub> dançasse.]

O verbo *querer* comporta-se como a proposta de Hornstein & San Martin (2001) prediz, mas o mesmo parece não acontecer no caso do verbo *dizer*. De facto, de acordo com esta proposta, as frases abaixo teriam as seguintes representações:

(35) O João disse à Maria [para a ~~Maria~~ dançar.]

(36) O João disse à Maria [que *pro* dançasse.]

Kempchinsky (2009) argumenta, então, que as abordagens de competição de modos não explicam o efeito obviativo, pois não explicam a alternância que ocorre em algumas línguas entre controlo de objeto em orações infinitivas e em orações no modo conjuntivo, como é o caso do PE.

### 2.1.3. Semântica lexical dos verbos e modo

Observou-se que as teorias acima explicitadas não dão conta de todos os contextos em que a obviação ocorre e oferecem uma explicação que se aplica a sujeitos nulos de complementos seleccionados pelo verbo *querer*, mas

não pelo verbo *dizer*. Não havendo, ainda, uma explicação que se aplique a todos os contextos de obviação possíveis, vários autores propuseram novas hipóteses com abordagens diferentes, como por exemplo Kempchinsky (2009) e Marques (no prelo). Estes autores propõem que a obviação decorre da semântica lexical dos verbos e do modo.

Kempchinsky (2009) afirma que os complementos conjuntivos lexicalmente selecionados por verbos desiderativos, volitivos e diretivos se comportam como imperativos encaixados. Isto é, os complementos nos quais o modo conjuntivo é lexicalmente selecionado têm um operador *quasi-imperative* localizado no núcleo de FinP que comporta a interpretação *anyone other than the matrix subject*. O papel que este operador desempenha na interpretação do sujeito nulo encaixado irá culminar na obviação.

A autora acrescenta que há um argumento *World* na representação sintática que disponibiliza o conjunto de mundos possíveis nos quais a situação expressa é avaliada. O valor de *World* é, por defeito, o mundo atual e o modelo de avaliação é o modelo do falante. O mundo no qual a proposição é verdadeira é o modelo epistémico do falante. No entanto, predicados intensionais, como verbos volitivos e verbos diretivos, introduzem um conjunto de mundos futuros ancorados no sujeito matriz.

Sintaticamente, a seleção lexical de um complemento conjuntivo é expressa com um traço não interpretável [W] localizado em *Force*, que tem de ser verificado e apagado, sendo fundamental para esta operação o núcleo do Modo. Esta verificação é efetuada por *Agree* (37).

(37) We can suppose that lexical selection for a subjunctive complement is expressed as an uninterpretable W feature, in Force. As an uninterpretable feature, it must be checked and deleted, and the necessary interpretable feature to do this work, in a language with mood paradigms, is in Mood.

Kempchinsky (2009:1798)

No que respeita à investigação desenvolvida no âmbito deste trabalho, a proposta de Kempchinsky (2009) poderá apresentar, no entanto, um problema. O sujeito nulo de um complemento selecionado pelo verbo *querer* comporta a interpretação *anyone other than the matrix subject* (38), mas no caso do verbo *dizer* esta interpretação poderá ser questionada. No caso do sujeito nulo de um complemento selecionado pelo verbo *dizer*, embora comporte a interpretação *anyone other than the matrix subject*, pois, de facto, o sujeito nulo encaixado não é correferente com o sujeito matriz, esta interpretação só é



verdadeira porque existe a obrigatoriedade de correferência com o objeto matriz (39). *Anyone other than* implica que, com exceção do sujeito matriz, qualquer entidade poderá ser correferente com o sujeito nulo encaixado, mas no caso do verbo *dizer* só o objeto matriz pode correferir com este, não há outra interpretação possível.

(38) A Joana<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>i/\*i</sub> cantasse uma canção.

(39) A Joana<sub>i</sub> disse à Maria<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> cantasse uma canção.

Marques (no prelo) considera que a proposta da autora dá conta das estruturas selecionadas por verbos diretivos e volitivos, mas não explica todos os casos de obviação, pois nem todos os conjuntivos lexicalmente selecionados são imperativos encaixados. O autor relembra que verbos como *esperar* (40) e *duvidar* (41) selecionam, obrigatoriamente, o modo conjuntivo e não são imperativos encaixados, pois, o sujeito encaixado destes complementos não tem de ser necessariamente obviativo. Acrescenta, ainda, que, se o operador *quasi-imperative* é lexicalmente selecionado, então deveria estar presente em complementos no modo infinitivo selecionados pelos mesmos verbos e tal não se verifica. Em complementos no modo infinitivo, a correferência com um argumento matriz é obrigatória.

(40) O Pedro<sub>i</sub> espera que *pro*<sub>i/j</sub> chegue cedo a casa.

(41) O João<sub>i</sub> duvida que *pro*<sub>i/j</sub> consiga ler todo o artigo.

Marques (no prelo) assume, ainda, que o modo conjuntivo contém, pelo menos, um *non p-world*, uma proposição em que o evento expresso na oração complemento não se realiza, e observa que a obviação ocorre em complementos selecionados por verbos volitivos, diretivos e causativos.

De acordo com o autor, a agentividade e a não veridicidade poderão ser os fatores essenciais para explicar a obviação. Um complemento no modo conjuntivo engloba um conjunto de mundos nos quais a situação expressa poderá não se realizar e uma das razões para que o evento não se realize é o agente não querer que o evento se realize. Desta forma, se o sujeito nulo encaixado e sujeito matriz forem a mesma entidade e se essa entidade for o agente da situação expressa no complemento, a informação interpretada irá ser contraditória.

No caso do verbo *querer*, que, segundo Marques (no prelo), indica o desejo que o sujeito matriz tem que o evento encaixado se realize, a mesma entidade (sujeito matriz) não poderá, simultaneamente, querer e não querer que a situação expressa no complemento de realize e, conseqüentemente, a correferência, com este tipo de verbos, é evitada.

No caso dos verbos diretivos, Marques (no prelo) toma como exemplo os verbos *pedir* e *ordenar* e propõe que este tipo de verbos expressa uma tentativa do sujeito matriz de realizar uma dada situação. Considere-se o seguinte exemplo:

(42) O ministro<sub>i</sub> pediu que *pro*<sub>j/\*i</sub> lesse o acordo.

Em (42), de acordo com a proposta do autor, considera-se que o ministro pretende que alguém leia o acordo mesmo que esse alguém não o queira fazer. Se o ministro e o outro fossem a mesma entidade, entendia-se que a mesma entidade tem e não tem o desejo de ler o acordo, o que originava uma contradição. Por esta razão, a obviação ocorre.

Desta forma, o tipo de obviação que ocorre em complementos selecionados pelo verbo *dizer*, sendo um verbo diretivo, poderá ser explicada de acordo com a proposta de Marques (no prelo) (43).

(43) O ministro<sub>i</sub> disse que [-]<sub>j/\*i</sub> lesse o acordo.

Marques (no prelo) conclui, assim, que a obviação deriva da relação entre o significado lexical dos verbos e a semântica do modo.

## 2.2. *Controlo Finito*

Como foi possível verificar no ponto anterior, existem várias hipóteses que procuram explicar a obviação. Apesar de oferecerem uma explicação para a obviação canónica (*querer*), o tipo de obviação que ocorre em complementos seleccionados por verbos como *dizer* revela-se sempre mais problemático. Retome-se a ideia apresentada no início deste capítulo.

Em complementos de conjuntivo seleccionados pelo verbo *querer*, o sujeito nulo encaixado é, invariavelmente, disjunto do sujeito da oração matriz.

(44) A Maria<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>j/\*i</sub> lesse o livro.

Por sua vez, os complementos no modo conjuntivo seleccionados pelo verbo *dizer* poderão apresentar um tipo de obviação diferente, já que os pronomes nulos destes complementos, embora disjuntos do sujeito matriz, correferem, obrigatoriamente, com o OI na oração matriz (45).

(45) A Maria<sub>i</sub> disse à Joana<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> lesse o livro.

Este comportamento é idêntico a contextos de CO, pois em complementos no modo infinitivo verifica-se a mesma obrigatoriedade (46).

(46) A Maria<sub>i</sub> disse à Joana<sub>j</sub> para *PRO*<sub>j/\*i/\*k</sub> ler o livro.

Por esta razão, sugere-se que a obviação referencial que ocorre com o verbo *dizer* poderá ser diferente da que ocorre com o verbo *querer*. No caso do verbo *dizer*, poder-se-á estar perante um caso de CO, embora se trate de uma oração finita.

Apesar de, classicamente, CO ser considerado uma característica de orações no modo infinitivo, Landau (2004) afirma que um sujeito nulo controlado em contextos finitos é possível. O autor parte, essencialmente, do hebraico e das línguas balcânicas para fundamentar a sua ideia. Veja-se o seguinte exemplo (47):

(47) himlacti          le-Gil<sub>1</sub>      še-ec<sub>1/\*2</sub>    yearšem  
I-recommended    to-Gil    that-ec    will-register.3sg.M  
la-xug                      le-balšanut.  
to-the-department      to-linguistics  
I recommended to Gil to register to the linguistics department.

Landau (2004: 813)

Landau (2004) afirma que (47) é um exemplo de CO com um complemento finito, uma vez que o sujeito nulo da oração encaixada tem de ser correferente com o objeto da oração matriz. O mesmo comportamento é encontrado em complementos no modo conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* (48).

(48) Eu<sub>i</sub> disse à Joana<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sub>i</sub>/\*<sub>k</sub> cantasse bem alto.

Segundo o autor, o hebraico permite controlo finito apenas com sujeitos nulos na 3ª pessoa em orações completivas no futuro selecionadas por alguns verbos matriz. Por exemplo, o verbo *amar* (dizer), quando diretivo, desencadeia um contexto de controlo de objeto. Observa, ainda, que verbos de controlo de objeto selecionam todos complementos no futuro e que, semanticamente, todos envolvem pedidos, ordens, etc. Verbos de controlo de sujeito também selecionam um complemento no futuro e verbos que não permitem controlo finito não impõem qualquer restrição temporal ao seu complemento.

Ao contrário das línguas românicas, por exemplo, o hebraico não tem um paradigma de conjuntivo, mas Landau (2004) afirma que estes complementos finitos exibem um conjunto de propriedades sintáticas que os classificam como conjuntivos, sendo a obviação do sujeito, comumente associada ao modo conjuntivo, uma dessas características. Outra característica apontada pelo autor é o facto destas orações apresentarem dependência temporal.

A dependência temporal para Landau (2004) não é, no entanto, como a descrita em Picallo (1985), em que o tempo da oração encaixada é restringido pelo tempo na oração matriz. Para o autor, a dependência temporal é determinada pela classe semântica do verbo na oração matriz. Desta forma, verbos comissivos e diretivos selecionam tempo dependente e os verbos declarativos e epistémicos não. O controlo finito no hebraico só é possível em complementos com tempo dependente.

(49) Finite control in Hebrew

OC is possible only in complements with dependent tense.

Landau (2004:821)

Quanto à natureza do pronome nulo nestes complementos, Landau (2004) defende que a categoria vazia é *PRO*, uma vez que não há a possibilidade de ocorrência de *pro* com a 3ª pessoa no hebraico.

As línguas balcânicas, segundo o autor, perderam o modo infinitivo em orações complemento e usam o conjuntivo em contextos que exibem propriedades de CO, pois o sujeito nulo encaixado não pode alternar com um pronome lexicalmente realizado e tem de ser correferente com um argumento da oração matriz que o c-comande. Assim, nestas línguas, as completivas no conjuntivo dividem-se em duas categorias: completivas com conjuntivos-C (controlados) e completivas com conjuntivos-L (livres). As primeiras são estruturas de CO, logo com um sujeito nulo encaixado do tipo *PRO*. As segundas não são estruturas de CO e o sujeito encaixado é lexical ou *pro*.

O domínio temporal nos complementos de conjuntivos-C é restringido pelo domínio temporal na oração mais alta, isto é, não permite a introdução de um tempo incompatível com o da oração matriz. Consequentemente, Landau (2004) argumenta que os conjuntivos-C têm tempo anafórico (*empty*) [-T]. Pelo contrário, os conjuntivos-L definem o seu domínio temporal separadamente do domínio temporal na oração matriz e têm tempo dependente [+T].

(50) Finite control in the Balkan Languages

- a) F-subjunctives carry dependent tense; C-subjunctives carry anaphoric tense (i.e., they are untensed).
- b) *pro* is licensed in tensed subjunctives, *PRO* in untensed subjunctives.

Landau (2004:833)

Desta forma, o verbo *dizer*, no PE, preenche alguns dos requisitos apontados por Landau (2004) para a existência de controlo finito. Primeiramente, ao seleccionar complementos no modo conjuntivo e infinitivo, *dizer* é um verbo diretivo, condição para a ocorrência de controlo finito no hebraico. Segundo, tem um comportamento semelhante aos conjuntivo-C nas línguas balcânicas, o sujeito nulo encaixado tem um controlador na oração matriz que o C-comanda – OI – (51).

(51) O João<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sup>\*</sup>i/<sup>\*</sup>k visse o filme.

Terceiro, retomando a classe semântica do verbo, no PE, *dizer* é um verbo diretivo ao seleccionar um complemento no modo conjuntivo e no infinitivo. Em ambos os modos, este verbo comporta uma interpretação semântica de ordem, contrariamente ao modo indicativo (declarativo). Desta forma, será indiferente para o falante nativo usar um complemento num modo ou noutro, já que ambos irão induzir a mesma interpretação. Se nesta interpretação conjuntivo e infinitivo são semelhantes, então, poderá

significar que complementos no conjuntivo selecionados pelo verbo diretivo *dizer* no PE são semelhante aos conjuntivos-C das línguas balcânicas, que não dispõem da contrapartida não finita. Desta forma, fica em aberto se o sujeito nulo encaixado de (51) poderá ser *PRO*, como representado em (52).

(52) O João<sub>i</sub> disse ao Pedro<sub>j</sub> que *PRO*<sub>j/\*i/\*k</sub> visse o filme.

Por último, será que num contexto de argumento implícito se mantém o controlo finito?

No PE é possível omitir um dos argumentos internos do verbo matriz. No caso do verbo *dizer* é possível omitir o OI.

(53) O João<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> visse o filme.

Outros fatores estarão envolvidos na interpretação destes argumentos, como se irá verificar no ponto que se segue, no entanto, se se considerar que os argumentos implícitos estão presentes na sintaxe e que, por essa razão, podem ser controladores, então a categoria vazia na posição de OI em (53) será o elemento que controla o sujeito nulo encaixado. Consequentemente, (53) é um contexto de CO que poderá ser um contexto de controlo finito, tal como (51).

### 2.3. Controlo Implícito

Os contextos de controlo implícito caracterizam-se pela omissão de um dos argumentos do verbo e constituem um verdadeiro desafio para os sintaticistas.

A literatura clássica sugere a existência de dois tipos de argumentos nulos, os sintaticamente representados (*PRO*, *pro*) e os não representados, aqueles que são simplesmente subentendidos. Considerem-se os exemplos:

- (54) a. It is impossible [*PRO* to visit me together].  
b. \*It is impossible [for me to be visited together].  
c. They expected [*PRO* to leave the room angry].  
d. \*The room was left angry.

Chomsky (1986: 120-121)

De acordo com Chomsky (1986), *together* e *angry* podem ser predicados de argumentos subentendidos em orações infinitivas (a. e d.), porque há um sujeito *PRO* com o qual os modificadores podem “correferir”. No caso do agente subentendido numa passiva (b. e d.), o mesmo já não é possível. Desta forma, o autor considerou que os argumentos implícitos em orações infinitivas estão sintaticamente representados como *PRO*, mas no segundo caso, o argumento implícito com o papel de agente não está representado sintaticamente e, portanto, a gramaticalidade decorre do facto de não haver nenhum elemento com o qual *together* e *angry* possam correferir.

Por não haver consenso sobre se, de facto, estão presentes nas representações sintáticas e se, estando presentes, estão ativos, os argumentos implícitos constituem um desafio para a sintaxe. Em geral, a literatura aceita a ideia de que os argumentos implícitos participam em relações de controlo e caracteriza-os como papéis temáticos não projetados (e.g. Rizzi 1986), admitindo, assim, que os argumentos implícitos não estão presentes na representação sintática. Vários autores desafiam, no entanto, esta opinião. Tal é o caso de Landau (2010). O autor defende que os argumentos implícitos estão sintaticamente representados, baseando-se no facto de os argumentos implícitos poderem intervir no controlo parcial e de o controlo parcial ter de estar codificado na sintaxe.

Os factos em (54) levam Landau (2010) a dividir os argumentos implícitos em fortes e fracos e a afirmar que os argumentos implícitos têm de ser fortes para legitimar um predicado secundário (55).

- (55) a. *Strong implicit argument (SIA)* – PRO, pro
- b. *Weak implicit argument (WIA)* – passive agent, implicit object
- c. An implicit object must be *strong* to license a secondary predicate.

Landau (2010: 359)

Com dados do hebraico, o autor afirma, ainda, que o controlo pode ser satisfeito com um argumento implícito fraco, o que o leva a questionar-se sobre qual o conteúdo linguístico dos argumentos implícitos fortes. Landau (2010) baseia-se, então, em Longobardi (1994), que afirma que, para um objeto linguístico saturar um predicado sintático, tem de se qualificar como um argumento sintático e que essa função pertence aos DP's. É o núcleo D que atribui a um NP predicado o estatuto de argumento. Landau (2010) conclui, assim, que os argumentos implícitos fortes são DP's e os argumentos implícitos fracos não.

O autor caracteriza ambos os tipos de argumentos como um conjunto de traços que diferem pouco entre si. A exceção é o traço [D], que é parte dos argumentos implícitos fortes (56).

- (56)a) Strong implicit argument = <sub>def</sub> [D, phi-set] (= pro)
- b) Weak implicit argument = <sub>def</sub> [phi-set]

Landau (2010: 378)

Landau (2010) menciona Rizzi (1986) e o facto de o autor defender que, no italiano, objetos indiretos implícitos podem ser controladores mas não podem ser *binders* a não ser que sejam genéricos. Os objetos diretos (OD), por outro lado, já são obrigatoriamente genéricos e não mostram nenhuma diferença entre ligação e controlo. Esta assimetria leva Landau (2010) a concluir que objetos diretos são argumentos implícitos fortes e objetos indiretos podem ser ambos (57).

- (57)a) Direct objects may be Strong Implicit Arguments but not Weak Implicit Arguments
- b) Indirect/Oblique objects may be either Strong Implicit Arguments or Weak Implicit Arguments

Landau (2010: 380)

Quanto à interpretação destes argumentos, Landau (2010) afirma que, num argumento implícito fraco, o valor dos traços-phi é dependente do contexto, que pode ser déítico ou anafórico em relação a um elemento do



discurso, ou pode estar ligado por um operador frásico, que pode ser existencial ou genérico.

Deste modo, de acordo com Landau (2010), quando o objeto indireto do verbo *dizer* não se encontra realizado lexicalmente, o argumento implícito é o elemento com a função de controlador do sujeito nulo da oração encaixada. *PRO* irá ser controlado pela categoria vazia que ocupa o lugar do OI do verbo *dizer* (58).

(58) A Joana<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> para *PRO*<sub>j/\*i/\*k</sub> comer o bolo.

Quanto à interpretação deste tipo de argumento implícito, Landau (2010) argumenta que os OI podem ser argumentos implícitos fortes ou fracos cuja projeção não é obrigatória. A categoria vazia representada em (58) é constituída por um conjunto de traços-phi sem marcação de Caso, sem traço [D], por essa razão, poder-se-á tratar de um argumento implícito cuja interpretação dependerá do contexto discursivo.

Concluindo, é sugerida, nesta dissertação, a existência de dois tipos, aparentes, de obviação referencial. A primeira, a obviação referencial canónica desencadeada por verbos de controlo de sujeito como *querer*. A segunda, a obviação referencial não canónica, desencadeada por verbos diretivos com as propriedades de *dizer*.

Em geral, as teorias expostas no ponto 2.1 apresentam uma explicação para a obviação referencial no seu sentido estrito (*querer*), mas não para o efeito obviativo decorrente do verbo *dizer*. A obviação que ocorre em complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* não parece decorrer da dependência temporal, como em Picallo (1985), nem de uma competição de modos, como em Farkas (1992) e Horstein & San Martin (2001).

Ao observar-se que, tanto em complementos de infinitivo, como de conjuntivo, o pronome nulo encaixado correferencia obrigatoriamente com o OI na oração matriz, sugere-se, então, que o tipo de obviação que ocorre com *dizer* poderá ser um caso de controlo finito, pois só em contextos de controlo há correferência obrigatória com o antecedente que c-comanda o sujeito da oração encaixada.

Neste sentido, remete-se para Landau (2004) em que o autor defende que contextos de controlo não são exclusivos de complementos no modo infinitivo. O autor afirma que controlo em complementos finitos é possível, baseando-se em dados do hebraico e das línguas balcânicas. Nestas últimas,

destacam-se os conjuntivos-C (controlados), uma vez que os complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* poderão ser contextos idênticos.

Por último, uma vez que no PE é possível a omissão de um argumento matriz, discute-se a questão do controlo implícito. Para tal, adota-se a proposta de Landau (2010) que defende que os argumentos subentendidos são papéis temáticos presentes na sintaxe. Seguindo a linha do autor, o OI implícito do verbo *dizer*, composto por um conjunto de traços- $\phi$ i, será o elemento controlador do pronome nulo encaixado, cuja interpretação poderá depender de um contexto no discurso. Manter-se-á, neste caso, uma relação de controlo entre o argumento subentendido e o sujeito encaixado de uma oração no modo infinitivo. Sugere-se que a mesma dependência se poderá manter em complementos de conjuntivo, uma vez que complementos no modo conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* poderão ser contextos de CO finito.



### 3. Alguns aspetos conhecidos da aquisição de obviação e de controlo

Nesta dissertação, e adotando-se uma perspetiva generativista, assume-se que o Homem possui uma faculdade da linguagem inata, pelo que a aquisição de uma língua é biologicamente condicionada. Especificamente, assume-se a existência de uma Gramática Universal (GU). Na GU estão especificados princípios universais da linguagem, que são comuns a todas as línguas, e, ainda, parâmetros cujos valores (negativo ou positivo) podem variar entre línguas.

Desta forma, uma criança em fase de aquisição de uma determinada língua é guiada por princípios invariáveis e, através do *input* recebido, fixa os valores específicos para os parâmetros da língua em aquisição. Por exemplo, o valor do parâmetro do sujeito nulo (PSN) pode variar entre línguas, isto é, existem línguas que permitem a não realização lexical de um sujeito (valor positivo) e outras que não o permitem (valor negativo). O PE é uma das línguas que permite sujeito nulo, pelo que, numa língua com esta característica, as crianças necessitam de saber que o sujeito encaixado de complementos finitos poderá não ser lexicalmente realizado.

Saber se a fixação do valor do PSN implica a fixação de todas as propriedades relacionadas com o parâmetro ou se existem propriedades que são adquiridas mais tarde são questões em aberto. Considerando a aquisição de sujeitos nulos em complementos finitos, as crianças precisam também de determinar a interpretação de sujeitos nulos encaixados em contextos específicos. Nomeadamente, no caso de uma língua como o português, precisam de saber que sujeitos de complementos no modo indicativo e no modo conjuntivo têm interpretações diferentes. Os sujeitos nulos em orações encaixadas de indicativo são preferencialmente correferentes com o sujeito matriz e os sujeitos nulos em orações encaixadas de conjuntivo são, normalmente, obviativos. Este estudo foca-se nos sujeitos obviativos.

Apesar de terem sido efetuados estudos na área da aquisição da obviação referencial para o PE, nenhum abordou o problema de acordo com o proposto nesta dissertação.

Neste estudo assume-se a existência de dois tipos de obviação. O verbo *querer* desencadeia um caso canónico de obviação, no qual o sujeito nulo da oração complemento é disjuncto do sujeito da oração matriz (1), não havendo contudo outras restrições à sua interpretação. Já o verbo *dizer* poderá desencadear um caso de obviação equivalente, até certo ponto, a controlo finito (2).

- (1) O João<sub>i</sub> queria que *pro*<sub>j</sub> fosse à praia.
- (2) O João<sub>i</sub> disse à Maria<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sub>i</sub>/<sub>k</sub> fosse à praia.

Como já referido anteriormente, a relação de correferência obrigatória entre o sujeito nulo encaixado e o argumento interno na frase matriz é semelhante a contextos de CO e por essa razão se sugere que o verbo *dizer*, em contextos de conjuntivo, poderá desencadear um caso de obviação semelhante a controlo finito.

Outro aspeto a considerar é a possibilidade de omissão do OI na oração matriz. Neste caso, assume-se que o controlo finito se poderá manter, sendo o sujeito nulo encaixado controlado pelo OI subentendido (3).

- (3) O João<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sub>i</sub>/<sub>k</sub> fosse à praia.

Saber como as crianças adquirem a obviação referencial e quando é que este fenómeno estabiliza na gramática das crianças são questões centrais na investigação sobre a aquisição de completivas. Imperativo, nesta dissertação, é saber se as crianças distinguem os dois contextos de obviação aqui identificados e se tratam os contextos em (2) como estruturas de controlo, bem como se mantêm uma leitura de controlo em casos de omissão do OI matriz.

A obviação referencial é caracterizada na literatura como um fenómeno de aquisição tardia. Testes realizados por Silva (2015) mostram que as crianças portuguesas entre os 3 e os 6 anos têm dificuldades na atribuição de referência a um sujeito nulo encaixado de complementos no modo conjuntivo. Alguns estudos efetuados para outras línguas assumem esta hipótese de aquisição tardia, por exemplo, Padilla (1990) e Goodluck et al. (2001).

Em contrapartida, os sujeitos nulos em estruturas de controlo de sujeito com um único potencial antecedente na oração matriz começam a ser interpretados de acordo com a gramática adulta desde muito cedo. Embora não existam muitos estudos centrados na aquisição de estruturas de controlo no PE, Agostinho (2014) mostra que, a partir dos 3 anos de idade, no caso de uma estrutura de controlo de sujeito com apenas um potencial controlador disponível, a interpretação de um sujeito de uma oração completiva no modo infinitivo está de acordo com a gramática-alvo. No caso de verbos de controlo de objeto verifica-se que as crianças não apresentam resultados tão próximos dos resultados dos adultos, mas é notória a tendência para a escolha maioritária do objeto como o potencial controlador da categoria vazia em complementos de infinitivo. No caso do inglês, testes efetuados por C.

Chomsky (1969), McDaniel & Cairns (1990), por exemplo, já haviam mostrado resultados até certo ponto similares.

Este capítulo será organizado da seguinte forma: a secção 3.1. abordará o tema da aquisição de sujeitos nulos em orações finitas, com foco na aquisição da obviação referencial, tema central desta tese. A secção 3.2. é dedicada à aquisição de estruturas de controlo. Finalmente, a secção 3.3. descreve as perguntas de investigação que justificaram o trabalho experimental descrito no próximo capítulo.



### ***3.1. Interpretação de sujeitos nulos em orações finitas de conjuntivo por crianças em idade pré-escolar e escolar***

É comum assumir-se que a obviação referencial é um fenómeno de aquisição tardia. Embora alguns estudos, como Ambulate (2008) e Silva (2015), sugiram que as crianças conseguem distinguir modos – infinitivo, indicativo e conjuntivo – e tratar os sujeitos nestes contextos de forma diferente, a obviação causa-lhes grandes dificuldades.

Como se irá verificar, as crianças, na sua grande maioria, não respeitam a obviação referencial. Por esta razão, este fenómeno tem sido alvo de várias investigações com o intuito de encontrar uma explicação para a forma como as crianças lidam com a obviação referencial.

Este ponto será dedicado à síntese de resultados de alguns trabalhos levados a cabo para diversas línguas, explorando hipóteses diferentes para concluir sobre a forma como as crianças interpretam sujeitos nulos em orações complemento no modo conjuntivo.

#### *3.1.1. Obviação e Princípio B da Teoria da Ligação*

Avrutin & Wexler (2000) associam a interpretação de um sujeito nulo de um complemento no modo conjuntivo ao Princípio B da Teoria da Ligação (TL).

No russo, Avrutin & Wexler (2000) aplicaram uma tarefa de *Truth Value Judgment* a 18 crianças entre os 4 e os 5 anos de idade.

De forma a verificar se a causa das dificuldades da interpretação de uma categoria vazia em complementos de conjuntivo é, de facto, o conhecimento que as crianças têm do Princípio B da TL, os autores manipularam o tipo de antecedente do sujeito nulo encaixado, pelo que o teste é composto por antecedentes que são expressões quantificadas e expressões-R.

Os resultados obtidos mostram que as crianças, na verdade, respeitam o Princípio B, que, do ponto de vista de Avrutin & Wexler (2000), está na base da explicação para a obviação.

Verificam que, em complementos no modo conjuntivo, as crianças exibem uma pior performance quando o antecedente é uma expressão-R. 39% das crianças aceita uma frase agramatical com uma expressão-R, contra 20% quando o antecedente é uma expressão quantificada. Os autores afirmam que o facto de as crianças obterem resultados diferentes, em



complementos no modo conjuntivo, com antecedentes diferentes mostra que são sensíveis à natureza do antecedente e que conhecem o Princípio B. No caso da expressão-R, as crianças poderão interpretar dois NP'S como sendo correferentes mesmo que não tenham o mesmo índice e a mesma possibilidade não existe no caso dos quantificadores.

Os autores concluem, assim, que as crianças são sensíveis ao princípio B da TL. A rejeição de frases agramaticais com antecedentes que são expressões quantificadas sugere que as crianças têm conhecimento do Princípio B. Os fracos resultados em frases cujo antecedente é uma expressão-R sugerem que a dificuldade poderá estar na atribuição da referência correta a um pronome, isto é, na associação entre dois NP's com índice diferente. Esta associação não só implica conhecimento sintático, como também conhecimento pragmático, na medida em que é necessário conhecer certas restrições relacionadas com o discurso.

Finalmente, mediante os resultados obtidos, os autores concluem que o estudo suporta a hipótese de que a obviação decorre do Princípio B porque, se a obviação fosse resultado de um efeito de bloqueio como em Farkas (1992), não haveria diferenças nas respostas dadas pelas crianças, quando confrontadas com antecedentes que são expressões quantificadas e que não são expressões quantificadas.

### *3.1.2. Propriedades lexicais e semânticas dos verbos*

A hipótese de que as crianças poderão não ter adquirido as propriedades lexicais e semânticas do verbo é considerada por dois estudos que, não se focando apenas na obviação referencial, testaram contextos obviativos nos seus trabalhos, pelo que se consideram importantes para a presente investigação. O primeiro é o estudo de Padilla (1990) e o segundo é o estudo de Goodluck et al. (2001).

Para o espanhol, Padilla (1990) testou 80 crianças divididas em quatro grupos (G1 - 3 anos; G2 - 5 anos; G3 - 7 anos e G4 - 9 anos). O autor construiu três tarefas com o objetivo de aceder à forma como as crianças interpretam expressões referencialmente dependentes, sendo o estudo pertinente para a presente dissertação a disjunção obrigatória de um sujeito num complemento no conjuntivo em relação ao sujeito da oração mais alta.

Os resultados obtidos por Padilla (1990) mostram que, no caso de verbos volitivos em contextos de conjuntivo, as crianças não obedecem à restrição de correferência (obviação referencial) entre sujeitos, característica deste tipo de verbos. Esta tendência verifica-se, na sua maioria, nas crianças

entre os 3 e os 5 anos. A partir dos 7 anos, a preferência pela correferência entre o sujeito nulo encaixado e o sujeito matriz diminui. Estes dados sugerem que é entre os 5 e os 7 anos que as crianças começam a associar a referência disjunta a sujeitos nulos de complementos no modo conjuntivo selecionados por verbos volitivos.

No caso do verbo *decir* (dizer), os resultados mostram que o modo é um fator importante. As crianças diferenciam estruturas no modo indicativo e estruturas no modo conjuntivo, pois deram mais respostas de correferência com o modo indicativo e mais respostas de obviação em complementos no modo conjuntivo. Embora esta diferença não tenha sido tão clara nos grupos mais novos (3 - 5 anos), foi significativa a partir dos 7 anos. Nesta idade, em complementos de conjuntivo, 97% das crianças atribui uma referência disjunta ao sujeito nulo encaixado da oração complemento. É importante referir que, com este verbo, se verifica uma tendência para a escolha do OI como o potencial antecedente do sujeito nulo encaixado em complementos no modo indicativo até aos 7 anos, pelo que o autor afirma que nos estádios iniciais a escolha do antecedente poderá ter como base um princípio como o *Minimal Distance Principle* de Rosenbaum (1967).

Finalmente, Padilla (1990) conclui que, no geral, as crianças distinguem as duas estruturas e que a idade é um fator importante no sucesso da interpretação de um sujeito nulo de uma oração complemento. De acordo com o autor, é visível um fator de desenvolvimento na aquisição da referência disjunta. Entre os 3 e os 5 anos, as crianças não conhecem as propriedades lexicais dos verbos que determinam a interpretação de um sujeito nulo em complementos no modo conjuntivo.

Também Goodluck et al. (2001) estudaram o efeito obviativo no espanhol. Através de uma tarefa de *act-out*, os autores testaram os verbos *querer* e *intentar* (tentar).

Neste estudo participaram 23 crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 7 anos. Os resultados desta experiência mostram que as crianças espanholas têm dificuldades na interpretação de sujeitos nulos encaixados de complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *querer*, isto é, exibem dificuldades em contextos de obviação referencial. As crianças entre os 4 e os 5 anos exibem uma preferência pela correferência entre o sujeito encaixado e o sujeito matriz, com 89% de respostas incorretas. No caso das crianças entre os 6 e os 7 anos, esta preferência diminui, mas os resultados ainda se distanciam da gramática adulta. Este grupo de crianças prefere a correferência entre sujeitos em 46% dos casos. No entanto, as

crianças revelam sensibilidade relativamente ao modo, permitindo mais referências externas quando o complemento se encontra no modo conjuntivo.

Em complementos selecionados pelo verbo *intentar* (tentar), as crianças mantêm a preferência por um referente interno à frase, 96% no caso das crianças mais novas e 56% no caso das crianças mais velhas, contrariamente aos adultos, que apresentam uma preferência por um referente externo à frase em 96% dos casos.

Embora estes resultados mostrem que as crianças entre os 6 e os 7 anos se aproximam da gramática-alvo, é possível afirmar que não igualam os resultados obtidos pelos adultos e que as crianças mais novas falham, completamente, no que diz respeito à obviação referencial.

Os autores concluem que, aos 4 anos, as crianças conhecem as categorias vazias e que detêm algum conhecimento sobre as suas propriedades de distribuição, pelo que atribuem os pobres resultados conseguidos no espanhol ao processamento, mais do que à gramática. Sugerem que mais estudos deveriam ser efetuados para que se pudesse verificar se, de facto, as propriedades semânticas e lexicais dos verbos determinam a interpretação que as crianças, nos estádios iniciais, fazem de uma categoria vazia.

### 3.1.3. *Antecedente mais próximo*

Como foi referido anteriormente, há estudos para o PE que abordam a obviação referencial, como é o caso de Ambulate (2008) e Silva (2015). Estes estudos, embora não tenham como foco apenas a aquisição da obviação referencial, corroboram os resultados obtidos para outras línguas

Ambulate (2008) aplicou uma tarefa de juízo de referência a 35 crianças entre os 3 e os 5 anos. Nesta investigação, a autora testa complementos no modo indicativo selecionados pelo verbo *dizer* (com argumento interno implícito - OI) e pelo verbo *contar* (com argumento interno explícito - OI). A obviação referencial foi testada em complementos conjuntivos selecionados pelo verbo *pedir* (com argumento explícito).

Verificou-se que, a partir dos 3 anos, as crianças não revelam problemas na interpretação do sujeito nulo encaixado de um complemento no modo indicativo selecionado pelo verbo *dizer*. A partir desta idade, as crianças já apresentam resultados próximos dos resultados dos adultos, dando preferência à correferência entre o sujeito encaixado e o sujeito matriz em 88% dos casos. Embora os resultados já não sejam tão próximos dos

resultados obtidos pelo grupo de controlo, a autora considera que, com o verbo *contar*, as crianças também não mostram problemas com a interpretação de um sujeito nulo. Aos 3 anos, 64% das crianças preferem estabelecer uma correferência entre o sujeito nulo encaixado e o sujeito da oração matriz, sendo esta percentagem de 76% nas crianças mais velhas. Dado que, em contextos com o verbo *contar*, o OI se encontra realizado, Ambulate (2008) conclui ainda que a introdução de um antecedente linguístico lexicalmente realizado causa dificuldades na identificação do potencial antecedente do pronome nulo.

Finalmente, com o verbo *pedir*, a autora mostra que há problemas na identificação do antecedente do sujeito nulo encaixado quando a obviação referencial é pretendida. Enquanto os adultos aceitam a disjunção em 95,5% dos casos, aos 3 anos apenas 60% das crianças a aceita, sendo que aos 5 anos esta tendência desce para 52%.

De acordo com estes resultados, Ambulate (2008) conclui que as crianças apresentam dificuldades com a correferência em contextos sintáticos que exijam um processamento mais complexo, como é o caso da introdução de outro antecedente linguístico. Conclui, ainda, que o desempenho das crianças piora quando se espera uma relação de disjunção entre o sujeito encaixado e o sujeito matriz.

Silva (2015) conduziu uma tarefa de *Truth Value Judgment* que visa analisar a forma como as crianças interpretam pronomes sujeito em posição encaixada em complementos no modo indicativo e no modo conjuntivo.

Desta forma, a autora efetuou quatro testes diferentes. O teste A1 compreende o verbo *dizer-declarativo* e o verbo *querer*, que selecionam, respetivamente, complementos no modo indicativo e no modo conjuntivo. O teste A2 compreende complementos no modo conjuntivo selecionados pelo verbo *pedir*. Em ambos os testes, o pronome *tem*, apenas, um potencial antecedente lexicalmente realizado disponível (o sujeito matriz). O teste B visa testar o verbo *dizer* (modo indicativo) e o verbo *pedir* (modo conjuntivo) mas, neste caso, o sujeito nulo encaixado tem dois potenciais antecedentes lexicalmente realizados (sujeito matriz e OI). Por último, o teste C testa os mesmos verbos e o mesmo número de potenciais antecedentes realizados que o teste B, diferenciando-se deste pela posição em que ocorre o OI, antes da completiva (teste B) e depois da completiva (teste C) (4).

- (4) a. O bombeiro disse ao avô que pro emagreceu.
- b. O príncipe disse que pro desmaiou ao avô.

Silva (2015:176)

Os resultados do teste A1 mostram que, na interpretação de complementos no modo indicativo selecionados pelo verbo *dizer*, com um único potencial antecedente disponível, as crianças revelam taxas de aceitação de correferência próximas dos adultos. Por exemplo, as crianças com 3 anos de idade já apresentam uma taxa de aceitação de correferência de 94%. Com os complementos selecionados pelo verbo *querer*, no modo conjuntivo, verifica-se o oposto. As crianças desviam-se da performance dos adultos. Aos 3 anos de idade, a taxa de correferência é de 60% e de 49% no caso das crianças mais velhas (6 anos), o que leva a autora a concluir que as crianças ainda não associam o conjuntivo selecionado pelo verbo *querer* a uma referência disjunta e que, ao não mostrarem efeitos de desenvolvimento até aos 6 anos, a obviação referencial é um fenómeno de aquisição tardia. No entanto, Silva (2015) observa que as crianças parecem ser sensíveis ao modo, uma vez que a percentagem de aceitação de correferência entre sujeito nulo encaixado e sujeito matriz é mais baixa nas orações de conjuntivo selecionadas pelo verbo *querer* do que nas orações no modo indicativo selecionadas pelo verbo *dizer*.

Nos complementos no modo conjuntivo selecionados pelo verbo *pedir*, teste A2, verifica-se que as crianças permitem mais leituras disjuntas do que leituras correferenciais entre o sujeito nulo encaixado e o sujeito matriz. No entanto, as crianças aceitam mais leituras correferenciais do que os adultos, uma vez que os adultos só aceitaram uma leitura de correferência em 19% dos casos. Nos contextos que tornam verdadeira a leitura de correferência, aos 3 anos, a taxa de aceitação da mesma é de 43%, subindo para 62% aos 4 e 5 anos e para 67% aos 6 anos. Nos contextos que tornam verdadeira uma leitura de disjunção, a aceitação da referência disjunta atinge os 83% aos 3 anos, diminui para os 71% aos 4 anos, 76% aos 5 anos e desce, novamente, aos 6 anos para 46%. Neste caso, os adultos aceitam a referência disjunta em 71% dos casos.

Silva (2015) afirma que os resultados obtidos poderão sugerir uma interferência semântico-lexical relacionada com o verbo matriz usado neste teste, pois verifica-se uma variação nas taxas de aceitação de correferência entre sujeitos quando o conjuntivo é selecionado - comparando *querer* e *pedir* - sendo esta variação mais notória no grupo dos 6 anos. A comparação entre os resultados obtidos com o modo indicativo e com o modo conjuntivo permite à autora afirmar, novamente, que as crianças fazem a distinção de modos, pois a aceitação da disjunção é maior quando o modo conjuntivo é selecionado.

Os resultados do teste B, no qual o modo indicativo é selecionado pelo verbo *dizer* e o modo conjuntivo pelo verbo *pedir*, com dois argumentos disponíveis antes do pronome nulo, mostram que, no modo indicativo, a taxa de aceitação de correferência aumenta gradualmente. Verifica-se uma taxa de aceitação de 71% aos 3 anos e de 76% aos 4 anos. A taxa volta a subir aos 5 anos para 89% e aos 6 anos é de 90%. No modo conjuntivo, a taxa de correferência é de 29% nas crianças mais novas, subindo para 33% aos 4 anos. É notória uma redução aos 5 anos para 25%, sendo de 21% aos 6 anos.

Desta forma, a interpretação de um sujeito nulo num complemento no modo conjuntivo mostra-se problemática para as crianças. No entanto, neste teste, a performance das crianças aproxima-se da gramática adulta. A correferência com o sujeito matriz foi menos aceite no teste B, nos contextos com o verbo *pedir*, do que nos testes A1 e A2. Silva (2015) conclui que um antecedente objeto na oração matriz facilita a identificação do antecedente do sujeito nulo em complementos no modo conjuntivo. Em contrapartida, em complementos no modo indicativo, foi possível verificar que, nas crianças de 3 e 4 anos, um antecedente objeto provoca um desvio da performance adulta, consistente com Ambulate (2008). Mais uma vez a autora afirma que os resultados deste teste corroboram a ideia de que as crianças são sensíveis à diferença entre complementos no modo indicativo e no modo conjuntivo.

Por último, o teste C é idêntico ao teste B, testa a compreensão de completivas selecionadas pelo verbo *dizer* (modo indicativo) e pelo verbo *pedir* (modo conjuntivo), sendo que se distingue do teste B pelo facto de o objeto indireto selecionado pelo verbo se encontra após a oração completiva. Assim, a comparação entre os dois testes permite à autora verificar se a posição do OI influencia a interpretação do sujeito nulo encaixado.

É notório um progresso na interpretação de um sujeito nulo encaixado em complementos no modo indicativo. Aos 3 anos, a taxa de aceitação de correferência é de 65%, subindo continuamente até atingir os 92% aos 6 anos. Em complementos no modo conjuntivo, as crianças mais novas têm uma taxa de aceitação de correferência de 35%, que sobe à medida que a idade avança, atingindo os 62% aos 6 anos. Os adultos obtiveram uma taxa de correferência de 38% nestes contextos, pois o facto de o OI se encontrar em posição de final de frase e não na posição preferencial (antes da categoria vazia) dificultou a interpretação deste grupo.

Silva (2015) conclui, em comparação com o teste B, que, nos contextos de pronome nulo encaixado, a presença de um antecedente objeto em final de oração afeta a interpretação das crianças de forma mais marcada em

complementos no modo conjuntivo do que no modo indicativo. Em contextos de indicativo, os resultados das crianças aproximam-se dos resultados dos adultos, observando-se uma descida da taxa de aceitação de referência disjunta entre pronome nulo encaixado e sujeito matriz. Em contextos de conjuntivo verifica-se o oposto. Nestes contextos observa-se um aumento da taxa de aceitação de correferência entre sujeito nulo encaixado e sujeito matriz. Estes resultados, segundo a autora, corroboram a ideia de que as crianças são sensíveis à posição do OI em relação ao sujeito nulo.

Resumindo, Silva (2015) considera que a posição linear do potencial antecedente, o modo conjuntivo e o tipo de verbo que seleciona o conjuntivo têm um efeito cumulativo que dificulta a interpretação das crianças. A autora afirma, no entanto, que as crianças distinguem os dois modos verbais (indicativo e conjuntivo).

A existência de um ou dois potenciais antecedentes parece influenciar a interpretação que as crianças fazem de um sujeito nulo encaixado, tanto em complementos de indicativo como de conjuntivo. Na interpretação de um sujeito nulo encaixado em complementos no modo indicativo, quando há um único antecedente disponível, as crianças mostram um comportamento próximo do dos adultos. O mesmo não se verifica perante a existência de dois antecedentes possíveis, isto é, quando o objeto se encontra posicionado entre o sujeito nulo encaixado e o sujeito da oração matriz. Quando confrontadas com esta opção, as crianças escolhem mais vezes uma leitura disjunta dos dois sujeitos e correferente com o objeto, o que difere da interpretação adulta. Já a interpretação de sujeitos de complementos no modo conjuntivo selecionado pelo volitivo *querer* e pelo declarativo de ordem *pedir*, embora se tenha revelado bastante problemático, pois as crianças permitem leituras correferenciais entre sujeitos em ambos os casos, a posição de um segundo antecedente, no caso de *pedir*, antes do sujeito encaixado melhora a performance das crianças, verificando-se a diminuição da taxa de aceitação de correferência entre sujeitos. Silva (2015) conclui, então, que o efeito de obviação não está totalmente adquirido e que a interpretação das crianças parece ser guiada pela proximidade linear do antecedente em relação ao sujeito nulo da oração complemento.

No entanto, nos contextos de conjuntivo com o verbo *pedir* em que o objeto se encontra em final de frase, também a performance dos adultos foi afetada. O facto de o OI se encontrar em final de oração e não na posição preferencial, antes do sujeito nulo encaixado, parece dificultar a interpretação, não só das crianças, mas também dos adultos. Recorde-se que

o grupo adulto testado obteve uma taxa de aceitação de correferência de 38% nestes contextos.

#### *3.1.4. Aquisição da distribuição do modo conjuntivo em orações completivas*

No único estudo de aquisição do modo conjuntivo para o PE, Jesus (2014) mostra que a produção do conjuntivo surge muito cedo na gramática da criança, embora não em todos os contextos esperados.

A autora elaborou uma tarefa de produção provocada, na qual participaram crianças entre os 4 e os 9 anos, com o intuito de investigar a aquisição da distribuição do modo conjuntivo em orações completivas finitas.

De acordo com os resultados obtidos nesta investigação, a autora afirma que não se identificou um estágio de não produção de conjuntivo. Aos 4 anos, já se regista 24,7% de produção do conjuntivo. Por esta razão, Jesus (2014) afirma que, do ponto de vista morfológico, o conjuntivo se encontra disponível desde muito cedo. Aponta, ainda, para a tendência crescente de produção do mesmo com o avançar da idade.

Dos verbos testados pela autora, salienta-se o verbo *querer*. Os resultados obtidos com este verbo mostram que, aos 4 anos, as crianças já atingem uma taxa de 82,5% de produção de conjuntivo, sendo de 100% nos restantes grupos.

De acordo com o exposto, é possível atestar que a produção do modo conjuntivo não coincide com a aquisição da obviação e que a obviação referencial é um fenómeno de aquisição bastante tardia, que levanta dificuldades às crianças e que não se resumem ao reconhecimento do modo. Desta forma, justifica-se a necessidade de estudos que contribuam com novos dados para o tema, como é o caso da presente dissertação.



### 3.2. Aquisição de controlo em orações não finitas

Como se constatou, a interpretação de um sujeito nulo em orações finitas de conjuntivo é bastante problemática. Pelo contrário, a interpretação de uma categoria vazia em orações de infinitivo não parece revelar a mesma dificuldade desde os estádios iniciais, embora dependendo dos contextos.

O estudo pioneiro na aquisição do controlo foi a dissertação de Carol Chomsky (1969).

Nesta investigação, a autora desenhou uma tarefa de *act out* para determinar a escolha do controlador de *PRO* em contextos de controlo obrigatório (CO), testando crianças entre os 5 e os 9 anos de idade. Um dos verbos visados nesta tarefa foi o verbo *tell* (dizer).

Os resultados obtidos pela autora mostram que, desde os estádios iniciais, as crianças preferem atribuir o papel de controlador ao objeto do verbo *tell*, em detrimento do sujeito da oração matriz. No entanto, observa-se que, com *promise* (prometer), as crianças também exibem a mesma preferência, quando deveriam preferir o sujeito matriz. Desta forma, a autora argumenta que a preferência pelo objeto como antecedente, no caso de *tell*, vai ao encontro da gramática adulta e atribui-a ao *Minimal Distance Principle* (MDP) de Rosenbaum (1967), segundo o qual o controlador é o DP que se encontra mais próximo. C. Chomsky (1969) afirma que as crianças tendem a generalizar este princípio às estruturas de controlo de sujeito com dois argumentos (*promise*), nos quais seria esperado uma preferência pelo sujeito matriz como controlador do sujeito nulo encaixado. Desta forma, apesar de, com o verbo *tell*, as crianças exibirem um comportamento de acordo com a gramática-alvo, é possível que não tenham, ainda, adquirido as estruturas de controlo de acordo com a gramática adulta.

Após o estudo de C. Chomsky (1969), vários outros se seguiram. McDaniel e Cairns (1990a,b), por exemplo, investigam a aquisição do controlo em orações completivas e orações adverbiais. As autoras testaram 20 crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, através de uma tarefa de *act out* e de uma tarefa de juízo de referência, aplicadas em sessões diferentes.

Os resultados levaram-nas a concluir que a interpretação de *PRO* pelas crianças, num complemento selecionado pelo verbo *tell* (dizer), se revelou similar à da gramática-alvo. Para 18 em 20 dos sujeitos testados, o objeto foi o controlador preferido pelas crianças.

Em McDaniel e Cairns (1990b), as autoras afirmam que as crianças exibem um estágio inicial em que revelam a possibilidade de uma interpretação arbitrária de *PRO*, tanto em orações completivas como em orações adverbiais, seguido por um estágio no qual o controlo se encontra adquirido, somente, em orações completivas.

As autoras acrescentam, ainda, que as crianças, nos primeiros estádios, usam estratégias lineares para a interpretação da referência de *PRO*, isto é, preferem interpretar *PRO* como o NP mais próximo do sujeito nulo encaixado.

Posteriormente, Cairns et al. (1994) conduziram um estudo longitudinal em que participaram 15 crianças que, no início do mesmo, tinham idades compreendidas entre os 3 e os 4 anos. O objetivo principal desta investigação foi verificar qual o papel da aquisição do léxico na aquisição de estruturas subordinadas e de controlo, bem como o uso de estratégias lineares de interpretação usada pelas crianças.

Mais uma vez, as crianças participaram numa tarefa de *act out* e numa tarefa de juízo de gramaticalidade e referência, compostas por orações completivas e orações adverbiais. Destacam-se, por ser de importância para esta dissertação, as orações completivas selecionadas pelos verbos *want* (querer) e *tell* (dizer).

Os resultados mostram que as crianças têm mais dificuldades com o verbo *tell* (dizer) do que com o verbo *want* (querer). Ao ajuizarem uma frase com *tell* (dizer) com o objeto implícito (agramatical na língua inglesa), como em (5), algumas crianças ajuízam-na como sendo correta na primeira vez que são testadas e como incorreta na segunda vez que são testadas, levando as autoras a concluir que, inicialmente, lhes falta o conhecimento lexical sobre propriedades de subcategorização do verbo *tell*.

(5) \*The pig tells to climb the fence

Cairns et al. (1994:278)

Em relação a aspetos gerais do controlo, as autoras concluíram que não há evidência que sustente que o CO seja adquirido primeiro em contextos de controlo de sujeito sem interveniente e só depois em contextos de controlo de objeto. Concluíram, ainda, que a interpretação desviante mais comum encontrada nas crianças foi a de uma interpretação arbitrária de *PRO* em ambos os contextos. Foi, também, notória a preferência das crianças pela seleção de um controlador interno à frase.

Eisenberg & Cairns (1994) conduziram um estudo com três objetivos principais. O primeiro é descobrir o tipo de orações infinitivas que as crianças produzem. O segundo é investigar o conhecimento que as crianças têm das propriedades de controlo nas orações infinitivas e, finalmente, o terceiro é avaliar o percurso do desenvolvimento das orações infinitivas.

As autoras testaram tanto a produção como a compreensão de complementos no modo infinitivo. Participaram nesta investigação 25 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. O teste que visa testar a compreensão que as crianças têm de CO é composto por duas tarefas: uma tarefa de *act out* e uma tarefa de juízo de referência. Os verbos *want* (querer) e *tell* (dizer) fazem parte de uma vasta lista de verbos testados, na qual constam, por exemplo, verbos como *ask* (pedir), *allow* (permitir), *promise* (prometer). No caso de *tell* e *say*, são testados contextos de controlo com objeto explícito (*tell*) e contextos sem um objeto realizado (*say*) (6).

(6) a. The teacher told the class to start the test.

b. The mother said to play outside.

Eisenberg & Cairns (1994:719)

Quanto à interpretação de *PRO*, no geral, os resultados mostram que, chegadas à idade de 5 anos, as crianças ainda não atingiram o conhecimento que os adultos têm de estruturas de controlo. Em relação aos verbos pertinentes para esta dissertação, as crianças mostram um padrão de análise adulta com o verbo *want* (querer), o que significa que o verbo está a ser analisado como um verbo de controlo. No que respeita a *say* (dizer), as crianças, na sua grande maioria, preferem uma leitura arbitrária do sujeito nulo encaixado, isto é, permitem que tanto o NP expresso na frase como uma entidade externa fixem a referência de *PRO*, o que não vai ao encontro da gramática adulta. Pelo contrário, nos contextos do verbo *tell* (dizer), com objeto explícito, apenas 5 crianças selecionam tanto o sujeito como o objeto como possíveis antecedentes de *PRO*, tendo a maioria preferido o NP objeto como o único antecedente possível.

No entanto, as autoras afirmam que as crianças, durante a tarefa de *act out* que testou a forma [NVN to V], que inclui verbos como *promise*, interpretam o segundo NP como o controlador do sujeito nulo encaixado. Admitem, assim, que os resultados obtidos com o verbo *tell* (dizer) com objeto explícito poderão ser consistentes com a proposta apresentada antes por C. Chomsky (1969).

Há, no entanto, autores que questionam as conclusões do estudo apresentado por C. Chomsky (1969). Sherman & Lust (1993) assumem que o

estudo levado a cabo pela autora acima referida apresenta problemas teóricos e metodológicos.

Primeiro, referem que a investigação apresentada por C. Chomsky (1969) se centra num único aspeto, a escolha do antecedente de *PRO*, aspeto este que os autores consideram como não sendo o único a ter em conta, uma vez que o antecedente de *PRO* é apenas um elemento na gramática do controlo. Os aspetos essenciais de *PRO* são a sua distribuição e a sua interpretação. Criticam, também, o MDP como explicação para a forma como as crianças acedem ao controlo de objeto. Sherman & Lust (1993) sugerem que, se o MDP fosse generalizado a todos os verbos, então as crianças não teriam acesso lexical, nem os princípios sintáticos envolvidos no controlo. Desta forma, as crianças seriam, simplesmente, sensíveis à distância entre o sujeito nulo e o seu antecedente.

A investigação de McDaniel & Cairns (1990) é também referida por Sherman & Lust (1993). Como já referido ao longo deste capítulo, estas autoras afirmam que há um estágio em que as crianças mostram não ter conhecimento da gramática de controlo, mas Sherman & Lust (1993) não concordam com esta afirmação porque assumem que, no estudo em causa, a pragmática não foi tida em consideração.

Assim, Sherman & Lust (1993) apresentam resultados de dois estudos, nos quais o conhecimento que as crianças têm de *PRO* é posto à prova. O primeiro teste foca a distribuição de *PRO* e o segundo foca a compreensão que as crianças têm de CO.

No total, 108 crianças foram testadas, divididas por três grupos: um grupo de 3, um grupo de 5 e um grupo de 7 anos. Destas 108 crianças, 72 foram testadas no primeiro estudo e as restantes 36 no segundo.

O primeiro estudo compreende duas tarefas: uma tarefa de produção (tarefa de imitação) e uma tarefa de compreensão (tarefa de *act out*). Foram testados os verbos *tell* (dizer), *remember* (lembrar) e *promise* (prometer) em orações completivas e coordenadas. O segundo estudo compreende, apenas, uma tarefa de *act out*, composta por um conjunto de orações completivas, com um fator pragmático como pista para o sujeito (7) ou objeto (8), de forma a testar a correferência obrigatória de *PRO* em complementos no modo infinitivo e a referência de um sujeito encaixado lexicalmente realizado em complementos finitos.

- (7) This is a story about John  
a. John told Tom *PRO* to leave.

b. John told Tom that he would leave.

(8) This is a story about Tom

a. John told Tom PRO to leave.

b. John told Tom that he would leave.

Sherman & Lust (1993:17)

Seria esperado que as crianças diferenciasssem complementos de infinitivo de complementos finitos. As crianças deveriam saber que, em complementos não finitos, *PRO* é controlado (obrigatoriamente), mas que pronomes realizados lexicalmente em complementos finitos podem ter uma leitura opcional, isto é, poderá haver uma leitura de correferência entre sujeitos ou uma leitura disjunta dos mesmos. Também seria esperado que as crianças mostrassem conhecimento do léxico, na medida em que, ao selecionar o controlador de *PRO*, deveriam diferenciar os três verbos testados por Sherman & Lust (1993).

Os resultados mostram que, independentemente do verbo matriz, as crianças distinguem complementos finitos de complementos não finitos. Nos complementos não finitos, as crianças preferem o objeto como antecedente de *PRO*, o mesmo não se verificando nos complementos finitos. Sherman & Lust (1993) argumentam que estes resultados mostram que as crianças não obedecem a uma estratégia linear, pois a escolha do objeto como antecedente verifica-se, na maioria, nos complementos de infinitivo, mas não nos complementos finitos que têm sujeito lexicalmente realizado. As mesmas crianças que preferem o objeto como controlador de *PRO* nas orações subordinadas preferem o sujeito como antecedente nas orações coordenadas.

Na tarefa de imitação, as crianças mostraram-se mais eficazes a lidar com complementos de controlo de objeto (*dizer*), ao contrário do que aconteceu com os complementos finitos. Foi mais fácil, para as crianças, imitarem complementos finitos com verbos de controlo de sujeito, do que com verbos de controlo de objeto.

Outro dado importante que os resultados apresentam é que as crianças, no que respeita à escolha do antecedente de *PRO*, não se deixam influenciar pela pista pragmática do teste dois, o que indica que as crianças são guiadas pela gramática. O mesmo não se verifica com o pronome realizado: neste caso, a pista pragmática influencia na escolha do antecedente.

Sherman & Lust (1993) concluem, então, que, desde cedo, as crianças distinguem entre controlo de objeto e controlo de sujeito. Para os autores, as

crianças revelam conhecimento dos fatores (propriedades sintáticas) que determinam a interpretação de *PRO* e fazem uso do MDP na escolha do antecedente de *PRO* em complementos no modo infinitivo de objeto. Por último, sugerem que poderá existir uma discrepância entre o conhecimento que as crianças têm das propriedades lexicais dos verbos e dos princípios sintáticos do controlo, pelo que têm de aprender a combiná-los e a integrá-los na gramática específica de uma língua, isto é, a criança necessita de aprender a combinar os princípios sintáticos existentes na sua gramática com o conhecimento do léxico, à medida que este se desenvolve (9).

- (9) ...this knowledge integration may take time, precisely in those cases where there is a mismatch between syntactic and lexical principles. We speculate that this mismatch does not occur in UG, but rather in the mapping of UG specific language grammars. The child must learn, or deduce, how to accomplish this integration when it maps from UG to a language-specific grammar.

Sherman & Lust (1993: 39)

Para o PE, Agostinho (2014) desenvolveu uma tarefa de compreensão - tarefa de juízo de referência - com o objetivo de avaliar o processo de aquisição do controlo por crianças falantes do PE, bem como verificar se a interpretação que as crianças fazem do controlador de *PRO* é baseada em princípios gramaticais. Neste estudo participaram 64 crianças com idades entre os 3 e os 5 anos, divididas por três grupos (um grupo de 3 anos; um grupo de 4 anos e um grupo de 5 anos).

Contrariamente a McDaniel & Cairns (1990a,b), Cairns et al. (1994) e Eisenberg & Cairns (1994) e em conformidade com Sherman & Lust (1993), os resultados obtidos levam a autora a afirmar que, no PE, não há indícios de um estágio inicial de interpretação arbitrária de *PRO*. A interpretação das crianças é restringida pela gramática do controlo, uma vez que as crianças conseguem distinguir diferentes contextos de *PRO*.

No que respeita aos verbos visados nesta dissertação - *querer* e *dizer* - as crianças, a partir dos 3 anos, apresentam resultados convergentes com a gramática adulta no caso do primeiro verbo. Com efeito, as crianças conseguem estabelecer uma relação de controlo com o verbo *querer* e não há evidência de que as crianças não tenham conhecimento das propriedades sintáticas relevantes para a interpretação de controlo obrigatório de *PRO*. Por esta razão, é possível afirmar que as crianças têm a gramática do controlo disponível.

O verbo *dizer* tende a ser um pouco diferente, na medida em que os resultados não se aproximam, exatamente, dos resultados dos adultos. O facto de as crianças darem mais respostas de acordo com o esperado – preferem, na maioria, o NP objeto como controlador de *PRO*, apresentando melhores resultados que em outros casos de controlo de objeto – permite à autora afirmar que o resultado está, também, de acordo com a gramática adulta. A autora ressalva, no entanto, que a escolha do NP objeto, sendo apenas uma tendência, mostra que as crianças estão, ainda, a adquirir as propriedades lexicais do verbo matriz.

Agostinho (2014) acrescenta, ainda, que a idade é um fator preditivo no desempenho das crianças em estruturas de controlo de objeto, identificando um efeito de desenvolvimento na aquisição de controlo. No entanto, a autora deixa em aberto a questão do controlo implícito com o verbo *dizer*. Sugere, apenas, que a presença de uma estrutura de controlo implícito criará mais dificuldades às crianças e que, provavelmente, selecionarão o sujeito como controlador de *PRO*.

### *3.3. Perguntas de investigação*

De acordo com o exposto no capítulo anterior e com os dados de aquisição expostos ao longo do presente capítulo, é necessário prosseguir com estudos que contribuam com novos dados para a investigação da aquisição da obviação referencial.

Foi possível rever estudos que sugerem que a interpretação de um sujeito nulo encaixado de um complemento no modo conjuntivo é bastante difícil para as crianças. Como foi descrito, foram efetuados poucos estudos que investiguem a aquisição da obviação referencial por falantes monolíngues de PE e, dos já existentes, nenhum a aborda como tema central os dois tipos de obviação referencial apresentados no início do capítulo 2. Por esta razão, impôs-se a necessidade de um estudo que procure responder às questões levantadas pelos factos já apresentados e contribuir com novos dados para a investigação da aquisição da obviação referencial no PE.

Passa-se, assim, a apresentar as questões que constituem a base da presente investigação.

#### ➤ Quando é adquirida a obviação referencial no PE?

Numa língua com as características do PE, quando o modo conjuntivo é selecionado, o sujeito matriz e encaixado são, normalmente, disjuntos. A literatura caracteriza a obviação referencial como um fenómeno de aquisição tardia que levanta grandes dificuldades às crianças. Padilla (1990) e Goodluck et al. (2001) confirmam esta tendência com dados do espanhol. Avrutin & Wexler (2000) confirmam o mesmo com dados do russo e Silva (2015) mostra que as crianças portuguesas têm mais dificuldade na atribuição de referência a um pronome nulo quando o modo conjuntivo é o modo selecionado, permitindo, erradamente, correferência entre o sujeito nulo encaixado e o sujeito matriz.

Desta forma e de acordo com os dados já disponíveis, prevê-se que as crianças em idade pré-escolar e escolar envolvidas nesta investigação exibam as mesmas dificuldades e, em consequência, não obedeçam à obviação referencial. No entanto, estendeu-se o estudo a crianças de 8 anos, pois os dados de Silva (2015) para o PE, no qual foram testadas crianças até aos 6 anos, já revelavam que as crianças participantes na sua investigação não tinham a obviação referencial adquirida para os contextos testados pela autora.



- As crianças em idade pré-escolar e escolar distinguem os dois tipos de obviação?

Retome-se os dois tipos de obviação considerados no início do capítulo 2. Primeiro, considera-se obviação no sentido estrito em complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *querer*, nos quais o sujeito nulo é obrigatoriamente disjunto do sujeito da oração matriz (10), sem mais restrições relativamente à sua interpretação. Segundo, em complementos selecionados pelo verbo *dizer*, o sujeito nulo é disjunto do sujeito matriz porque há correferência obrigatória com o OI na oração matriz. Neste sentido, complementos de conjuntivo selecionados por *dizer* poderão ser pensados como um contexto de controlo finito, uma vez que o sujeito nulo encaixado tem um comportamento semelhante ao de sujeitos em contextos de controlo obrigatório (11).

(10) O João<sub>i</sub> queria que [pro]<sup>\*<sub>i</sub>/<sub>j</sub></sup> comesse o bolo.

(11) O João<sub>i</sub> disse à Marta<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sup>\*<sub>i</sub>/<sub>k</sub></sup> comesse o bolo.

Em Silva (2015), é visível que, em orações no modo conjuntivo, a presença de um antecedente antes do pronome nulo influencia a interpretação do sujeito nulo encaixado, facilitando a sua interpretação. No entanto, numa língua como o PE, não só o sujeito pode estar omissos, também os objetos podem estar omissos na oração, sendo recuperados através do contexto (12).

(12) O João<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sup>\*<sub>i</sub>/<sub>k</sub></sup> comesse o bolo.

Nestes casos, o sujeito nulo da oração encaixada refere-se à entidade preenchida pelo OI implícito. Mesmo estando implícito, o OI continua a ser o potencial antecedente da categoria vazia, isto é, o sujeito nulo encaixado é controlado por um argumento implícito.

Desta forma, as crianças farão a distinção entre obviação canónica (*querer*) e obviação não canónica (*dizer*) se, em contextos de argumento implícito, as crianças preferirem uma leitura de correferência entre o sujeito nulo encaixado e o OI subentendido e com o verbo *querer* preferirem uma leitura agramatical de correferência entre a categoria vazia da oração complemento e o sujeito da oração matriz. Se, por outro lado, com o verbo *dizer*, se verificar que as crianças preferem uma leitura (não adulta) de correferência entre os dois sujeitos (matriz e sujeito nulo encaixado), tal como com *querer*, então as crianças não fazem esta distinção.

Assim, formula-se a seguinte pergunta de investigação:

- As crianças mantêm uma interpretação de controlo de OI, com o verbo *dizer*, quando o controlador está implícito?

Como foi referido ao longo deste capítulo, Silva (2015) mostra que, na presença de dois antecedentes lexicalmente realizados disponíveis, as crianças selecionam o antecedente mais próximo como correferente com o sujeito nulo encaixado. A autora mostra como a existência de dois potenciais antecedentes melhora a performance das crianças em contextos de conjuntivo.

Desta forma, se se verificar o mesmo comportamento perante a omissão do antecedente objeto, então as crianças mantêm uma interpretação de controlo de OI.

Por último, a obviação referencial é descrita como um efeito de aquisição tardia. Nenhum dos estudos apresentados aponta uma idade na qual as crianças terão a obviação adquirida. Assim, não havendo ainda resultados que permitam afirmar a aquisição deste efeito, é importante perceber se, pelo menos, existe efeitos de desenvolvimento durante a sua aquisição. Desta forma, surgiu a última pergunta de investigação desta dissertação.

- A aquisição da obviação exibe efeitos de desenvolvimento?

Se, de acordo com os resultados obtidos, for notório que a performance das crianças se aproxima da performance dos adultos à medida que a idade avança, então, o fenómeno da obviação exibe efeitos de desenvolvimento.



## 4. Metodologia

Neste capítulo descreve-se a metodologia adotada para responder às questões de investigação apresentadas no capítulo anterior. O objetivo principal deste estudo é investigar a forma como as crianças falantes de PE interpretam um sujeito nulo encaixado de um complemento de conjuntivo selecionado pelos verbos *dizer* e *querer* e verificar se respeitam a obviação referencial obrigatória nestes complementos. Pretende-se, ainda, verificar se as crianças interpretam os contextos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* como contextos de CO.

Para o efeito, decidiu-se elaborar uma tarefa de compreensão que, segundo Crain & Thornton (1998), é a tarefa ideal para aceder ao conhecimento linguístico das crianças e permite verificar se a interpretação que as crianças fazem em determinados contextos se encontra em conformidade com uma interpretação adulta.

Desta forma, para esta dissertação, optou-se por uma tarefa de juízo de referência inspirada em McDaniel & Cairns (1990a,b), pois este tipo de tarefa encontra-se em conformidade com os objetivos pretendidos para este estudo, permitindo testar diferentes contextos de interpretação de sujeitos nulos.

Nesta tarefa, a criança vê um vídeo em que é contada uma história que introduz um contexto para cada frase-teste. A criança deve ajudar o *Benny* (um fantoche apresentado no início da tarefa) a perceber a história e, principalmente, a frase-teste que é proferida no final de cada vídeo, respondendo às perguntas que o *Benny* vai fazendo.

O presente capítulo será dividido da seguinte forma: a secção 4.1 explicitará todos os elementos que compõem a tarefa experimental e a secção 4.2 irá descrever o tratamento dos dados e a sua análise estatística.

### 4.1. A tarefa experimental

#### 4.1.1. Os sujeitos

Nesta tarefa experimental foram testadas 90 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 8 anos, como descrito na tabela 1, sendo 49 sujeitos do sexo feminino e 41 do sexo masculino. Consideraram-se apenas sujeitos monolingues e cuja língua materna fosse o PE. Confirmou-se, junto das escolas, que nenhuma das crianças apresentava problemas cognitivos ou de desenvolvimento da linguagem anteriormente detetados. O grupo de controlo é constituído por 30 adultos com idades compreendidas entre os 19

e os 45 anos. Na sua maioria, os adultos testados frequentavam, ou já tinham completado, um curso superior, mas nenhum tinha conhecimento linguístico específico suficiente para compreender o objeto de estudo da tarefa. Todos os elementos do grupo de controlo são falantes do PE como língua materna, residentes na área da grande Lisboa e nunca viveram fora do país por um período superior a seis meses.

Grupo	Sujeitos	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Intervalo de Idades	Média de Idades
<b>I</b>	30	15	15	[3;0.10 - 4;9.14]	3;9.0
<b>II</b>	30	17	13	[5;0.00 - 6;9.24]	6;0.0
<b>III</b>	30	17	13	[7;0.25 - 8;8.03]	8;0.0

Tabela 1. Distribuição dos sujeitos

#### 4.1.2. A recolha de dados

A recolha dos dados das crianças foi efetuada individualmente, com consentimento escrito do diretor da instituição e do encarregado de educação, numa sala que permitisse máxima concentração. Uma vez que a tarefa compreendia um conjunto de 46 itens (distratores e itens de treino incluídos), dividiu-se o teste em duas sessões para que não fosse demasiado cansativo. Desta forma, cada criança foi sujeita a duas sessões de teste separadas, com uma duração média de 18 minutos cada. Todas as crianças foram testadas nas escolas ou jardins-de-infância que frequentavam, nomeadamente: SASUL – Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (maio de 2014 a outubro de 2014), Jardim de Infância *Os Letrinhas* (Junho de 2014), APIST – Associação de Pais do Instituto Superior Técnico (Julho de 2014), Centro Paroquial de S. Sebastião da Pedreira (outubro de 2014) e Externato da Luz (novembro de 2014 a fevereiro de 2015). O grupo de controlo foi testado, maioritariamente, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, neste caso, o teste foi aplicado numa única sessão, com uma duração média de 30 minutos. Todas as sessões de teste, tanto das crianças como do grupo de controlo, foram gravadas com um leitor/gravador mp3 e anotadas numa folha de respostas.

#### 4.1.3. Condições

A tarefa experimental compreende 8 condições de teste. As condições a) visam testar a leitura de sujeitos nulos encaixados em complementos selecionados pelo verbo *dizer*, sendo que se encontra dividida entre as interpretações de sujeitos nulos encaixados com *dizer* – *declarativo* (modo indicativo) e *dizer* – *declarativo de ordem* (modo conjuntivo e infinitivo). As condições b) testam a interpretação de sujeitos nulos encaixados em

complementos selecionados pelo verbo *querer* no modo infinitivo e no modo conjuntivo. Para cada condição foram preparados 4 itens de teste.

A escolha dos verbos prende-se com o facto de *dizer* ser dos únicos verbos de controlo obrigatório de OI que se julga com alguma segurança poder ser conhecido pelas crianças nos estádios iniciais; *querer* será um dos primeiros verbos adquiridos pelas crianças e, por esta razão, é o verbo de controlo nesta tarefa, pois permite verificar se a criança conhece as propriedades sintáticas deste verbo nos contextos testados neste estudo.

Segue-se a tabela resumo das condições de teste da tarefa experimental.

Condição		Modo	Verbo	Itens de teste
a1	Controlo de OI com OI explícito	Infinitivo	Dizer - Declarativo de ordem	4 (por condição)
a2	Controlo de OI com OI implícito			
a5	Obviação referencial com OI explícito	Conjuntivo		
a6	Obviação referencial com OI implícito			
a3	Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	Indicativo	Dizer - Declarativo	
a4	Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito			
b1	Controlo de sujeito	Infinitivo	Querer	
b2	Obviação referencial	Conjuntivo		

Tabela 2. Condições de teste

As condições a1), a2) e b1) testam a interpretação de *PRO* em contextos de CO, embora as condições a1) e a2) sejam contextos de controlo de OI (veja-se (1) e (2)) e a condição b1) seja um contexto de controlo de sujeito (veja-se (3)). A condição b1) permite verificar se a criança conhece as propriedades de CO e comparada com as condições a1) e a2) permite verificar se as crianças exibem um comportamento diferente quando o potencial antecedente de *PRO* é um OI. A comparação entre as condições a1) e a2) permite, ainda, verificar se existe uma diferença na interpretação que as crianças fazem de *PRO* em contextos com OI explícito e implícito e, em caso afirmativo, caracterizá-la.

(1) a1) *Controlo de objeto indireto com OI explícito*

A girafa, a zebra e o urso regressavam a casa quando encontraram um monte de erva fresquinha cortada. "Que linda erva. E tão fresquinha!" - disse a girafa.

Então...

**Frase-teste: A girafa disse à zebra para levar a erva.**



Fig1. Cenário para o item 5, condição a1)

(2) a2) *Controlo de objeto indireto com OI implícito*

O cão, o esquilo e o coelho andavam a passear e passaram à porta da casa da quinta.

O cão afastou-se um pouco e chamou o esquilo.

Então...

**Frase-teste: O cão disse para tocar à campainha.**



Fig 2. Cenário para o item 11, condição a2)

(3) b1) *Controlo de sujeito*

O cão, o gato e a ovelha iam em direção ao relvado para se deitarem um pouco à fresca. No caminho passaram pelo lago.

Então...

**Frase-teste: O cão quer beber água.**

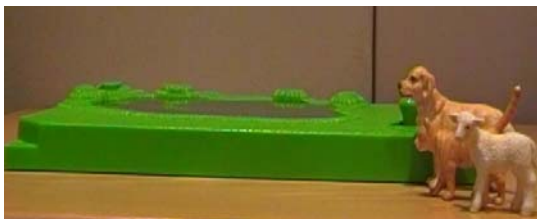


Fig 3. Cenário para o item 29, condição b1)

As condições a3) *Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito* (veja-se (4)) e a4) *Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito* (veja-se (5)) compreendem complementos no modo indicativo em

que há uma preferência pela correferência entre o sujeito nulo encaixado e o sujeito matriz. Estas condições permitem verificar se as crianças mantêm a correferência preferencial com o sujeito tanto nos contextos com o argumento interno explícito como nos contextos com o argumento interno implícito. Quando comparadas com as restantes condições a), permitem verificar se as crianças distinguem entre os três modos e os tratam de forma diferente. O facto de haver contextos com argumento implícito permite, ainda, verificar a influência que um potencial antecedente lexicalmente realizado do sujeito nulo vs. um potencial antecedente não realizado poderá ter na interpretação das crianças.

(4) *a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito*

O leão, o tigre e o leopardo passeavam pela selva.

Estavam todos com fome.

Então...

**Frase-teste: O leão disse ao leopardo que ia caçar o almoço.**



Fig. 4 Cenário para o item 15, condição a3)

(5) *a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito*

Estavam o gato, a ovelha e o porco reunidos, pois era dia de festa entre os animais da quinta.

Todos combinaram fazer alguma coisa.

O gato aproximou-se da ovelha.

Então...

**Frase-teste: O gato disse que ia fazer um bolo grande.**



Fig 5. Cenário para o item 17, condição a4)



As condições a5) *Obviação referencial com OI explícito* (veja-se (6)), a6) *Obviação referencial com OI implícito* (considere-se (7)) e b2) *Obviação referencial* (veja-se (8)) compreendem contextos no modo conjuntivo e, invariavelmente, tratam contextos de disjunção de sujeitos. As condições a5) e a6) testam a interpretação de um sujeito nulo em complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer*, com e sem o argumento interno realizado. A condição b2) testa a interpretação de um sujeito nulo em complementos selecionados pelo verbo *querer*. As condições a5) e a6), quando comparadas com as condições a1) *Controlo de objeto indireto com OI explícito* e a2) *Controlo de objeto indireto com OI implícito*, permitem observar se as crianças tratam os dois contextos de forma semelhante. A condição a6), sozinha, permite verificar se as crianças associam o sujeito nulo encaixado ao argumento interno subentendido ou se o associam ao sujeito matriz. Quando comparada com a condição a5), permite observar a influência que o OI realizado poderá ter na leitura que as crianças fazem de uma categoria vazia nestes contextos. Por fim, a condição a6), quando comparada com a condição b2), permite concluir se as crianças distinguem os dois tipos de obviação observados nesta dissertação.

(6) a5) *Obviação referencial com OI explícito*

O cão, o gato e o porco estavam deitados na relva a descansar, quando todos começaram a sentir fome.

Cão: "Ai, tenho tanta fome que até me dói a barriga."

Então...

**Frase-teste: O porco disse ao gato que fosse à cozinha buscar comida.**



Fig 6. Cenário para o item 21, condição a5)

(7) a6) *Obviação referencial com OI implícito*

O coelho, a lebre e o esquilo andavam pela floresta à procura de frutos.

Encontraram um monte de castanhas. A lebre aproximou-se do esquilo.

Então...

**Frase-teste: O esquilo disse que levasse as castanhas.**



Fig 7. Cenário para o item 25, condição a6)

*(8) b2) Obviação referencial*

O porco, o cão e o gato combinaram fazer um piquenique.  
Todos tinham de levar comida e um brinquedo.  
Na hora das decisões, o porco aproximou-se do cão.  
Então...

**Frase-teste: O porco queria que levasse a bicicleta.**



Fig 8. Cenário para o item 33, condição b2

*4.1.4. Itens de teste*

As histórias que constituem a tarefa foram gravadas no laboratório de gravação insonorizado do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa para que não houvesse interferências de ruído e o som tivesse a máxima qualidade. Para cada vídeo foi usado um conjunto de brinquedos, com os quais é representada uma história, com exceção da frase que corresponde ao item testado, que nunca é representada. Cada história apresenta situações diferentes e corresponde a uma única frase testada. A decisão de criar pequenos vídeos com histórias prende-se com o interesse que as crianças mostram por novas tecnologias. Pensa-se que será um estímulo adicional para descontrair a criança, pois esta poderá pensar que se trata de um jogo ou de pequenos filmes, mantendo a atenção e o interesse na realização da tarefa. Para além disso, os estímulos são uniformes, pois são evitados erros, efeitos de cansaço e variação na entoação por parte do experimentador, que poderiam interferir no desempenho das crianças. Durante a tarefa, o fantoche, manipulado pelo experimentador, incentiva a criança a ajudá-lo e a verbalizar os juízos de referência pretendidos.

Cada história é composta por três personagens, pois permite testar todos os contextos pretendidos para esta tarefa: controlo de sujeito, controlo

de objeto com OI implícito e explícito, correferência preferencial com o sujeito matriz e referência disjunta com OI implícito e explícito. As personagens são animais, uma vez que os nomes dos animais são, geralmente, conhecidos pelas crianças e permitem eliminar interpretações que se possam basear no conhecimento que as crianças têm do mundo. Os animais são identificados no início de cada história para que a criança se familiarize com as personagens. Os contextos das histórias são neutros, isto é, não há pistas contextuais para a interpretação do sujeito nulo encaixado da frase-teste. Cada frase-teste é proferida duas vezes, com segundos entre cada apresentação, para que o fantoche possa interagir com a criança e efetuar a pergunta final que levará à interpretação preferencial<sup>4</sup> que a criança faz de cada frase. A palavra *então* introduz a frase-teste, pois, uma vez que não é representada na história, seria necessário uma forma de despertar a atenção da criança para a mesma.

Nos contextos de argumento interno implícito, é essencial apresentar um contexto pragmático que torne uma dada entidade saliente de forma a poder ser entendida como estabelecendo a referência do objeto indireto implícito. Para o efeito foram usadas expressões como, por exemplo, “o leão aproximou-se do tigre” ou “o leão chamou o tigre”.

A tarefa experimental é constituída por 4 itens de treino (3 orações coordenadas e 1 adverbial), 10 distratores (7 orações coordenadas e 3 adverbiais) e 32 itens de teste (4 itens para cada condição). Como já foi referido anteriormente, devido à sua extensão, a aplicação do teste foi dividida em duas sessões, compreendendo cada uma 23 itens.

---

<sup>4</sup> Inicialmente, o teste era composto por mais duas questões cujo objetivo se prendia com a possibilidade de outras leituras, que não a preferencial, que os sujeitos permitissem. Isto é, pretendia-se saber se, para as crianças, as restantes personagens das histórias poderiam ser potenciais antecedentes para os sujeitos nulos dos contextos testados. Notou-se, no entanto, que as questões subsequentes à questão inicial intimidavam as crianças, levando-as, na maioria, a não responder. Algumas das respostas obtidas prendiam-se com as capacidades de cada animal para poder, ou não, efetuar a ação do complemento. Por exemplo: **Exp:** E o cão? Pode ser o cão, Beatriz? **Beatriz (4 anos):** Sim, porque o cão consegue correr muito rápido.

Nestes casos, o contexto da história não era considerado, pelo que não era possível avaliar estas respostas como pistas sobre o conhecimento linguístico. Por esta razão, decidiu-se manter somente a pergunta no final de cada história.

<b>Tarefa experimental</b>		
<b>Tipo de Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Tipo de oração</b>
Itens de treino	4	Oração coordenada (3) Oração adverbial (1)
Distratores	10	Oração coordenada (7) Oração adverbial (3)
Itens de teste	32	Oração completiva

Tabela 3. Composição da tarefa experimental

A ordenação dos itens é semi-aleatória. Procurou-se, desta forma, que dois itens de teste pertencentes à mesma condição não surgissem em sequência. Todas as sessões incluem dois itens de treino, seguidos de sequências de 3 ou 4 itens de teste com um distrator intercalado.

#### 4.2. Tratamento dos dados e análise estatística

Como foi mencionado anteriormente, todas as sessões foram gravadas e anotadas numa folha de respostas. As respostas dos sujeitos para cada item foram transferidas para um ficheiro Excel de acordo com o tipo de resposta – condições a): sujeito matriz, OI, entidade externa. Condições b): sujeito matriz e entidade externa – e classificadas como certas, tendo o valor 1 ou erradas, tendo o valor 0. No caso de correção, por parte dos sujeitos, à resposta inicial, apenas a última resposta foi considerada. Respostas com personagens não pertencentes à história foram classificadas como erradas e na categoria *outra*.

Considerou-se como resposta correta a seguinte escolha de antecedente do sujeito nulo encaixado: o OI (explícito ou implícito) nas condições a1), a2), a5) e a6), o sujeito matriz nas condições a3), a4) e b1) e uma entidade externa na condição b2).

Condição		Verbo	Resposta Certa
a1	Controlo de OI com OI explícito	Dizer Declarativo de ordem	Objeto indireto
a2	Controlo de OI com OI implícito		
a5	Obviação referencial com OI explícito		
a6	Obviação referencial com OI implícito		
a3	Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	Dizer Declarativo	Sujeito matriz
a4	Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito		
b1	Controlo de sujeito	Querer	Sujeito matriz
b2	Obviação referencial		Entidade externa

Tabela 4. Resumo das respostas corretas de cada condição

Após a classificação das respostas dadas pelos 120 participantes, procedeu-se ao cálculo das percentagens que serão apresentadas no capítulo seguinte. Foi, ainda, efetuada uma análise estatística de parte dos dados. Para isso, recorreu-se a um *Generalized Linear Mixed Model* (GLMM), construído através do programa Rbrul (versão Ri386 3.1.3.) de Johnson (2009).

## 5. Resultados

No presente capítulo apresentam-se os resultados obtidos após a aplicação da metodologia descrita no capítulo anterior.

Desta forma, a secção 5.1 será dedicada às condições com o verbo *dizer* e a secção 5.2 às condições com o verbo *querer*. A secção 5.3 centra-se na comparação dos resultados obtidos nos contextos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* com OI implícito e pelo verbo *querer*.

### 5.1. Dizer

#### 5.1.1. Resultados gerais

A tabela e o gráfico que se seguem apresentam as proporções de respostas certas obtidas por cada grupo para as condições a).

Recorde-se que as condições se encontram divididas em *dizer – declarativo de ordem* e *dizer – declarativo*. O primeiro compreende contextos no modo infinitivo – condição a1) *Controlo de objeto indireto com OI explícito* e condição a2) *Controlo de objeto indireto com OI implícito* – e contextos no modo conjuntivo – condição a5) *Obviação referencial com OI explícito* e condição a6) *Obviação referencial com OI implícito*. O segundo compreende contextos no modo indicativo – condição a3) *Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito* e condição a4) *Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito*.

Recorde-se, também, as idades que compreendem cada grupo. O grupo I é constituído por crianças entre os 3 e os 4 anos. O grupo II é constituído por crianças entre os 5 e os 6 anos e, finalmente, o grupo III compreende crianças entre os 7 e os 8 anos.

			Grupo I	Grupo II	Grupo III	Adultos
Dizer – Declarativo de ordem	Modo Infinitivo	Condição a1)	65,0 %	80,0 %	85,0 %	97,5 %
		Condição a2)	20,0 %	23,3 %	34,2 %	90,0 %
	Modo Conjuntivo	Condição a5)	63,3 %	62,5 %	75,0 %	97,5 %
		Condição a6)	14,2 %	10,8 %	22,5 %	75,0 %
Dizer - Declarativo	Modo Indicativo	Condição a3)	51,7 %	75,8 %	89,2 %	99,2 %
		Condição a4)	85,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Tabela 5. Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo *dizer*

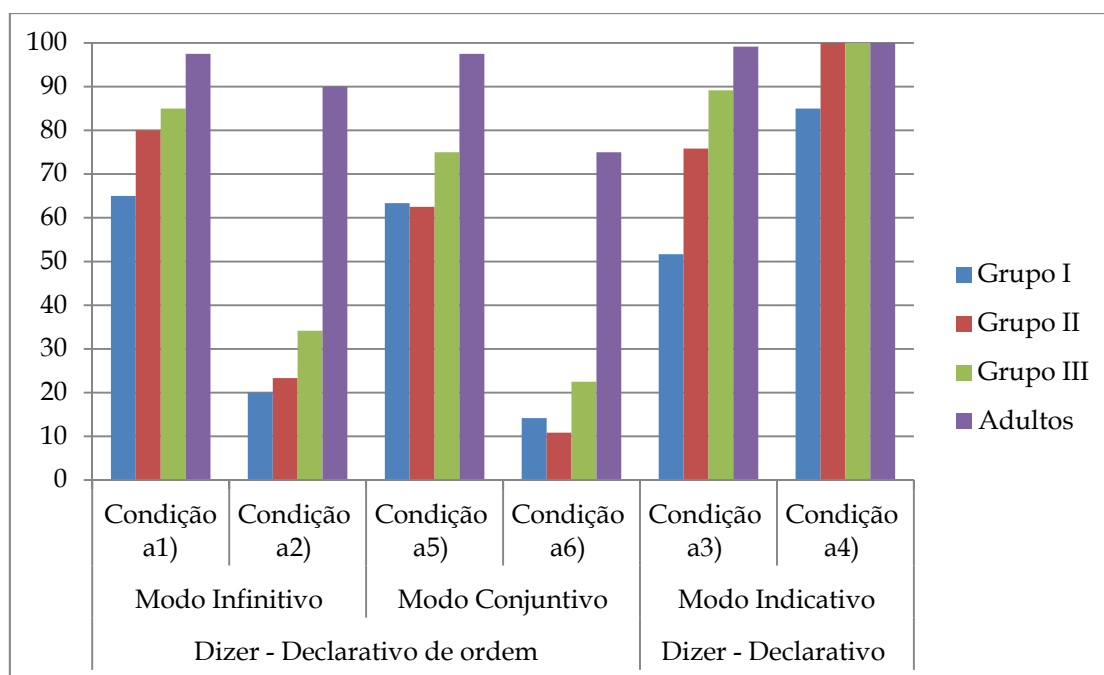


Gráfico 1. Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo dizer

Observando os resultados gerais é possível verificar que o facto de o argumento interno se encontrar explícito ou implícito, assim como o modo, influencia bastante a interpretação que as crianças fazem de um sujeito nulo encaixado.

Os contextos de argumento implícito com *dizer – declarativo de ordem* (modo infinitivo e conjuntivo) são os que revelam piores resultados, mostrando-se bastante diferentes do desempenho dos adultos em todos os grupos de crianças. As crianças revelam taxas de acerto bastante baixas, sendo a condição a6) *Obviação referencial com OI implícito* a que levanta mais dificuldades. Nesta condição, até os adultos revelam um pior desempenho, pois não obtiveram um resultado acima dos 75%, escolhendo o sujeito matriz como antecedente do sujeito nulo encaixado.

Os resultados obtidos nas restantes condições de *dizer – declarativo de ordem* - condição a1) *Controlo de objeto indireto com OI explícito* e condição a5) *Obviação referencial com OI explícito* - são melhores. Na condição a1), não atingindo o resultado dos adultos, o grupo I já exibe um desempenho acima dos 60%, subindo nos restantes grupos. Na condição a5), comparativamente à contrapartida infinitiva, o resultado alcançado pelo grupo I é idêntico, mas observa-se uma ligeira diferença nos resultados obtidos pelos restantes grupos de crianças.

Em geral, com *dizer – declarativo de ordem*, a percentagem de acerto nas condições de modo conjuntivo é um pouco mais baixa, por comparação com os casos de complementos de infinitivo.

*Dizer – declarativo* (modo indicativo) é o que causa menos problemas às crianças. Neste contexto, o argumento implícito causa o efeito contrário comparativamente a *dizer – declarativo de ordem*. A condição na qual as crianças exibem um melhor desempenho é a condição a4) - *Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito*. Nesta condição, os resultados atingem os 100% de acerto a partir do grupo II (5/6 anos), sendo que o grupo I (3/4 anos) já exibe resultados acima dos 80%. Pelo contrário, na condição a3) - *Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito* – a existência de um potencial antecedente imediatamente antes do pronome nulo encaixado parece influenciar a leitura das crianças. Neste contexto constata-se alguma indecisão em relação à escolha do antecedente do pronome nulo encaixado. Embora se verifique uma evolução com o avançar da idade, os resultados obtidos pelas crianças só se aproximam da interpretação adulta no grupo III (7/8 anos). O grupo I mostra-se o grupo com o pior desempenho.

Estes resultados, no entanto, apenas mostram a taxa de sucesso obtida para *dizer – declarativo de ordem* e *dizer – declarativo*. Como vários fatores poderão estar na base da escolha do antecedente do sujeito nulo encaixado, importa perceber que tipo de antecedente foi o preferido nos diferentes contextos. Desta forma, os próximos pontos irão apresentar os antecedentes selecionados pelos participantes desta tarefa em cada condição.

#### 5.1.2 *Dizer - declarativo de ordem*

##### 5.1.2.1. *Condição a1) Controlo de objeto indireto com OI explícito*

Recorde-se que, nesta condição, o OI na oração matriz deverá ser o controlador de *PRO* (1).

(1) A girafa<sub>i</sub> disse à zebra<sub>j</sub> para *PRO*<sub>j/\*i/\*K</sub> levar a erva.

Seguem-se os resultados das escolhas dos controladores preferidos pelos sujeitos na condição a1).

	Sujeito	OI	Ent. Externa	Outra
I	25,8 %	65,0 %	7,5 %	1,7 %
II	17,5 %	80,0 %	2,5 %	0,0 %
III	15,0 %	85,0 %	0,0 %	0,0 %
Adultos	2,5 %	97,5 %	0,0 %	0,0 %

Tabela 6. Condição a1) controlo de objeto indireto com OI explícito



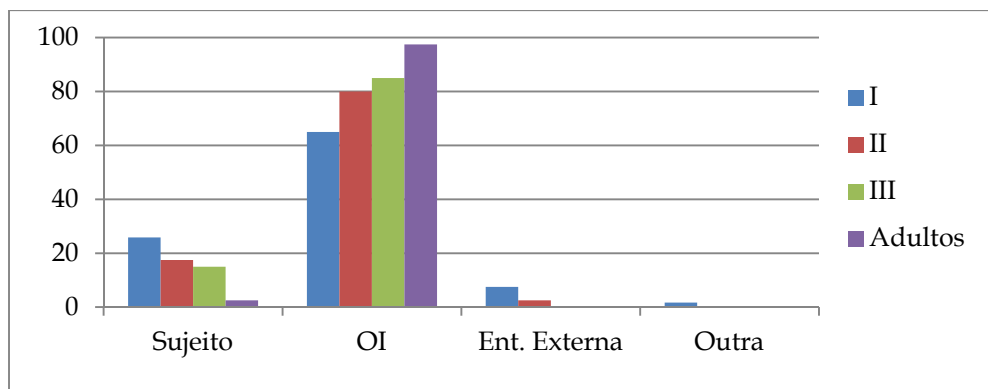


Gráfico 2. Condição a1) controle de objeto indireto com OI explícito

Os resultados obtidos nesta condição mostram uma clara tendência para a escolha do OI como o controlador de *PRO*. Embora não igualem os 98% obtidos pelo grupo dos adultos, os resultados obtidos pelas crianças revelam-se bastante próximos. O grupo I obteve um resultado de 65% e verifica-se uma evolução nos grupos II (80%) e III (85%). A escolha de uma entidade externa, efetuada apenas nos grupos mais novos (grupo I e II), é pontual. É notória a preferência por um argumento interno à frase, sendo o sujeito matriz, em todos os grupos, a segunda escolha para o controlador de *PRO*, embora se constate uma diminuição desta tendência com o avançar da idade. Assim, é possível afirmar que os resultados obtidos nesta condição, embora não igualem os resultados obtidos pelo grupo de controlo, são convergentes com a gramática adulta, pois prevalece a escolha do OI como antecedente de *PRO* em detrimento de outros.

#### 5.1.2.2. Condição a2) Controlo de objeto indireto com OI implícito

Nesta condição, embora o OI na oração matriz se encontre subentendido, este é o controlador de *PRO* (2).

(2) O cão<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> para *PRO*<sub>j/\*i/\*K</sub> tocar à campainha.

	Sujeito	OI	Ent. Externa	Outra
I	78,3 %	20,0 %	1,7 %	0,0 %
II	74,2 %	23,3 %	0,8 %	1,7 %
III	65,8 %	34,2 %	0,0 %	0,0 %
Adultos	7,5 %	90,0 %	0,8 %	1,7 %

Tabela 7. Condição a2) controlo de objeto indireto com OI implícito

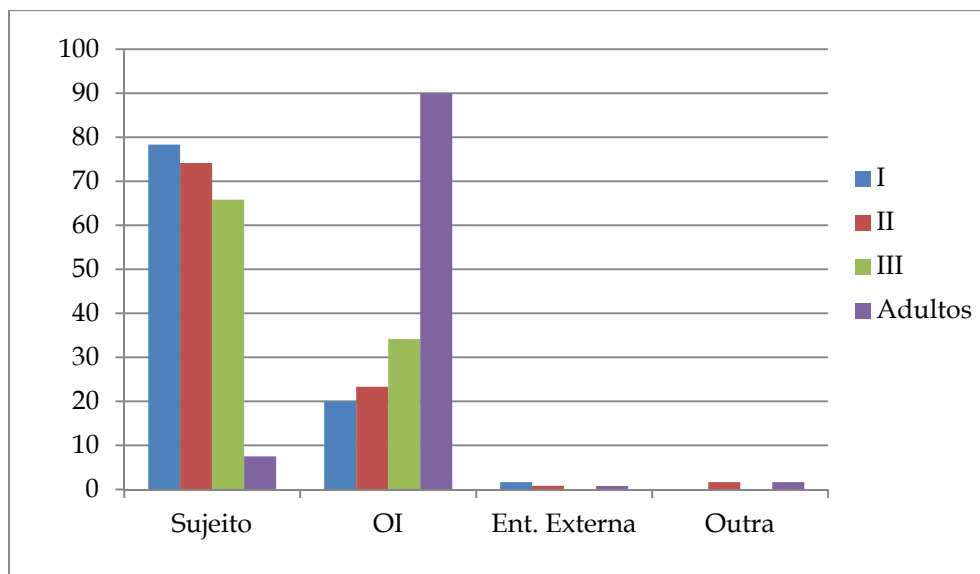


Gráfico 3. Condição a2) controlo de objeto indireto com OI implícito

De acordo com a tabela e o gráfico acima representados, é possível constatar-se o peso que um argumento implícito pode ter na interpretação que as crianças fazem de *PRO*. As percentagens de acerto são bastante baixas nos três grupos de crianças. No entanto, verifica-se um ligeiro aumento da escolha do OI como o controlador do sujeito nulo encaixado conforme a idade vai avançando. Nesta condição, até a interpretação efetuada pelos adultos parece ser um pouco afetada pela omissão do OI, embora os seus resultados permaneçam bastante elevados (90%). É, mais uma vez, notória a preferência por um argumento interno à frase. A escolha do controlador de *PRO* recaiu, essencialmente, sobre o sujeito matriz. O grupo I escolheu o sujeito como controlador em 78% dos casos, o grupo II em 74% e o grupo III em 66%. A par desta pequena diminuição, verifica-se o aumento da escolha do OI como o controlador de *PRO*, mas em percentagens baixas. Recorde-se que na condição a1), na qual o argumento interno se encontra realizado, as crianças optam, maioritariamente, pelo OI, mas, quando este é omissivo, as crianças optam pelo sujeito da oração matriz, que é o único antecedente lexicalmente realizado.

#### 5.1.2.3. Condição a5) Obviação referencial com OI explícito

Passa-se agora à apresentação dos dados relativos a contextos de complementos no modo conjuntivo, nomeadamente contextos de obviação referencial. Recorde-se que nesta condição há correferência obrigatória com o OI na oração matriz e é sugerido, nesta dissertação, que estes poderão representar casos semelhantes a controlo finito (3).

(3) O gato<sub>i</sub> disse ao esquilo<sub>j</sub> que [-]<sub>j/\*i/\*k</sub> apanhasse os brinquedos.

	Sujeito	OI	Ent. Externa	Outra
I	30,0 %	63,3 %	5,0 %	1,7 %
II	35,8 %	62,5 %	1,7 %	0 %
III	25,0 %	75,0 %	0 %	0 %
Adultos	2,5 %	97,5 %	0 %	0 %

Tabela 8. Condição a5) obviação referencial com OI explícito

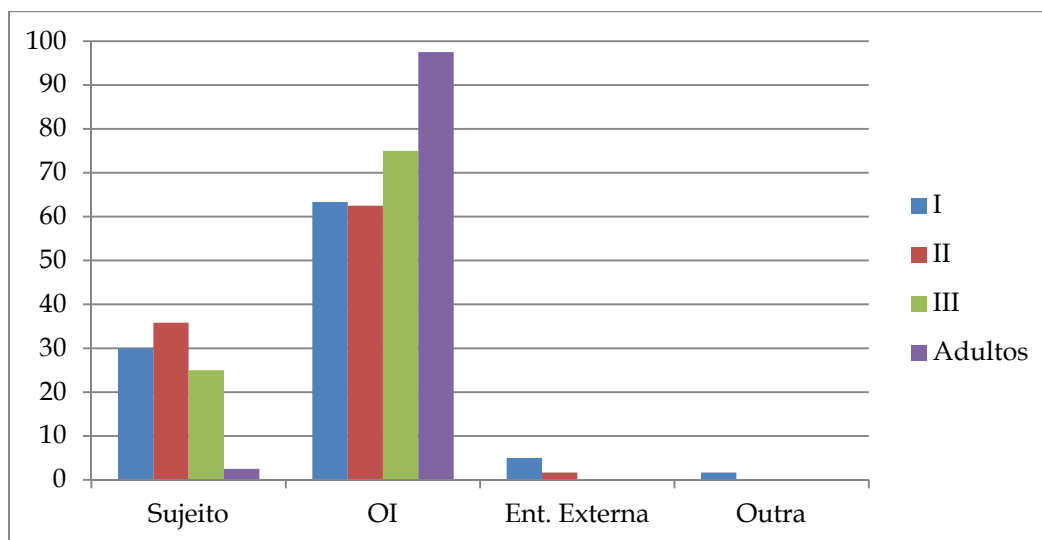


Gráfico 4. Condição a5) obviação referencial com OI explícito

De acordo com os dados, o OI constituiu a preferência dos sujeitos testados. Como se constata, a percentagem obtida pelo grupo de controlo (97,5%) é mais elevada do que as obtidas pelos grupos das crianças. Ainda assim, os grupos I e II exibem esta preferência em 63% dos casos, havendo um aumento do grupo III para 75%. Exibem, portanto, uma tendência para a preferência pelo OI como o potencial antecedente do pronome nulo encaixado e, por esta razão, poder-se-á considerar uma preferência convergente com a gramática adulta. Constata-se ainda que o sujeito matriz constitui a segunda escolha das crianças. A escolha de uma entidade externa foi residual.

Comparativamente à condição a1), que testa controlo de OI em complementos no modo infinitivo com OI explícito, os resultados obtidos na presente condição revelam-se bastante próximos.

#### 5.1.2.4. Condição a6) Obviação referencial com OI implícito

Em contextos com argumento interno implícito, considera-se que a leitura de correferência obrigatória com o OI (implícito) se mantém (4).

(4) A galinha<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que [-]<sub>j</sub>/<sub>i</sub>/\*<sub>k</sub> conduziu o carro.

	Sujeito	OI	Ent. Externa	Outra
I	83,3	14,2	1,7	0,8
II	88,3	10,8	0,8	0,0
III	77,5	22,5	0,0	0,0
Adultos	21,7	75,0	3,3	0,0

Tabela 9. Condição a6) obviação referencial com OI implícito

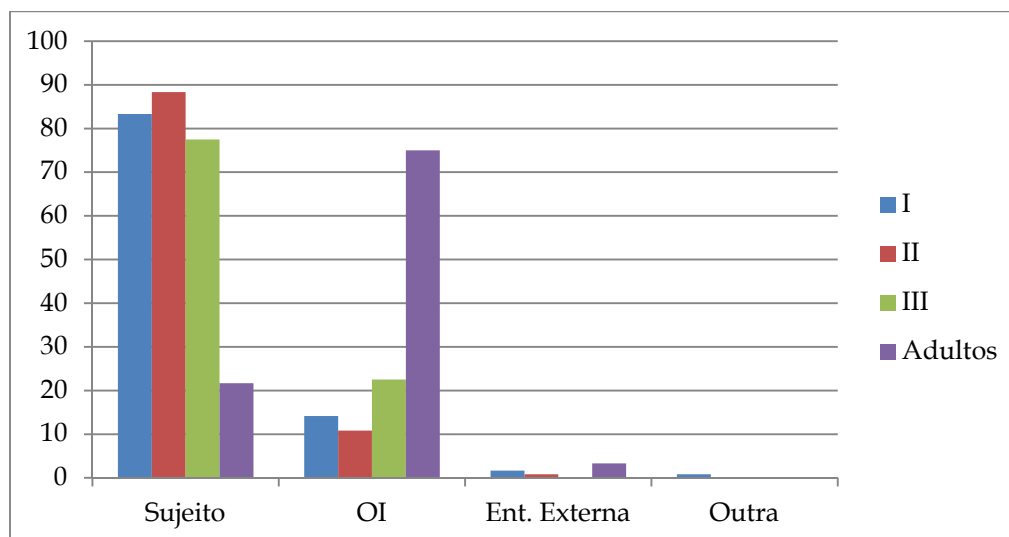


Gráfico 5. Condição a6) obviação referencial com OI implícito

A combinação do modo conjuntivo com um argumento interno implícito parece dificultar bastante a interpretação de um sujeito nulo encaixado. De acordo com os dados obtidos, verifica-se uma preferência bastante expressiva, nos três grupos de crianças, pelo sujeito matriz. O grupo de controlo efetuou a mesma escolha em 22% dos casos, o que, sendo uma percentagem baixa, foi a percentagem de erro mais elevada obtida pelos adultos nas condições a). Os resultados mostram de forma bastante clara que as crianças não obedecem à obviação referencial obrigatória nestes contextos e, conseqüentemente, não mantêm uma leitura de controlo de acordo com o proposto nesta investigação.

Comparando os resultados obtidos nas condições a2) *Controlo de objeto indireto com OI implícito* e a6) *obviação referencial com OI implícito*, podemos verificar que, apesar de a escolha do antecedente do sujeito nulo encaixado incidir sobretudo sobre o sujeito matriz, o argumento interno implícito é a segunda escolha das crianças, pelo que estas parecem, até certo ponto, ser sensíveis ao argumento implícito.

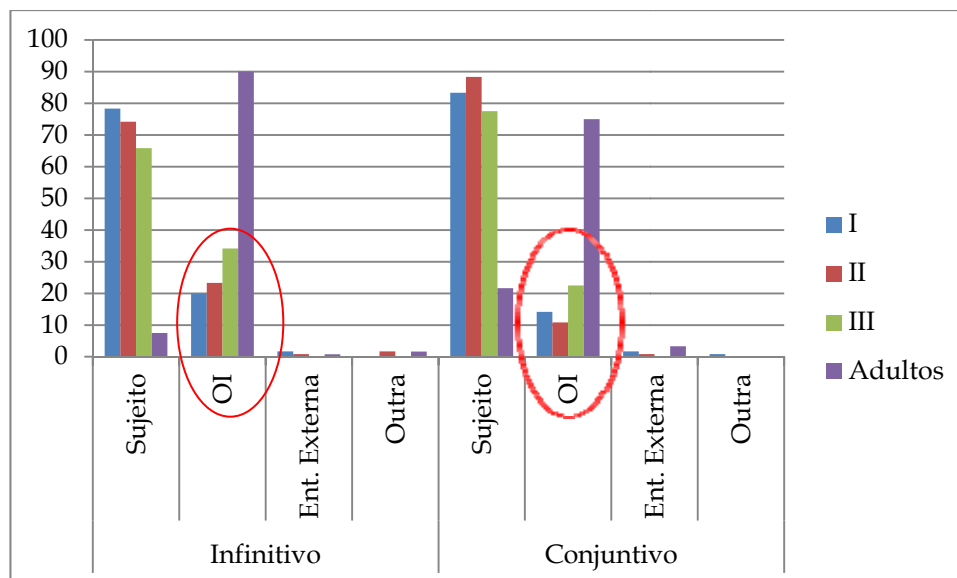


Gráfico 6. Comparação dos resultados da condição a2) com a condição a6)

Durante o teste, algumas crianças que efetuaram leituras de correferência entre sujeito matriz e sujeito encaixado, mostraram-se, ainda assim, sensíveis à posição preenchida pelo OI subentendido – veja-se (5) e (6).

(5) **Fantoche:** Quem vai tocar à campainha?

**Mariana (5anos):** O cão...mas devia ser o esquilo...

**Fantoche:** Então?

**Mariana (5 anos) :** Não sei...

**Fantoche:** Então, quem vai tocar à campainha? O cão ou o esquilo?

**Mariana (5anos):** ...só pode ser o cão...

(6) **Fantoche:** Quem vai dormir na rua?

**Beatriz (6 anos):** O leão...mas se o leão disse, disse a alguém...

**Fantoche:** Ai é?

**Beatriz (6 anos):** Sim.

**Fantoche:** Então, quem vai dormir na rua?

**Beatriz (6 anos):** O leão.

#### 5.1.2.5 Análise estatística

Foi construído um modelo GLMM para os dados obtidos com *dizer - declarativo de ordem* do qual decorreu o seguinte resultado:

Subject (random), explicit/implicit argument ( $p < 0.001$ ) + group ( $p < 0.001$ ) + mood ( $p < 0.001$ )

De acordo com o resultado obtido, constata-se que o argumento explícito/implícito, o grupo (etário) e o modo são fatores preditivos do comportamento das crianças.

### 5.1.3. Dizer - declarativo

#### 5.1.3.1 Condição a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito

Em complementos no modo indicativo, o sujeito nulo encaixado deve, preferencialmente, correferir com o sujeito matriz (7).

(7) O pato<sub>i</sub> disse ao gato<sub>j</sub> que *pro*<sub>i</sub> ia fugir da quinta.

	Sujeito	OI	Ent. Externa	Outra
I	51,7 %	44,2 %	2,5 %	1,7 %
II	75,8 %	23,3 %	0,0 %	1,7 %
III	89,2 %	9,2 %	1,7 %	0,0 %
Adultos	99,2 %	0,8 %	0,0 %	0,0 %

Tabela 10. Condição a3) correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito

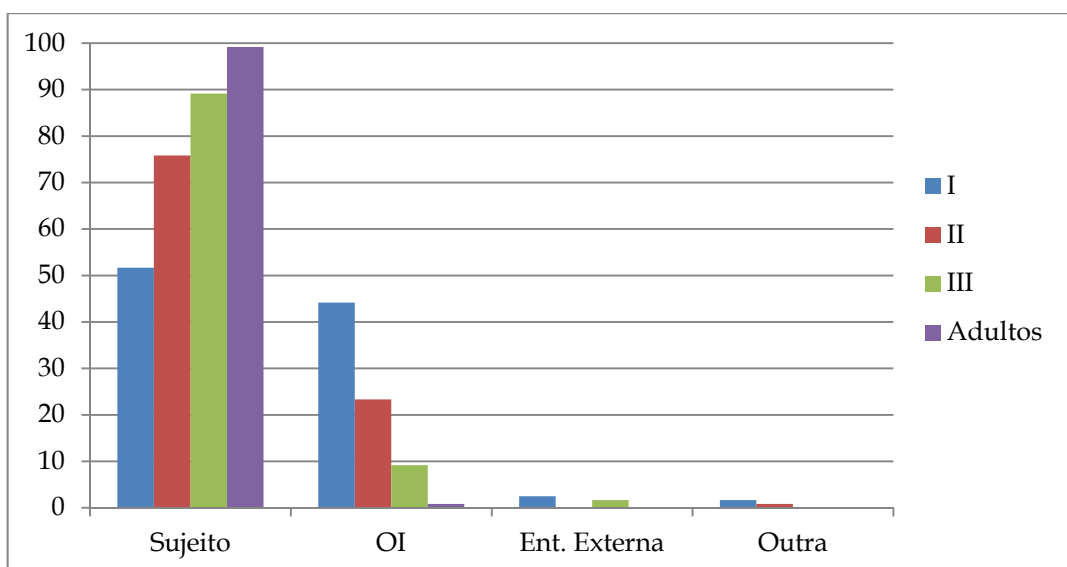


Gráfico 7. Condição a3) correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito

Nesta condição, o resultado obtido pelo grupo de controlo (99%) espelha a preferência ilustrada em (7). No entanto, neste contexto, a existência de um argumento interno realizado, contrariamente ao que se verifica nas condições a1) e a5), dificulta o desempenho das crianças, principalmente nas faixas etárias mais baixas (grupo I). Nota-se claramente neste grupo uma instabilidade em relação à escolha do antecedente do sujeito nulo encaixado. Somente 52% das crianças testadas opta pelo sujeito matriz, contra 44%, que opta pelo OI. Também é notório o aumento da

preferência pelo sujeito matriz a par da diminuição da preferência pelo OI com o avançar da idade. O grupo II prefere o sujeito matriz em 76% dos casos e o grupo III em 89%, resultados que já se encontram próximos da escolha adulta. Verifica-se, ainda, a preferência por um argumento interno à frase, sendo as percentagens obtidas para a entidade externa muito baixas.

#### 5.1.3.2. Condição a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito

Neste contexto, mantém-se a correferência preferencial com o sujeito matriz (8).

(8) A lebre<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que *pro*<sub>i</sub> ia ao cinema.

	Sujeito	OI	Ent. Externa	Outra
I	85,0 %	13,3 %	1,7 %	0,0 %
II	100,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %
III	100,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %
Adultos	100,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %

Tabela 11. Condição a4) correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito

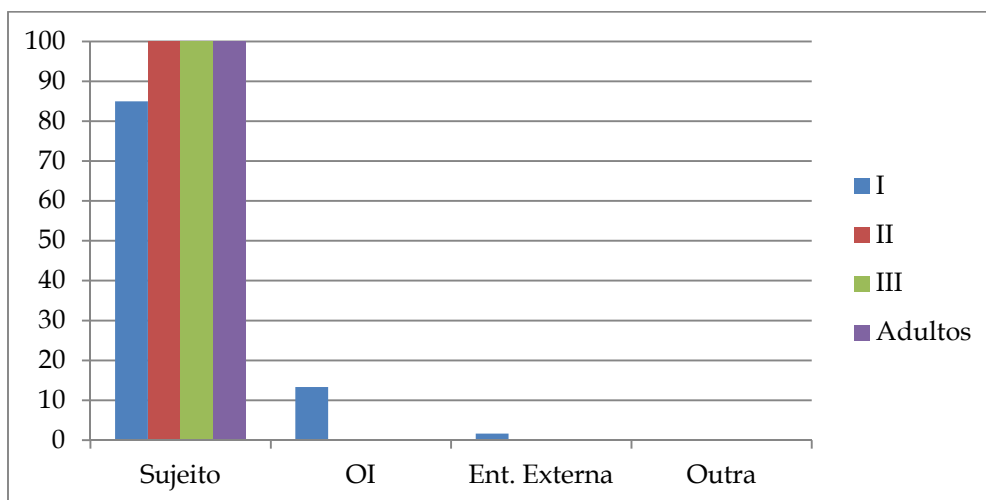


Gráfico 8. Condição a4) correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito

Nesta condição verifica-se uma clara preferência pela correferência do sujeito nulo encaixado com o sujeito matriz a partir do grupo I (85%). Os restantes grupos igualam o grupo de controlo chegando aos 100% de respostas corretas. Estes resultados mostram que, a partir dos 3/4 anos de idade, se poderá considerar que a criança consegue estabelecer uma relação de correferência em conformidade com a gramática adulta. Comparando com a condição anterior, é possível constatar que, em contextos de indicativo, a introdução de um outro potencial antecedente lexicalmente realizado

levanta problemas às crianças, facto já constatado anteriormente por Silva (2015).



## 5.2. Querer

### 5.2.1. Resultados gerais

A tabela e o gráfico que se seguem apresentam as proporções de respostas certas obtidas por cada grupo para as condições b) - condição b1) *Controlo de sujeito* e condição b2) *Obviação referencial*.

		Grupo I	Grupo II	Grupo III	Adultos
Condição b1)	Modo Infinitivo	100,0 %	100,0 %	100,0 %	97,5 %
Condição b2)	Modo Conjuntivo	11,7 %	15,8 %	24,2 %	79,2 %

Tabela 12. Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo *querer*

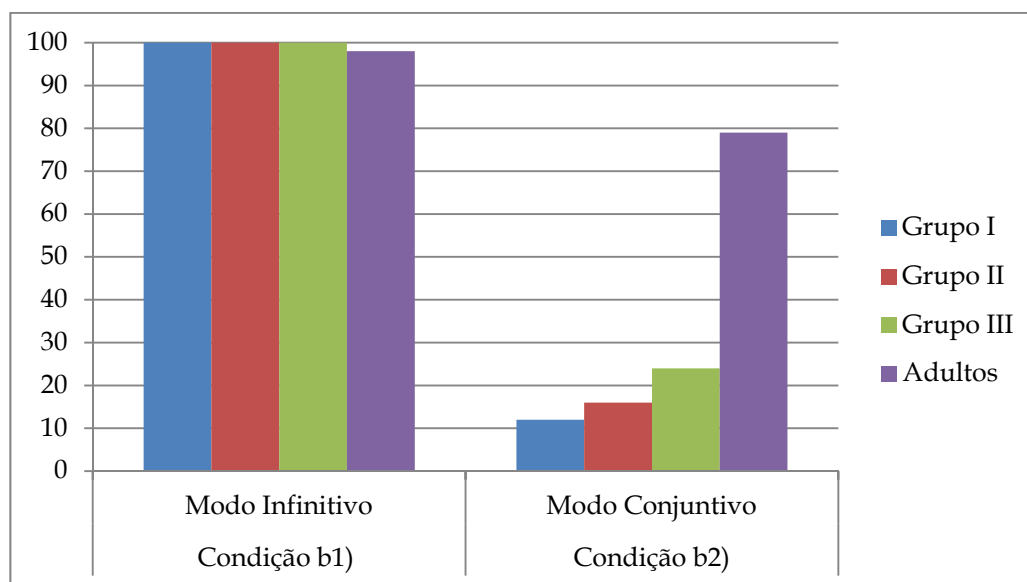


Gráfico 9. Percentagem de respostas certas para as condições com o verbo *querer*

De uma forma clara, os resultados mostram uma diferença de desempenho bastante marcada em contextos de infinitivo e conjuntivo. Se, na condição b1), o grupo de crianças mais novas já apresenta resultados que atingem os 100% de acerto, na condição b2) nenhum grupo de crianças apresentou resultados acima dos 25%.

Veja-se, nos pontos seguintes, que interpretações são preferidas nestas condições.

### 5.2.2. Condição b1) *Controlo de sujeito*

Nesta condição, o controlador de *PRO* será o sujeito da oração matriz (9).

(9) O cão<sub>i</sub> quer *PRO*<sub>i</sub> beber água.

	Sujeito Matriz	Ent. Externa.	Outra
I	100,0 %	0,0 %	0,0 %
II	100,0 %	0,0 %	0,0 %
III	100,0 %	0,0 %	0,0 %
Adultos	97,5 %	0,0 %	2,5 %

Tabela 13. Condição b1) controlo de sujeito

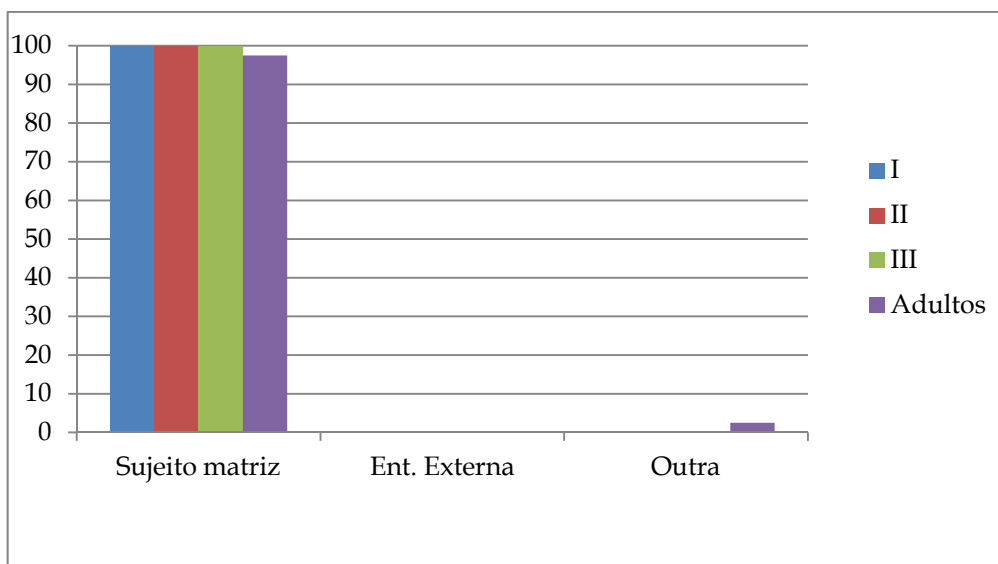


Gráfico 10. Condição b1) controlo de sujeito

De acordo com o gráfico e a tabela acima apresentados, não se verifica nenhum momento em que a estrutura de controlo de sujeito não esteja estabilizada. Desde o grupo mais novo (3/4 anos) que os resultados atingem os 100% de respostas corretas, significando que as crianças conseguem estabelecer a relação de controlo de sujeito com um antecedente disponível. Não houve casos de outras escolhas nas crianças, sendo esta escolha residual nos adultos. O motivo pelo qual os adultos não atingiram os 100% de acerto nesta condição prende-se com o conhecimento que têm do mundo. Questões pragmáticas relacionadas com o verbo levam os adultos a estender a interpretação de sujeitos nulos de complementos selecionados pelo verbo *querer* a outras possibilidades. Por exemplo, escolhiam todas as personagens da história (10).

(10) **Frase-teste:** O galo quer ir jantar.

**Exp:** Quem vai jantar?

**Sujeito:** Todos.

Concluindo, estes resultados mostram que as crianças entre os 3 e os 8 anos têm o conhecimento sintático relevante para a interpretação de contextos de CO.

### 5.2.3. Condição b2) Obviação referencial

Recorde-se que se consideram casos de obviação referencial canónica os complementos de conjuntivo seleccionados pelo verbo *querer*. Desta forma, nesta condição, o pronome nulo encaixado é obrigatoriamente disjunto do sujeito matriz (11).

(11) O porco<sub>i</sub> queria que *pro<sub>j</sub>* levasse a bicicleta.

	Sujeito matriz	Ent. Externa	Outra
I	86,7 %	11,7 %	1,7 %
II	84,2 %	15,8 %	0,0 %
III	75,8 %	24,2 %	0,0 %
Adultos	12,5 %	79,2 %	8,3 %

Tabela 14. Condição b2) obviação referencial

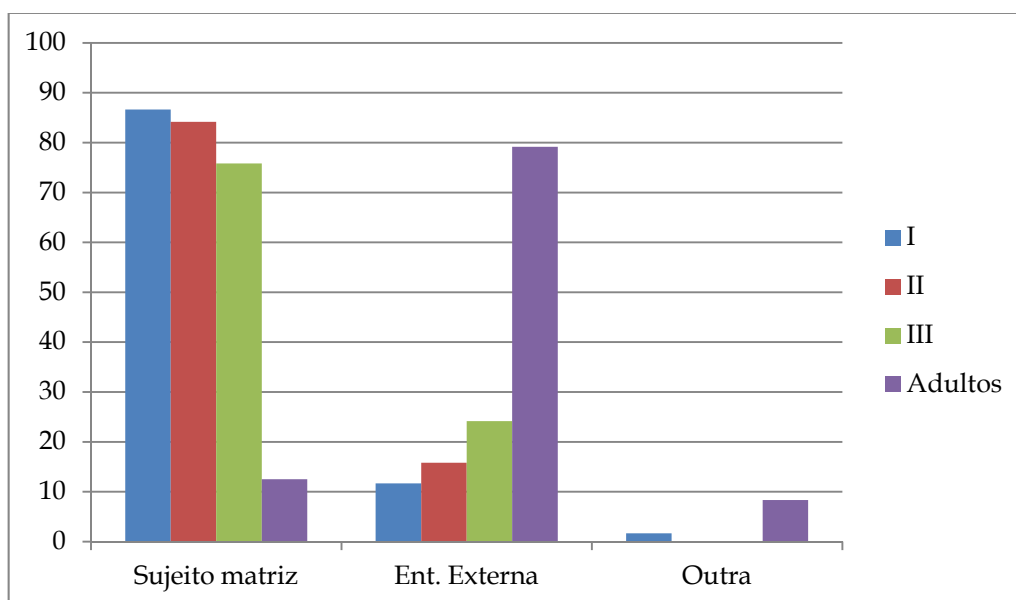


Gráfico 11. Condição b2) obviação referencial

Estes resultados mostram que, claramente, as crianças até aos 8 anos não obedecem à obviação referencial em complementos seleccionados pelo verbo *querer*, nesta dissertação designada de obviação referencial canónica, revelando-se este um fenómeno de aquisição bastante tardia. Nos três grupos, a leitura preferencial do antecedente do sujeito nulo encaixado incidiu sobre o sujeito da oração matriz, sendo esta leitura agramatical. Note-se que a escolha da entidade externa, no caso das crianças, revela-se sempre com percentagens baixas. Já os adultos parecem ser sensíveis a contextos de conjuntivo que obrigam a disjunção referencial entre sujeito matriz e encaixado, pois a percentagem de respostas corretas é de 79%.

### 5.3. *Dizer vs. Querer*

Esta comparação permitirá verificar se as crianças tratam os dois tipos de obviação identificados nesta investigação de forma diferente. Neste sentido, só *dizer* com argumento implícito é uma estrutura relevante, já que será comparável àquela com o verbo *querer*, no sentido em que ambas têm um único argumento lexicalmente realizado na oração matriz.

	Dizer (OI implícito)	Querer
I	14,2	11,7
II	10,8	15,8
III	22,5	24,2
Adultos	75,0	79,2

Tabela 15. *Dizer vs. Querer*

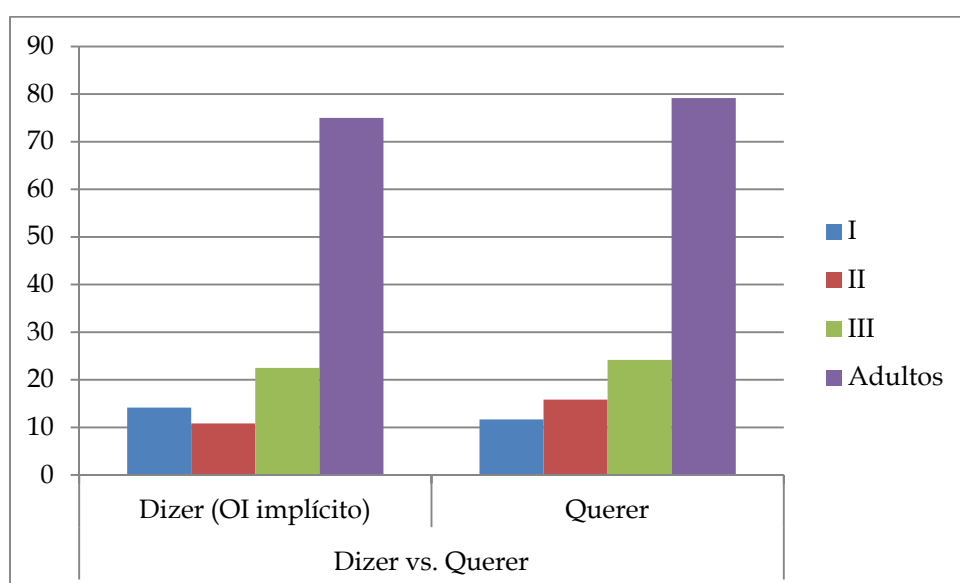


Gráfico 12. *Dizer vs. Querer*

Verifica-se, desta forma, que, comparativamente aos adultos, as crianças apresentam um desempenho baixo em ambos os verbos.

Da análise estatística elaborada no GLMM decorreu o seguinte resultado:

Subject (random), group ( $p < 0.001$ ), [verb - not selected]

Esta análise mostra que o grupo é um fator preditivo do comportamento dos sujeitos, mas o verbo não foi selecionado. Desta forma, é possível considerar que as crianças não tratam os dois verbos de forma diferente, pelo que não há argumentos para dizer que distinguem os dois contextos de obviação propostos na presente investigação.

Concluindo, em estruturas de controlo no modo infinitivo, é possível verificar que as crianças apresentam melhores resultados em estruturas de controlo de sujeito (*querer*), nas quais igualam os adultos desde os estádios iniciais, do que em estruturas de controlo de OI (*dizer – declarativo de ordem*).

Na verdade, em estruturas com OI explícito, tanto no modo infinitivo como no modo conjuntivo, as crianças apresentam resultados próximos dos resultados obtidos pelos adultos. Nestes contextos, a introdução de um antecedente lexicalmente realizado parece facilitar a interpretação que as crianças fazem de um sujeito nulo encaixado. O argumento interno implícito provoca o efeito contrário. Em ambos os modos, o OI subentendido provoca grandes dificuldades às crianças, que obtêm um desempenho bastante diferente dos adultos.

Com *dizer – declarativo*, contextos no modo indicativo, o argumento interno explícito vs. implícito também parece influenciar o desempenho das crianças. Em contextos com OI explícito, a introdução de um antecedente linguístico lexicalmente realizado parece confundi-las. Neste contexto, nota-se, nas crianças, uma indecisão (maior no grupo das crianças mais novas) na escolha do potencial antecedente do pronome nulo encaixado. Em vez da correferência preferencial do sujeito encaixado com o sujeito matriz, as crianças optam pela correferência do pronome nulo com o OI. Quando o OI se encontra implícito, as crianças igualam o desempenho dos adultos, preferindo a correferência do sujeito encaixado com o sujeito matriz.

Estes dados corroboram os anteriormente descritos por Silva (2015). Também a autora constata que a introdução de um antecedente lexicalmente realizado facilita a interpretação que as crianças fazem de um sujeito nulo em complementos no modo conjuntivo e que dificulta a mesma interpretação em complementos no modo indicativo, pelo que a autora sugere que leitura preferencial das crianças parece ser guiada pela proximidade de um potencial antecedente (lexicalmente realizado) em relação ao sujeito nulo encaixado.

Finalmente, não se encontrando estabilizada aos 8 anos, a obviação referencial revela-se um fenómeno de aquisição bastante tardia, tanto em contextos com *querer* como em contextos com *dizer – declarativo de ordem* com OI implícito. As crianças revelam um mau desempenho em ambos os casos.

## 6. Discussão dos dados

Após a descrição dos resultados levada a cabo no capítulo anterior, é importante agora discuti-los e relacioná-los com as perguntas de investigação apresentadas.

De acordo com os resultados descritos anteriormente, verifica-se que as crianças não apresentam dificuldades em contextos de controlo de sujeito com o verbo *querer*, obtendo 100% de acerto desde o grupo I (3 – 4 anos). Pelo contrário, com complementos de conjuntivo selecionados pelo mesmo verbo, as crianças apresentam resultados bastante distantes dos obtidos pelos adultos. Em contextos de obviação referencial canónica, a taxa de acerto das crianças testadas não vai além de 11,7% no grupo I, 15,8% no grupo II (5 – 6 anos) e 24,2% no grupo III (7 – 8 anos). Os adultos obtiveram uma taxa de acerto de 79,2%.

Quanto aos contextos com o verbo *dizer*, é possível verificar que as crianças interpretam sujeitos nulos encaixados de complementos selecionados por *dizer – declarativo de ordem* e *dizer – declarativo* de forma diferente. Isto é, os resultados mostram que as leituras preferenciais que as crianças fazem de um sujeito nulo encaixado se aproximam mais da leitura adulta no caso de *dizer – declarativo* (modo indicativo) do que no caso de *dizer – declarativo de ordem* (modo infinitivo e modo conjuntivo, embora haja uma ligeira diferença nos resultados obtidos para os dois modos). Para além disso, os resultados mostram, ainda, que o OI lexicalmente realizado na oração matriz influencia a interpretação que as crianças fazem do antecedente do sujeito encaixado com ambos os verbos.

Verifica-se que, com *dizer – declarativo de ordem*, em contextos em que o OI da oração matriz se encontra explícito (1), o desempenho das crianças melhora, aproximando-se dos resultados obtidos pelos adultos (97,5% de acerto). Nestes contextos, o grupo I obteve uma taxa de acerto de 65%, o grupo II subiu para os 80% e o grupo III obteve uma taxa de acerto de 85%. Com efeito, o OI lexicalmente realizado parece facilitar a interpretação que as crianças fazem de um sujeito nulo encaixado, tanto em contextos de infinitivo como em contextos de conjuntivo, isto é, nos casos em que se espera uma leitura de controlo de OI. Em contextos de conjuntivo, os resultados obtidos pelas crianças são um pouco mais baixos do que os obtidos em contextos de infinitivo, no entanto, há uma clara tendência para a escolha do OI como o antecedente do sujeito nulo encaixado. O grupo I manteve uma leitura de controlo em contextos de conjuntivo em 63,3% dos casos, o grupo II em 62,5% e o grupo III em 75% dos casos.

Este facto, em complementos de conjuntivo, já tinha sido apontado por Ambulate (2008) e Silva (2015), pelo que os resultados obtidos nesta investigação se encontram em conformidade com os dados obtidos pelas autoras.

(1) O porco disse ao gato que [-] fosse à cozinha buscar comida.

Contextos de argumento interno implícito (2), pelo contrário, levantam grandes dificuldades às crianças, quer quando o complemento é de infinitivo, quer quando o verbo está no conjuntivo, levando-as, na sua maioria, a seleccionar o sujeito da oração matriz como o controlador do sujeito nulo encaixado. Nestes contextos, as crianças obtiveram resultados bastante inferiores aos resultados dos adultos, que têm uma taxa de acerto de 90 % em contextos de infinitivo e 75% em contextos de conjuntivo. Também se verifica uma ligeira diferença entre os resultados obtidos pelas crianças para contextos de infinitivo e contextos de conjuntivo. Nos primeiros, o grupo I obteve uma taxa de acerto de 20%, o grupo II 23,3% e o grupo III 34,2%. Nos segundos, o grupo I atingiu os 14,2% de acerto, a taxa de acerto diminuiu com o grupo II para 10,8% e subiu para os 22,5% no grupo III.

(2) O esquilo disse [-] que [-] levasse as castanhas.

No caso de *dizer – declarativo*, a introdução de um potencial antecedente lexicalmente realizado (3) provoca o efeito oposto, isto é, leva a que as crianças tendam a escolher mais vezes o OI (embora não na sua maioria) como o antecedente do sujeito encaixado em detrimento do sujeito matriz, que se esperava que escolhessem.

(3) O tigre disse ao leopardo que [-] ia voltar para a selva.

No entanto, este efeito é mais visível no grupo I (44,2% de escolha de OI), diminuindo nos restantes grupos de crianças, uma vez que os resultados obtidos pelos grupos II (75,8% de taxa de acerto) e III (89,2% de taxa de acerto) já se aproximam das leituras efetuadas pelos adultos. Em contextos de OI implícito, os grupos II e III igualam os 100% de acerto dos adultos, e no grupo I já se verifica uma taxa de acerto de 85%, sendo a segunda escolha, curiosamente, o OI implícito.

Cabe agora responder às perguntas de investigação que justificaram o estudo experimental.

A primeira questão que se coloca diz respeito à idade de aquisição da obviação, isto é, quando é que esta é adquirida no PE. Observou-se, com base nos resultados obtidos e descritos no capítulo anterior, que a obviação

referencial levanta grandes dificuldades aos três grupos de crianças testadas, obtendo-se fracos resultados na interpretação de um sujeito nulo encaixado de um complemento no conjuntivo e preferindo frequentemente as crianças uma leitura de correferência com o sujeito da oração matriz. Esta tendência verifica-se tanto em complementos selecionados pelo verbo *querer* (4) como em complementos selecionados pelo verbo *dizer* (5).

(4) \*O esquilo<sub>i</sub> disse [-]<sub>j</sub> que [-]<sub>i</sub> levasse as castanhas.

(5) \*O leão<sub>i</sub> queria que [-]<sub>i</sub> dormisse na rua.

Verifica-se, portanto, uma maioria de leituras preferenciais não adultas, sendo possível afirmar que, para as crianças portuguesas em idade pré-escolar e escolar, a obviação referencial se revela bastante problemática. Desta forma, estes resultados encontram-se em conformidade com os resultados anteriormente relatados por Padilla (1990) e Goodluck et al. (2001) para o espanhol, por Avrutin & Wexler (2000) para o russo (neste caso, apenas até certo ponto) e por Ambulate (2008) e Silva (2015) para o PE e permitem afirmar que, até aos 8 anos, a obviação referencial não se encontra adquirida no PE.

A segunda questão que se coloca nesta investigação é saber se as crianças em idade pré-escolar e escolar distinguem obviação canónica de obviação não canónica.

Os resultados mostram que, nos casos de *querer* com complementos de conjuntivo, se verifica que as crianças preferem a correferência entre sujeito nulo encaixado e sujeito matriz. Em contextos com *dizer* – *declarativo de ordem*, e com complementos de conjuntivo, as crianças também preferem uma leitura de correferência entre os dois sujeitos (matriz e sujeito nulo encaixado) em detrimento da leitura esperada (correferência entre sujeito nulo encaixado e OI subentendido da oração matriz), logo, as crianças não obedecem à obviação referencial. Assim, os resultados mostram que as crianças não distinguem obviação canónica (*querer*) de obviação não canónica (*dizer*).

Uma vez que obviação canónica e obviação não canónica são tratadas da mesma forma, o comportamento das crianças poderá eventualmente favorecer a ideia de que fatores semânticos do modo, ainda não adquiridos ou estabilizados, poderão estar na origem das dificuldades apresentadas pelas crianças em diferentes contextos de obviação.

Veja-se que os resultados obtidos neste estudo revelam diferenças significativas na interpretação de sujeitos nulos em complementos no modo



indicativo, no modo infinitivo e no modo conjuntivo, sendo os contextos de conjuntivo os mais problemáticos. Ambulate (2008) e Silva (2015) já tinham relatado a mesma distinção (entre indicativo e conjuntivo). Relembre-se, também, que Jesus (2014) apresenta dados de produção de conjuntivo a partir dos 4 anos de idade, principalmente com o verbo *querer*, pelo que as dificuldades apresentadas pelas crianças não serão uma questão de morfologia, uma vez que os morfemas do modo conjuntivo se encontram disponíveis desde as primeiras idades testadas pela autora. A análise estatística elaborada mostra que o modo é um fator preditivo do comportamento das crianças e os resultados obtidos para os contextos de argumento implícito exibem uma ligeira diferença entre o modo infinitivo e o modo conjuntivo, pelo que fatores relacionados com o modo deverão ser considerados.

No entanto, mediante os resultados obtidos em diferentes contextos, nomeadamente em contextos de argumento interno explícito e implícito com o verbo *dizer*, outros fatores terão de ser considerados.

Da constatação de que as crianças testadas não obedecem à obviação referencial em contextos de *dizer-declarativo de ordem* com OI implícito, obtém-se a resposta à terceira pergunta de investigação: as crianças mantêm uma interpretação de controlo de OI, com o verbo *dizer*, quando o controlador está implícito? Os dados mostram que não, as crianças não mantêm uma interpretação de controlo nos contextos em questão.

Observa-se, aliás, que em contextos com OI explícito, tanto com infinitivo como com conjuntivo, o desempenho das crianças melhora, levando-as a obter resultados convergentes com a gramática adulta, contrariamente ao que se verifica em contextos com OI implícito. É notório, nestes contextos, o efeito da presença do OI lexicalmente realizado.

Assim, a partir destes dados levantam-se algumas questões. A primeira questão relaciona-se, então, com a existência de dois potenciais antecedentes (sujeito matriz e OI) do sujeito nulo encaixado. Serão, de facto, as crianças guiadas por um princípio semelhante ao MDP de Rosenbaum (1967), como defendido por C. Chomsky (1969)? Os resultados obtidos nesta investigação mostram que as crianças preferem, nos contextos de conjuntivo e infinitivo, o antecedente (lexicalmente realizado) mais próximo do sujeito nulo encaixado, optando pelo OI quando este se encontra explícito e pelo sujeito matriz quando o OI se encontra implícito. No entanto, nos contextos de *dizer – declarativo*, a partir dos 5 anos, as crianças já mostram uma preferência clara pelo sujeito matriz, mesmo havendo um interveniente

linguístico lexicalmente realizado entre o potencial antecedente (sujeito matriz) e o pronome encaixado. Relembre-se também que, apesar de, nos contextos de infinitivo e conjuntivo com OI implícito, as crianças preferirem o sujeito matriz como antecedente do sujeito nulo encaixado, elas parecem ser sensíveis à existência de um potencial antecedente na posição de OI. Isto é, parece haver, por parte das crianças, sensibilidade à distinção entre *dizer – declarativo de ordem* e *dizer – declarativo*, apesar de se verificar um forte efeito da presença de um antecedente lexicalmente realizado mais próximo.

Estas observações justificam, então, outra questão: as crianças reconhecerão um argumento interno implícito? Os dados que aqui se apresentam não permitem afirmar claramente que as crianças projetam esse argumento, sendo esta uma questão que poderá justificar investigações futuras.

Observando-se, nesta dissertação, que complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* poderão ser casos de controlo finito, como em Landau (2004), poder-se-ia considerar que as dificuldades apresentadas pelas crianças poderiam estar relacionadas com a gramática do controlo. No entanto, os resultados obtidos com complementos no modo infinitivo selecionados pelo verbo *querer* mostram que as crianças que participaram neste estudo conseguem estabelecer, corretamente, uma relação de controlo de sujeito quando um único antecedente está disponível. Estes resultados encontram-se em conformidade com os dados apresentados por Agostinho (2014) para o PE e por Cairns et al. (1994) para o inglês, por exemplo, entre outros. No caso de Agostinho (2014), é ainda relevante apontar que a autora comparou contextos de CO e controlo não obrigatório, mostrando que as crianças distinguem os diferentes contextos. Assim, as crianças detêm conhecimento sintático relevante para a interpretação de uma categoria vazia em complementos de infinitivo não flexionado. Também Goodluck et al. (2001) afirmam que as crianças detêm conhecimento das categorias vazias, pelo que as dificuldades exibidas em contextos de controlo na presente investigação poderão, assim, ter origem noutros fatores que não a gramática do controlo. Foi, no entanto, notado por alguns autores, McDaniel & Cairns (1990b), Sherman & Lust (1993) e Agostinho (2014), por exemplo, que verbos como *dizer* não apresentam resultados tão satisfatórios como *querer*. Embora seja clara a tendência para a escolha do objeto como o controlador do sujeito nulo encaixado, os resultados não são tão próximos dos resultados obtidos pelos adultos ou com *querer*.

Conclui-se, então, que modo e argumento implícito exibem um efeito cumulativo que levanta grandes dificuldades na interpretação de sujeitos

nulos encaixados às crianças em idade pré-escolar e escolar a adquirirem PE. No entanto, outros estudos terão de ser efetuados para que estes aspetos possam ser explorados de forma mais precisa, uma vez que este estudo permite, apenas, aceder à interpretação de sujeitos nulos de complementos selecionados por *querer* e *dizer* e, neste caso, afirmar que as crianças tratam contextos de obviação canónica e contextos de obviação não canónica de forma semelhante e que, conseqüentemente, em contextos de conjuntivo selecionados com o verbo *dizer*, não mantêm uma leitura de controlo.

Finalmente, embora o desempenho das crianças se mantenha longe dos resultados obtidos pelos adultos em contextos de obviação referencial, a idade também é um fator preditivo do comportamento das crianças, pelo que o fenómeno da obviação aparenta exibir efeitos de desenvolvimento, não estando, no entanto, adquirido no PE até aos 8 anos de idade.

## 7. Conclusão

Este estudo procurou contribuir com novos dados para a investigação da aquisição do PE por falantes monolíngues, com o especial intuito de fornecer pistas para a compreensão da aquisição da obviação referencial. Nesse sentido, a tarefa experimental apresentada no capítulo 4 permitiu contribuir para responder a 4 perguntas de investigação, aqui reformuladas:

- (I) Quando é adquirida a obviação referencial em PE?
- (II) As crianças em idade pré-escolar e escolar distinguem obviação canónica de obviação não canónica?
- (III) As crianças mantêm uma interpretação de controlo de objeto indireto, com o verbo *dizer*, quando o controlador está implícito?
- (IV) A aquisição da obviação exibe efeitos de desenvolvimento?

No que respeita à primeira questão de investigação, os resultados obtidos reforçam a hipótese de que a obviação é um fenómeno de aquisição tardia. Constatou-se que as crianças, até aos 8 anos, a adquirirem PE não têm a obviação referencial adquirida, preferindo uma leitura de correferência entre sujeito nulo encaixado e sujeito matriz tanto com *querer* como com *dizer* (com OI implícito). Os resultados obtidos encontram-se em convergência com os resultados já apresentados por Ambulate (2008) e Silva (2015) para o PE e, também, em conformidade com resultados obtidos para outras línguas (para o espanhol veja-se Padilla (1990) e Goodluck et al. (2001).

Assim, havendo resultados semelhantes em complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *dizer* (com OI implícito) e complementos de conjuntivo selecionados pelo verbo *querer*, obtém-se a resposta à segunda pergunta de investigação: as crianças em idade pré-escolar e escolar que participaram nesta investigação não distinguem obviação canónica (*querer*) de obviação não canónica (*dizer*). Ambos os contextos são tratados da mesma forma, isto é, há preferência por leituras não adultas do sujeito nulo encaixado – as crianças preferem a correferência entre os sujeitos (encaixado e matriz). Consequentemente, as crianças não mantêm uma leitura de controlo em contextos de conjuntivo com o verbo *dizer* (pergunta III).

Quanto à quarta questão, verificou-se que a idade é um fator preditivo do comportamento das crianças, pelo que o fenómeno da obviação aparenta exibir efeitos de desenvolvimento.

Outros aspetos surgiram na análise dos resultados:

- O facto de as crianças obterem resultados diferentes com *dizer – declarativo de ordem* e *dizer – declarativo* sugere que as crianças distinguem modos. Ainda, o facto de apresentarem resultados ligeiramente melhores com contextos de infinitivo do que em contextos de conjuntivo parece corroborar esta observação.
- Verifica-se que a introdução de um potencial antecedente do sujeito nulo lexicalmente realizado influencia a interpretação das crianças. Com *dizer – declarativo de ordem*, em contextos em que o OI da oração matriz se encontra explícito, o desempenho das crianças melhora, tanto em contextos de infinitivo como em contextos de conjuntivo, levando-as a uma leitura preferencial próxima da gramática adulta. Pelo contrário, com *dizer – declarativo*, a introdução do OI lexicalmente realizado parece criar um problema às crianças, levando algumas a escolher o OI como o antecedente do sujeito nulo encaixado, embora este efeito seja mais visível no grupo das crianças mais novas (3 – 4 anos).

Pretendendo apenas responder às questões apresentadas inicialmente, os aspetos apontados acima requerem mais investigação, pelo que outros estudos deverão ser efetuados.

No que respeita à obviação referencial, continua ainda por responder a seguinte questão: quando é que as crianças adquirem a obviação e, verificando-se que é um fenómeno que poderá envolver vários aspetos, quer sintáticos quer semânticos, é importante perceber, futuramente, como é que a obviação é adquirida.

## **Bibliografia**

- Agostinho, C. (2014). *The acquisition of control in European Portuguese complement clauses*. MA dissertation. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Ambulate, J. (2008). *A aquisição de sujeitos obrigatórios numa língua de sujeito nulo*. MA dissertation. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- Avrutin, S. & Wexler, K. (2000). Children's knowledge of subjunctive clauses: obviation, binding and reference. *Language Acquisition*, 8 (1), 69-102.
- Cairns, H. et al. (1994). A longitudinal study of principles of control and pronominal reference in child language. *Language*, 70 (2), 260-288.
- Chomsky, C. (1969). *The Acquisition of Syntax in Children from 5 to 10*. 1972 edition. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding: The Pisa lectures*. 3rd revised edition. Dordrecht: Foris Publications.
- . (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Costantini, F. (2005). An obviation in subjunctive clauses: The state of art. *Annali di ca' Foscari XLIV I-2*, 97 – 132. University of Udine.
- . (2011). Subjunctive obviation in nonargument clauses. *Working papers in linguistics* 21, 39-61. University of Venice.
- Crain, S. & Thornton, R. (1998) *Investigations in universal grammar: a guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Duarte, M. (2000). The loss of the avoid pronoun principle in Brazilian Portuguese. *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*, 17-36. Ed. Mary Kato & Esmeralda Negrão. Madrid. Iberoamericana.
- Eisenberg, S. & Cairns, H. (1994). The development of infinitives from three to five. *Journal of child language* 21 (3), 713-734.
- Farkas, D. (1988). On obligatory control. *Linguistics and philosophy* 11, 27-58.
- . (1992). On obviation. *Lexical matters*. Ed. Ivan A. Sag and Anna Szabolcsi, 85-108. USA. Stanford University.
- Figueiredo, M.C. (1996). *A posição do sujeito no português do Brasil: frases finitas e infinitivas*. Campinas. Unicamp.
- Goodluck, H. Terzi, A. & Díaz, G. (2001). The acquisition of control crosslinguistically: structural and lexical factors in learning to licence PRO. *Journal of Child Language* 28, 153-172. United Kingdom. Cambridge University Press
- Hornstein, N. (1999). Movement and control. *Linguistic Inquiry* 30 (1), 69-96.
- . (2001). *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford. UK. Blackwell Publishers, Ltd.

- Hornstein, N. San Martin. S.(2001). Obviation as anti-control. *ASJU*, XXXV-I, 367-384.
- Jesus, A. (2014). *Aquisição do modo em orações completivas do Português Europeu: o papel dos traços de epistemicidade e veridicidade*. MA dissertation. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Johnson, D.E. (2009) Getting off the GoldVarb standard: Introducing Rbrul for mixed-effects variable rule analysis. *Language and Linguistics Compass* 3 (1), 259-383.
- Kempchinsky, P. (2009). What can a subjunctive disjoint reference effect tell us about the subjunctive?. *Lingua*, 119, 1788-1810. Elsevier.
- Landau, I.(2004). The scale of finiteness and the calculus of control. *Natural language and linguistic theory* 22, 811-877.
- . (2010). The explicit syntax of implicit arguments. *Linguistic Inquiry* 41 (3), 357-388.
- Longobardi, G. (1994). Reference and proper names: A theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25, 609-665
- Marques, R. (in prep). Subjunctive and subject obviation in Portuguese. Faculty of Letter, University of Lisbon.
- McDaniel, D. & Cairns, H.S. (1990a). The child as informant: Eliciting linguistic judgments from young children. *Journal of Psycholinguistic Research* 19 (5), 331-344.
- . (1990b). The processing and acquisition of control structures by young children. *Language Processing and Language Acquisition*. Ed. L. Frazier & J. de Villiers. Dordrecht: Kluwer.
- Modesto, M. (2000). Null subject without “rich” agreement. *Brazilian portuguese and null subject parameter*, 147-174. Madrid. Iberoamericana – Vervuert.
- Padilla, J. (1990). *On the definition of binding domains in Spanish*. Dordrecht. Kluwer Academic Papers.
- Picallo, C. (1985). *Opaque Domains*. Doctoral Dissertation, CUNY.
- Raposo, E. (1985). Some asymmetries in the binding theory in Romance. *The linguistic review* 5, 75-110.
- Rizzi, L. (1986). Null objects in Italian and the theory of pro. *Linguistic Inquiry* 17, 501-557
- Rosenbaum, P.S. (1967). *The grammar of English predicate complementation*. 3rd printing, March 1972. Cambridge, MA: The MIT Press.
- San, M. (2000). The control basis for obviation in Basque. *U. Penn Working Papers in Linguistics* 7.1, 221-232.
- Sherman, J. C. & Lust, B. (1993). Children are in control. *Cognition* 46, 1-51. Elsevier Science Publishers.

- Silva, C. (2015). *Interpretation of clitic, strong and null pronouns in the acquisition of European Portuguese*. Doctoral dissertation. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- Stowell, T. (1981). *Origins of Phrase Structure*. Doctoral Dissertation. UCLA.





## ANEXOS



## Anexo I – Folha de respostas

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_ Sala: \_\_\_\_\_

Data da recolha sessão 1: \_\_\_\_\_

Data da recolha sessão 2: \_\_\_\_\_

Experimentador: \_\_\_\_\_

### **REGISTO DE RESPOSTAS:**

<u>Frase Estímulo</u>	<u>Resposta</u>	<u>Notas</u>
Sessão 1:		
1. (1) Quem vai dormir?		
2. (2) Quem vai tomar banho?		
3. (5) Quem vai levar a erva?		
4. (26) Quem vai conduzir o carro?		
5. (12) Quem vai cantar uma canção?		
6. (30) Quem vai levar as bananas para casa?		
7. (39) Quem vai nadar?		
8. (36) Quem vai trazer o jantar?		
9. (15) Quem vai caçar o almoço?		
10. (6) Quem vai correr mais depressa?		
11. (46) Quem vai comprar um cobertor?		
12. (21) Quem vai buscar comida à cozinha?		
13. (13) Quem vai fugir da quinta?		
14. (7) Quem vai trazer as couves?		
15. (41) Quem se zanga?		
16. (23) Quem vai nadar no lago?		
17. (32) Quem vai jantar?		
18. (35) Quem vai tirar a fotografia?		
19. (38) Quem vai dormir?		

20. (34) Quem vai dormir na rua?		
21. (29) Quem vai beber água?		
22. (16) Quem vai voltar para a selva?		
23. (42) Quem arranha a porta?		
Sessão 2:		
24. (3) Quem vai beber água?		
25. (4) Quem vai embora?		
26. (27) Quem vai fazer o bolo?		
27. (31) Quem vai tomar banho?		
28. (10) Quem vai guardar os patinhos?		
29. (37) Quem vai nadar no lago?		
30. (19) Quem vai fazer massa?		
31. (11) Quem vai tocar à campainha?		
32. (24) Quem vai buscar água?		
33. (45) Quem vai embora?		
34. (18) Quem vai ao cinema?		
35. (28) Quem vai limpar o jardim?		
36. (8) Quem vai buscar a bola?		
37. (44) Quem vai dormir?		
38. (17) Quem vai fazer um bolo grande?		
39. (33) Quem vai levar a bicicleta?		
40. (9) Quem vai comer os morangos?		
41. (20) Quem vai buscar outra bola?		
42. (43) Quem vai fugir?		
43. (25) Quem vai levar as castanhas?		
44. (14) Quem vai beber água ao lago?		
45. (22) Quem vai apanhar os brinquedos?		
46. (40) Quem vai limpar o chão?		

## Anexo II – Matriz da tarefa experimental

Condição	Verbo	Item	Item	Personagens	Outros elementos	Situação	Fantoches
Item de treino - Coordenada		1	O porco vai jantar e o gato dormir	Gato, porco e esquilo	Quinta	O gato, o porco e o esquilo tinham estado a brincar a tarde toda. O céu já estava a ficar com estrelas e estava a ficar escuro. Então...	Quem vai dormir?
Item de treino - Coordenada		2	O pato vai tomar banho e o galo comer.	Pato, galo e galinha	Quinta	A galinha, o pato e o galo passearam muito pela quinta durante todo o dia. "Já está na hora de voltar." - diz a galinha. E lá foram para casa. Então...	Quem vai tomar banho?
Item de treino - Adverbial		3	A ovelha vai beber água enquanto o carneiro come a erva.	Ovelha, carneiro e vaca	Quinta	Estava um sol lindo e os animais estavam no pasto. Então...	Quem vai beber água?
Item de treino - Coordenada		4	O cão vai andar de barco e o gato vai embora zangado	Gato, cão e esquilo	Quinta, lago	O cão, o gato e o esquilo foram até ao lago passear. Quando lá chegaram encontraram um barco. Então...	Quem vai embora?
a1) Controlo Objeto Indireto com OI explícito	Dizer	5	A girafa disse à zebra para levar a erva.	Girafa, zebra e urso	Selva	A girafa, a zebra e o urso regressavam a casa quando encontraram um monte de erva fresquinha cortada. "Que linda erva. E tão fresquinha!" - disse a girafa. Então...	Quem vai levar a erva?
a1) Controlo Objeto Indireto com OI explícito	Dizer	6	O gato disse ao porco para correr mais depressa.	Gato, porco e coelho	Quinta	O gato, o porco e o coelho tinham combinado uma corrida. "O último oferece-nos o seu jantar durante uma semana." - disse o coelho. A corrida começou. O coelho estava a ganhar e o porco em último, então...	Quem vai correr mais depressa?
a1) Controlo Objeto Indireto com OI explícito	Dizer	7	O coelho disse ao porco para trazer as couves.	Coelho, porco e carneiro	Quinta	O coelho encontrou o porco e o carneiro. "Já viram? O dono trouxe umas couves bem fresquinhas." - disse o coelho. "E onde estão?" - perguntou o carneiro. "Junto ao portão, mas as galinhas já estão de volta delas." - respondeu o coelho. Então...	Quem vai trazer as couves?

a1) Controle Objeto Indireto com OI explícito	Dizer	8	O esquilo disse ao porco para ir buscar a bola.	Cão, porco e esquilo	Quinta	O cão, o porco e o esquilo encontravam-se todos os dias para brincar. "Ninguém trouxe a bola?" - perguntou o cão aos amigos. "A bola é muito grande para mim." - disse o esquilo. "Só tu é que gostas de brincar com a bola! Vamos para o charco?" - disse o porco. "Eu quero brincar com a bola." - disse o cão amuado. Então...	Quem vai buscar a bola?
a2) Controle Objeto Indireto com OI implícito	Dizer	9	O esquilo disse para comer os morangos.	Esquilo, lebre e papagaio	Floresta	O papagaio, a lebre e o esquilo estavam cheios de fome. Há muitas horas que não comiam. "Vamos à procura de fruta" - disse o papagaio. E lá foram o papagaio e o esquilo buscar fruta. Encontraram uns morangos. Então...	Quem vai comer os morangos?
a2) Controle Objeto Indireto com OI implícito	Dizer	10	A pata disse para guardar os patinhos.	Pata, galo e pato	Quinta	A pata andava com os seus filhotes a depenicar nas areias. O galo e o pato estavam lá pois aquelas areias tinham muitas minhocas. De repente a pata viu um crocodilo. Muito assustada ela correu para o pato e apontou "Olha ali!" - disse a pata ao pato, e então...	Quem vai guardar os patinhos?
a2) Controle Objeto Indireto com OI implícito	Dizer	11	O cão disse para tocar à campainha.	Cão, esquilo e coelho	Quinta	O cão, o esquilo e o coelho andavam a passear e passaram à porta da casa da quinta. O cão afastou-se um pouco e chamou o esquilo. Então...	Quem vai tocar à campainha?
a2) Controle Objeto Indireto com OI implícito	Dizer	12	A pantera disse para cantar uma canção.	Leão, tigre e pantera	Selva	A pantera, o tigre e o leão estavam reunidos para decidir o que cada um iria fazer num concurso na televisão. A pantera chamou o tigre. Então...	Quem vai cantar uma canção?
a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	Dizer	13	O pato disse ao gato que ia fugir da quinta	Cão, gato e pato	Quinta	O cão, o gato e o pato estavam aborrecidos por estarem o tempo todo na quinta. Então...	Quem vai fugir da quinta?
a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	Dizer	14	A Zebra disse à girafa que ia beber água ao lago.	Zebra, girafa e veado	Selva, lago	A zebra, a girafa e o veado tinham passado o dia a andar na selva. "Estou muito cansada." - disse a zebra. "Paramos naquela árvore." - disse o veado. Quando chegaram à árvore, depararam-se com um grande lago cheio de água. Então...	Quem vai beber água ao lago?

a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	Dizer	15	O leão disse ao leopardo que ia caçar o almoço.	Leão, tigre e leopardo	Selva	O leão, o tigre e o leopardo passeavam pela selva. Estavam todos com fome. Então...	Quem vai caçar o almoço?
a3) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI explícito	Dizer	16	O tigre disse ao leopardo que ia voltar para a selva.	Tigre, pantera e leopardo	Selva	O tigre, a pantera e o leopardo estavam tristes por terem sido expulsos da selva. "Isto não se faz!" - disse o tigre. "Pois é." - disseram os outros. Então...	Quem vai voltar para a selva?
a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	Dizer	17	O gato disse que ia fazer um bolo grande.	Gato, ovelha e porco	Quinta	Estavam o gato, a ovelha e o porco reunidos pois era dia de festa entre os animais da quinta. Todos combinaram fazer alguma coisa. O gato aproximou-se da ovelha. Então...	Quem vai fazer um bolo grande?
a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	Dizer	18	A lebre disse que ia ao cinema.	Lebre, coelho e esquilo	Quinta	Todas as sextas feiras à noite, o coelho, a lebre e o esquilo juntavam-se ao pé do lago para conversarem sobre as suas aventuras. Contam tudo o que vão fazer. A lebre aproximou-se do coelho. Então...	Quem vai ao cinema?
a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	Dizer	19	O porco disse que ia fazer massa.	Porco, ovelha e carneiro	Quinta	O carneiro, o porco e a ovelha caminhavam para casa. O dia na quinta tinha sido muito cansativo e ainda tinham de decidir quem ia fazer o jantar. O porco andou mais depressa para apanhar a ovelha. Então...	Quem vai fazer massa?
a4) Correferência preferencial com o sujeito matriz com OI implícito	Dizer	20	O cão disse que ia buscar outra bola.	Cão, gato e porco	Quinta	O cão, o gato e o porco juntam-se para mais uma tarde de brincadeiras. O cão trouxe a bola pois era o brinquedo preferido dos três. "Olha, mas a bola está rota!" - disse o gato. O gato então aproximou-se do cão. Então...	Quem vai buscar outra bola?
a5) Obviação referencial com OI explícito	Dizer	21	O Porco disse ao gato que fosse à cozinha buscar comida.	Cão, porco e gato	Quinta	O cão, o gato e o porco estavam na relva a descansar quando todos começaram a sentir fome. "Ai, tenho tanta fome que até me dói a barriga." - disse o cão. Então...	Quem vai buscar comida à cozinha?
a5) Obviação referencial com OI explícito	Dizer	22	O gato disse ao esquilo que apanhasse os brinquedos.	Cão, gato e esquilo	Quinta	O cão, o gato e o esquilo tinham estado a brincar. Os brinquedos ficaram todos espalhados pelo chão. Então...	Quem vai apanhar os brinquedos?
a5) Obviação referencial com OI explícito	Dizer	23	A pata disse ao pato que nadasse no lago.	Pata, pato e cisne	Lago	A pata, o pato e o cisne andavam a passear. O dia estava quente e havia muito sol. Então...	Quem vai nadar no lago?



a5) Obviação referencial com OI explícito	Dizer	24	A vaca disse à ovelha que fosse buscar água.	Vaca, boi e ovelha	Quinta	Na quinta, a vaca, o boi e a ovelha pastavam à sombra de uma árvore, mas não havia água para beber. Então...	Quem vai buscar água?
a6) Obviação referencial com OI implícito	Dizer	25	O esquilo disse que levasse as castanhas.	Coelho, lebre e esquilo	Floresta	O coelho, a lebre e o esquilo andavam pela floresta à procura de frutos. Encontraram um monte de castanhas. A lebre aproxima-se do esquilo. Então...	Quem vai levar as castanhas?
a6) Obviação referencial com OI implícito	Dizer	26	A galinha disse que conduziu o carro.	Galinha, galo e pato	Quinta, garagem, carro	A galinha, o pato e o galo sabiam que não podiam entrar na garagem. O galo ficou cá fora de guarda e a galinha e o pato entraram lá dentro. Encontraram um carro. Então...	Quem vai conduzir o carro?
a6) Obviação referencial com OI implícito	Dizer	27	O coelho disse que fizesse um bolo.	Coelho, porco e esquilo	Lago	O porco, o coelho e o esquilo estavam á beira do lago a beber água. O esquilo fala baixinho ao ouvido do coelho: "Sabes que o porco faz anos hoje? Temos que comemorar." Então...	Quem vai fazer o bolo?
a6) Obviação referencial com OI implícito	Dizer	28	O cão disse que limpasse o jardim.	Cão, gato e ovelha	Jardim	O cão, a ovelha e o gato brincaram imenso no jardim enquanto os donos estavam fora. Destruíram as almofadas do sofá e ficaram imensas penas espalhadas pela relva. O gato fica em pânico e vai ao pé do cão. "Está quase na hora de os donos chegarem!" - disse o gato. " Então...	Quem vai limpar o jardim?
b1) Controlo Sujeito	Querer	29	O cão quer beber água.	Cão, gato e ovelha	Quinta	O cão, o gato e a ovelha iam em direção ao relvado para se deitarem um pouco à fresca. No caminho passaram pelo lago. Então...	Quem vai beber água?
b1) Controlo Sujeito	Querer	30	O macaco quer levar as bananas para casa.	Macaco, girafa e zebra	Selva	Devido ao calor que se fazia sentir na selva, não havia muita comida. O macaco, a girafa e a zebra tinham-se juntado para irem buscar algo para comer. Depois de muitas horas a procurar encontraram um cacho de bananas no chão. Então...	Quem vai levar as bananas para casa?
b1) Controlo Sujeito	Querer	31	O leão quer tomar banho.	Leão, leoa e urso	Selva, lago	O leão, a leoa e o urso tinham passado o dia a brincar e estavam muito sujos. Quando voltavam para casa encontraram um lago. Então...	Quem vai tomar banho?
b1) Controlo Sujeito	Querer	32	O galo quer ir jantar.	Galo, galinha e ganso	Quinta	O galo, a galinha e o ganso passaram a tarde junto ao lago mas já estava a ficar escuro e as primeiras estrelas já estavam no céu. Então...	Quem vai jantar?

b2) Obviação referencial	Querer	33	O porco queria que levasse a bicicleta.	Porco, cão e gato	Quinta	O porco, o cão e o gato combinaram fazer um picnic. Todos tinham de levar comida e um brinquedo. Na hora das decisões o porco aproximou-se do cão. Então...	Quem vai levar a bicicleta?
b2) Obviação referencial	Querer	34	O leão queria que dormisse na rua.	Leão, tigre e chita	Selva	O leão a chita e o tigre foram acampar. Quando montaram a tenda viram que era pequena para os três. O leão aproximou-se do tigre. Então...	Quem vai dormir na rua?
b2) Obviação referencial	Querer	35	O papagaio queria que tirasse uma fotografia.	Papagaio, águia e tucano	Selva, lago	O tucano, a águia e o papagaio viajavam pela selva. A águia pára para descansar mas o tucano e o papagaio continuam a andar e encontram um lago lindo. Então...	Quem vai tirar a fotografia?
b2) Obviação referencial	Querer	36	O leão queria que trouxesse o jantar.	Leão, tigre e leopardo	Selva	O leopardo, o leão e o tigre eram muito amigos e passavam os dias todos juntos. Naquele dia o leopardo fazia anos e os animais queriam fazer uma festa. Quando chegou a hora de combinar os preparativos, o leão chamou o tigre. Então...	Quem vai trazer o jantar?
Filler - Adverbial		37	O pato vai nadar no lago enquanto a galinha descansa.	Pato, galinha e galo	Lago	O pato, a galinha e o galo foram passear todos juntos. Quando chegam ao pé do lago a galinha já está cansada. Então...	Quem vai nadar no lago?
Filler - Coordenada		38	O leão fica a dormir mas o tigre vai à caça	Leão, tigre e pantera	Selva	O leão, o tigre e a pantera tinham passado o dia juntos. O dia chegou ao fim e já estava escuro na selva. Então...	Quem vai dormir?
Filler - Coordenada		39	O pato vai passear e o cisne nadar no lago.	Pato, cisne e ganso	Quinta, lago	O pato, o cisne e o ganso combinaram passar o dia junto ao lago. A meio da tarde o pato e o cisne zangaram-se. Então...	Quem vai nadar?
Filler - Adverbial		40	O cão vai limpar o chão enquanto o porco prepara a comida.	Cão, porco e esquilo	Floresta	O cão, o porco e o esquilo decidem dar uma festa para os animais da quinta junto ao lago. Quando lá chegam dividem as tarefas. "Eu vou montar as mesas." Diz o esquilo. Então...	Quem vai limpar o chão?
Filler - Coordenada		41	O esquilo tira um morango ao coelho e ele zanga-se.	Esquilo, lebre e coelho	Floresta	O esquilo, a lebre e o coelho foram pela floresta e encontraram fruta espalhada pelo chão. Começam a apanhá-la. Então...	Quem se zanga?
Filler - Adverbial		42	O gato fica a miar enquanto arranha a porta.	Cão, gato e esquilo	Quinta	O cão, o gato e o esquilo queriam entrar para dentro de casa mas a porta estava fechada. Então...	Quem arranha a porta?

Filler - Coordenada		43	A galinha rouba uma couve ao pato e foge.	Galinha, galo e pato	Quinta	A galinha, o galo e o pato estão à espera da comida da manhã. Quando o dono chega os três correm para ele e veem umas couves muito fresquinhas. Então...	Quem vai fugir?
Filler - Coordenada		44	O cão vai dormir mas o gato vai brincar.	Cão, gato e porco	Quinta	O porco foi chamar o cão e o gato. "Não querem vir brincar?" Perguntou ele aos dois. Então...	Quem vai dormir?
Filler - Coordenada		45	A vaca come depressa uma ervinha e vai embora.	Vaca, boi e ovelha	Quinta	A vaca, o boi e a ovelha estavam a pastar, a comer uma erva bem fresquinha. De repente começa a chover. Então...	Quem vai embora?
Filler - Coordenada		46	O cão vai comprar um brinquedo e o esquilo um cobertor.	Cão, esquilo e gato	Quinta	Como o gato fazia anos, o cão e o esquilo combinam os presentes que vão comprar para lhe oferecer. Então...	Quem vai comprar um cobertor?

